

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Jussara da Silva Xavier Silvano

Ações de Monitoramento e Avaliação na Política de Assistência Estudantil da
Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora

2025

Jussara da Silva Xavier Silvano

**Ações de Monitoramento e Avaliação na Política de Assistência Estudantil da
Universidade Federal de Juiz de Fora**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silvano, Jussara da Silva Xavier .

Ações de Monitoramento e Avaliação na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora / Jussara da Silva Xavier Silvano. -- 2025.

126 p.

Orientador: Luiz Flávio Neubert

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Política de Assistência Estudantil. 2. Avaliação. 3. Monitoramento. 4. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. I. Neubert, Luiz Flávio , orient. II. Título.

Jussara da Silva Xavier Silvano

**Ações de Monitoramento e Avaliação na Política de Assistência Estudantil da
Universidade Federal de Juiz de Fora**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 11 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Luiz Flávio Neubert - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Eduardo Magrone

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Theófilo Codeço Machado Rodrigues

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Juiz de Fora, 20/02/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Flavio Neubert, Professor(a)**, em 12/03/2025, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Theófilo Rodrigues, Usuário Externo**, em 15/03/2025, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Magrone, Professor(a)**, em 16/03/2025, às 21:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2258852** e o código CRC **BDC9E77E**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha eterna gratidão, por me dar forças nos momentos mais difíceis, iluminar meu caminho e me permitir chegar até aqui. Sem Sua presença e amparo, nada disso seria possível.

Concluir este mestrado foi uma jornada desafiadora, repleta de momentos de aprendizado, superação e, sobretudo, de apoio daqueles que estiveram ao meu lado. Não poderia deixar de expressar minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

À minha família, por todo o amor e apoio incondicional ao longo desta caminhada. Em especial, à minha irmã Iaciara, cuja paciência e dedicação foram essenciais.

Esta dissertação também carrega as dores da perda. Escrever enquanto enfrentava a partida da minha mãe foi um dos maiores desafios que já vivi. A saudade e a dor foram constantes, mas encontrei forças para seguir adiante, honrando tudo o que ela me ensinou.

Ao meu esposo, Edson, por ser meu porto seguro nos momentos mais difíceis. Sua paciência, carinho, atenção e cuidado foram essenciais para que eu pudesse me dedicar a este trabalho sem enlouquecer diante das dificuldades. Seu apoio incondicional me deu forças para seguir em frente.

À minha querida amiga Maria Alice, que acreditou em mim antes mesmo que eu acreditasse e me incentivou a me inscrever para o processo seletivo do mestrado no CAED. Sem seu empurrão inicial, talvez esta conquista não estivesse se concretizando agora.

Aos demais amigos que, de diferentes formas, contribuíram para esta caminhada, seja com palavras de incentivo, apoio emocional ou simplesmente estando presentes quando mais precisei, minha sincera gratidão.

À equipe do PPGP, cujo comprometimento e dedicação foram essenciais nesta trajetória acadêmica. Aos professores, palestrantes, assistentes acadêmicos e ASAs, meu sincero reconhecimento por proporcionarem um ambiente de aprendizado enriquecedor e inspirador.

Minha especial gratidão à Marina, que esteve ao meu lado no início desta jornada, guiando e ensinando-me com paciência a transitar por esse novo universo acadêmico. Seu apoio e orientação foram fundamentais para que eu pudesse trilhar esse caminho com mais segurança.

Agradeço também à Adriana, por sua paciência, disponibilidade e generosidade ao longo de todo o processo. Sua empatia e valiosas contribuições foram determinantes para o

desenvolvimento desta pesquisa, além de me fazer acreditar, nos momentos de dúvida, que tudo daria certo.

Aos meus colegas da turma de 2022 do mestrado, com quem tive a oportunidade de conviver mais de perto com alguns e cruzando olhares com muitos outros. Cada encontro, seja breve ou duradouro, contribuiu para essa jornada de aprendizado e crescimento.

Ao meu orientador, Dr. Luiz Flávio Neubert, por sua dedicação e compromisso ao longo desta jornada. Suas ponderações, seu olhar crítico e sua imensa generosidade na partilha do conhecimento foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

E, por fim, expresso minha gratidão aos membros da banca examinadora por sua generosidade e disponibilidade em contribuir para o enriquecimento desta pesquisa.

A cada um de vocês, meu muito obrigada. Este trabalho não é apenas meu, mas de todos que estiveram comigo nessa trajetória.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito.

Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação, promovido pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O estudo teve como objetivo analisar os desafios relacionados à avaliação e ao monitoramento da política de assistência estudantil na UFJF. A questão central que orientou a pesquisa foi: quais são os principais obstáculos à efetiva avaliação e monitoramento dessa política na Universidade Federal de Juiz de Fora? Para responder a essa questão, o objetivo geral consistiu em propor estratégias para o aprimoramento das ações de avaliação e monitoramento da assistência estudantil na UFJF. Especificamente, buscou-se: descrever o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a política de assistência estudantil da UFJF; analisar os desafios para a implementação de mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação; e sugerir ações para o aprimoramento desses processos. A pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, combinando análise documental com base em regulamentos, portarias, legislações e relatórios da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva (PROAE) e entrevistas com servidores responsáveis pela política de assistência estudantil na UFJF, bem como com gestores de outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em Minas Gerais. As entrevistas foram realizadas remotamente via Google Meet. Os resultados evidenciaram desafios como a ausência de um sistema integrado para coleta e análise de dados socioeconômicos dos estudantes, a insuficiência de recursos humanos e financeiros, dificuldades na articulação entre os campi de Juiz de Fora e Governador Valadares e a baixa sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância da assistência estudantil. Além disso, identificou-se a inexistência de uma avaliação consolidada dos impactos das ações implementadas, representando uma limitação significativa para o aprimoramento da política. Diante desses achados, foi elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE), contendo propostas que visam subsidiar o desenvolvimento de estratégias para uma gestão mais eficiente e para a ampliação dos impactos positivos da política de assistência estudantil na UFJF.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil. Avaliação. Monitoramento. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the framework of the Professional Master's Program in Education Management and Evaluation, offered by the Center for Public Policies and Education Evaluation at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The study aimed to analyze the challenges related to the evaluation and monitoring of the student assistance policy at UFJF. The central research question guiding the study was: what are the main obstacles to the effective evaluation and monitoring of this policy at the Federal University of Juiz de Fora? To address this question, the general objective was to propose strategies to improve the evaluation and monitoring actions of student assistance at UFJF. Specifically, the study sought to: describe the National Student Assistance Program (PNAES) and UFJF's student assistance policy; analyze the challenges in implementing effective monitoring and evaluation mechanisms; and suggest actions to enhance these processes. The research adopted a qualitative methodological approach, combining document analysis based on regulations, ordinances, legislation, and reports from the Office of Student Assistance and Inclusive Education (PROAE) with interviews conducted with staff responsible for the student assistance policy at UFJF and managers from other Federal Higher Education Institutions (IFES) in Minas Gerais. The interviews were conducted remotely via Google Meet. The results highlighted challenges such as the lack of an integrated system for collecting and analyzing students' socioeconomic data, insufficient human and financial resources, difficulties in coordinating between the Juiz de Fora and Governador Valadares campuses, and the low awareness within the academic community regarding the importance of student assistance. Additionally, the study identified the absence of a consolidated evaluation of the impacts of the implemented actions, which represents a significant limitation for improving the policy. Based on these findings, an Educational Action Plan (PAE) was developed, containing proposals to support the development of strategies for more efficient management and to enhance the positive impacts of the student assistance policy at UFJF.

Keywords: Student Assistance Policy. Evaluation. Monitoring. National Student Assistance Program – PNAES.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução dos recursos	21
Figura 2 – Quantidade de discentes atendidos pela PROAE no ano de 2021	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição dos entrevistados	53
Quadro 2 – Resposta dos entrevistados	56
Quadro 3 – Problemas e as respectivas soluções propostas	91
Quadro 4 – Síntese das ações do PAE segundo a ferramenta 5W2H	94
Quadro 5 – Ação propositiva para o eixo de avaliação e monitoramento da Política de Assistência Estudantil na UFJF	100
Quadro 6 – Cronograma de desenvolvimento	101
Quadro 7 – Proposta de desenvolvimento de indicadores para monitoramento e avaliação da política de Assistência Estudantil na UFJF	102
Quadro 8 – Criação de um aplicativo móvel de Assistência Estudantil	107
Quadro 9 – Estratégia de gamificação para engajamento no aplicativo.....	108
Quadro 10 – Sistema de Notificações Personalizadas	110
Quadro 11 – Plano de ação para ampliação dos serviços de Saúde e Psicologia.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do volume de recursos no PNAES nacional (2008–2018)	22
Tabela 2 – Quantidade de discentes atendidos pela PROAE em 2022	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação Pública
CF	Constituição Federal
CGCO	Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional
COPAE	Comitê Permanente de Assistência Estudantil
CONSU	Conselho Superior
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DVP	Divisão Psicossocial
DLZ	Divisão de Lazer e Zeladoria
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPRACE	Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituição Federal de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
PAE	Plano de Ação Educacional
PAES _t	Política de Assistência Estudantil
PCD	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PIDIC	Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PRACE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROAE	Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Educação Inclusiva
PRODESA	Programa de Desenvolvimento Social e Acadêmico
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESU	Secretaria de Educação Superior
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SIMAPAE	Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecimento
TI	Tecnologia da Informação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E NA UFJF E O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	17
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DE VAGAS E INCENTIVOS AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	17
2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	22
2.3 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFJF.....	28
2.3.1 A UFJF.....	28
2.3.2 Características e Particularidades do monitoramento e da avaliação da Assistência Estudantil na UFJF.....	33
3 ANÁLISE DO CASO.....	39
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	39
3.1.1 Conceitos gerais.....	40
3.1.2 Ciclo de Políticas Públicas.....	42
3.1.3 Avaliação e Monitoramento.....	43
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ACCOUNTABILITY.....	46
3.3 PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	48
3.4 PROPOSTA DE METODOLOGIA.....	50
3.5 REFLEXÕES SOBRE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFJF E EM OUTRAS IFES MINEIRAS.....	55
3.5.1 O modelo de Política de Assistência Estudantil adotado na UFJF.....	56
3.5.2 Avaliação e Monitoramento da Política de Assistência Estudantil na UFJF.....	59
3.5.3 Eficácia e Impacto das Ações da Política de Assistência Estudantil na UFJF....	63
3.5.4 Desafios e limitações na condução da Política de Assistência Estudantil na UFJF	69
3.6 PERCEPÇÕES EXTERNAS DA POLÍTICA SE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL....	70
4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL.....	87

4.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO.....	89
4.1.1 Ação propositiva para o aprimoramento da avaliação e monitoramento da Política de Assistência Estudantil na UFJF.....	93
4.1.2 Proposta para o eixo eficácia e impacto das ações da Política de Assistência Estudantil na UFJF.....	95
4.1.3 Sugestões de melhorias para enfrentar os desafios e limitações na condução da Política de Assistência Estudantil na UFJF.....	98
4.1.3.1 Criação de um aplicativo móvel de assistência estudantil.....	99
4.1.3.2 Gamificação para Engajamento.....	100
4.1.3.3 Sistema de Notificações Personalizadas.....	101
4.1.3.4 Ampliação dos serviços de saúde e psicologia.....	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE A– CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS PELA UFJF.....	118
APÊNDICE B - CURSOS STRICTO SENSU OFERTADOS PELA UFJF.....	119
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SERVIDORES DA PROAE... 	120
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PRÓ-REITORES OU GESTORES DE OUTRAS IFES.....	122
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	124

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Estudantil (PAEST) desempenha um papel essencial no contexto das universidades públicas brasileiras, visando garantir condições de permanência e sucesso acadêmico aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A Portaria Normativa nº 39/2007 foi publicada com o objetivo de efetivar tais políticas em 2007, instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Seguindo essa mesma diretriz, em 2010, o Governo Federal sancionou o Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o PNAES, regulamentando as políticas de assistência e trazendo orientações para que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) criassem seus programas.

Segundo Gonçalves (2011, p.13) “a assistência estudantil é uma política social de relevante importância para manter um padrão de equidade entre os estudantes universitários”. Ou seja, as Políticas de Assistência Estudantil são ações do Estado com o objetivo de superar desigualdades de acesso, permanência e êxito na instituição de ensino, por meio de programas de benefícios sociais e de acompanhamento do aluno. Tendo em vista a relevância dessa política, tornou-se pertinente verificar se as instituições públicas têm desenvolvido a assistência estudantil de acordo com o que determina as legislações e normas.

De acordo com Brasil (2010), o PNAES é um programa destinado a democratizar o acesso e permanência na educação superior de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e reduzir as taxas de evasão e retenção. Eloi (2018) destacou que o PNAES é um programa estratégico para se alcançar a democratização do ensino superior público.

O Decreto nº 7.234/2010, que regulamentou esse programa, estabeleceu em seu artigo 5º, parágrafo único, inciso II, que as IFES deveriam fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação desse programa, de modo a evidenciar o que deveria ser feito e/ou corrigido para se alcançar os resultados esperados.

Pinto, em sua pesquisa de mestrado intitulada “Proposta para o monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora”, destacou que “são oferecidas diversas modalidades de apoio aos graduandos, entretanto, não são abarcadas todas as áreas previstas no Decreto nº 7.234/10” (Pinto, 2015, p. 52).

O PNAES não se restringiu apenas ao auxílio financeiro, mas de ampla atuação. De acordo com o decreto nº 7.234/10 em seu artigo 3º § 1º as ações relativas à assistência

estudantil do PNAES deveriam ser desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com necessidades específicas.

Contudo, de acordo com informações do site institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a PROAE oferecia auxílios transporte, alimentação, creche e moradia. Estudantes também poderiam requerer uma vaga na moradia estudantil e uma bolsa do PNAES, que era do Governo Federal, mas gerenciado pela PROAE. Ou seja, a UFJF não oferecia todas as ações previstas no Decreto nº 7.234/10.

Conforme o PNAES, as ações de assistência estudantil deveriam considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010).

Diante dos valores gastos com esse programa dentro da universidade, é de grande importância o acompanhamento e o monitoramento dos alunos beneficiados com algum desses auxílios, para verificar se, de fato, a PAEST consegue cumprir o objetivo para o qual foi criada, que é auxiliar na permanência e conclusão do curso do discente no ensino público superior.

Assis (2013) destacou que a avaliação dos programas sociais pode ser compreendida como um procedimento estratégico de transparência às ações públicas. Segundo o autor, a avaliação tornaria possível analisar se um determinado programa atingira os objetivos previstos e se foi capaz de provocar a mudança esperada (Assis, 2013, p. 87).

Considerando a importância de realizar o monitoramento e a avaliação de uma política pública, o papel desempenhado pelo PNAES na manutenção dos estudantes dentro da universidade, os objetivos previstos no instrumento que regulamentava a PAEST e o caráter limitado dos recursos públicos destinados ao programa (financeiros e humanos), tornou-se necessário discutir seu monitoramento e avaliação dentro da UFJF. Principalmente para adaptar os serviços oferecidos pelo programa ao orçamento e à necessidade dos alunos.

Enquanto arquivista da UFJF, a autora tem, entre outras, a função de organizar e gerenciar os documentos da instituição. A principal motivação pelo interesse ao tema foram os documentos recebidos pelo setor de arquivo do Campus Avançado da UFJF – Governador Valadares, referentes à análise socioeconômica realizada pelo setor de Apoio Estudantil do Campus. Assim, buscou-se compreender como era o processo de avaliação dos alunos e o monitoramento da política dentro da universidade.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como questão norteadora: quais são os principais obstáculos à efetiva avaliação e monitoramento dessa política na UFJF?

Para subsidiar a investigação, estabeleceu-se como objetivo geral buscar formas de aprimorar as ações de avaliação e monitoramento da PAEST dentro da UFJF. Ao longo da investigação, os objetivos específicos foram: descrever o PNAES e a PAEST da UFJF, analisar os mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de assistência estudantil na UFJF e propor ações para o seu aprimoramento.

Para a consecução dos objetivos da pesquisa, foram empregados como instrumentos de coleta de dados a análise documental e a realização de entrevistas. Foram elaborados dois roteiros de entrevista: o primeiro foi aplicado a servidores da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva (PROAE) e o segundo, aos gestores responsáveis por essa política em outras IFES, com o intuito de desenvolver um plano de ação visando aprimorar a avaliação e o monitoramento da PAEST na UFJF.

Esta pesquisa, portanto, foi estruturada em cinco capítulos, incluindo esta introdução. No primeiro, o capítulo introdutório, apresentou-se o PNAES e a questão de pesquisa que investigava o modelo da PAEST da UFJF e como era avaliado pela instituição. Descreveu-se como surgiu o interesse pela pesquisa, seus objetivos, justificativa e os recursos metodológicos empregados para seu desenvolvimento.

O segundo capítulo abordou o processo de expansão de vagas no ensino superior, assim como a PAEST no Brasil e na UFJF. Também realizou-se uma descrição sobre política pública para compreender seu funcionamento e sua importância para a sociedade.

O terceiro capítulo analisou os principais entraves para estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de assistência estudantil na UFJF. Foram examinados, também, os fundamentos teóricos e metodológicos do presente estudo. Ao final, apresentou-se a análise da pesquisa de campo, destacando seus principais achados e discutindo os resultados à luz do referencial teórico.

No quarto capítulo, expôs-se o plano de ação desenvolvido a partir da análise dos dados e dos objetivos estabelecidos nesta pesquisa. Foram detalhadas as estratégias propostas, os recursos necessários para sua implementação, bem como os indicadores para avaliação de sua eficácia. Além disso, discutiram-se os desafios enfrentados na construção do plano e como ele poderia contribuir para a resolução das questões centrais levantadas ao longo do trabalho.

Por fim, no quinto e último capítulo, foram apresentadas as considerações finais, nas quais se sintetizaram as contribuições deste trabalho, apontaram-se suas limitações e sugeriram-se possíveis caminhos para futuras pesquisas na área.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E NA UFJF E O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Este capítulo propõe descrever o processo de expansão de vagas no ensino superior, a Política de Assistência Estudantil (PAESt) no Brasil e sua implementação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Inicialmente, apresentaremos uma retrospectiva histórica da democratização do ensino superior, a fim de proporcionar um entendimento sobre seu funcionamento e sua importância para a sociedade.

Para tanto, o capítulo é dividido em três seções. Na seção 2.1 abordaremos o processo de reestruturação e expansão das vagas no ensino superior, destacando como essa ampliação ocorreu ao longo do tempo e os mecanismos utilizados pelo governo federal para viabilizá-la. A seção 2.2 apresenta um breve histórico da Assistência Estudantil no Brasil, bem como as iniciativas e o marco legal que possibilitaram sua implementação no país.

Por fim, a seção 2.3 traz um panorama da UFJF, abordando tanto a sede quanto o campus Governador Valadares. Além disso, descreve a PAESt na instituição, incluindo informações sobre os gastos institucionais com essa política, suas características e particularidades, bem como os processos de monitoramento e avaliação. Essa análise é fundamentada em um conjunto de evidências obtidas a partir do levantamento de dados realizado na primeira etapa da pesquisa.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DE VAGAS E INCENTIVOS AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Nessa seção, é realizada uma retrospectiva histórica da democratização do Ensino Superior no Brasil. Descrevemos, ainda, como se deu o processo de reestruturação e expansão das vagas. O objetivo é traçar um panorama de como a ampliação das vagas colaborou para a reestruturação da PAESt no país.

A educação superior passou por intensas mudanças nas últimas décadas, um fenômeno observado mundialmente. No Brasil, essas transformações ocorreram por meio de políticas sociais educacionais voltadas para a expansão e o acesso ao ensino superior, implementadas pelo governo federal no início do século XXI. Como consequência, houve um aumento significativo no número de vagas ofertadas para estudantes de graduação nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES).

De acordo com Barros (2015, p. 363), os primeiros dez anos do novo milênio foram marcados por um expressivo crescimento no número de matrículas em cursos superiores, tanto presenciais quanto a distância. Ainda segundo Barros (2015), mesmo o aumento expressivo de matrículas em instituições públicas (de 944.584 para 1.643.298) não foi suficiente para reverter a predominância do setor privado. Pelo contrário, a participação das instituições privadas no total de matrículas cresceu de 68,9 para 74,2%, enquanto a participação das públicas caiu de 31,1 para 25,8%.

Isso indica que, apesar das políticas de expansão e democratização do ensino público, a maior parte do crescimento da Educação Superior no Brasil ocorreu no setor privado. Esse cenário pode estar relacionado a fatores como a abertura de novas faculdades particulares, a redução de investimentos no ensino público nos anos anteriores e o incentivo a programas como o FIES e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que facilitaram o acesso ao ensino superior privado.

A política educacional executada pelo Banco Mundial nos países mais pobres a partir dos anos 1990 está diretamente associada ao crescimento do ensino privado e à privatização do ensino público, principalmente no que diz respeito ao ensino superior. Sendo assim, segundo Nomeriano, Moura e Davanço (2012) a educação passou a ser concebida como um serviço que pode ser vendido, e não mais como um direito.

Por sua vez, Saviani (2010) destaca que essa dinâmica sofre alterações na década de 2000. Embora o governo Lula tenha mantido o estímulo à iniciativa privada com o PROUNI, que consiste na concessão de bolsas em instituições superiores privadas para minimizar o problema de vagas ociosas, houve também um aumento dos investimentos nas universidades federais. O autor ressalta, ainda, que o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) permitiu a ampliação do número de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi (Saviani, 2010).

Nessa mesma direção, segundo Ristoff (2014), dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) demonstram que o número de Instituições de Ensino Superior (IES) saltou de 893, em 1991, para 2.416 em 2012, representando um crescimento de 171%. O mesmo crescimento acelerado ocorreu com o número de matrículas, que passou de 1,5 milhão para mais de 7 milhões no período, um aumento de cerca de 350% (Ristoff, 2014).

De acordo com os indicadores relativos aos anos de 2007 a 2017 (Brasil, 2018) houve um crescimento de matrículas da ordem de 63,9%, o que, em números absolutos, significa a entrada de mais 834.758 estudantes nas IFES, totalizando 1.306.351 estudantes.

Considerando-se somente o período referente à vigência do REUNI (2007–2013), os dados indicam que o crescimento do número de matrículas expressa o acréscimo de 42,4%, ou seja, 553.893 novos estudantes nas IFES durante o período (Salles; Faerstein; Poz; Santos, 2020).

Esses dados evidenciam o crescimento das universidades após a expansão da educação superior com o Programa de Apoio a Planos do REUNI, cujo principal objetivo é ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Entre as diversas ações e programas desenvolvidos e implementados pelo Estado, como já apresentado, destacam-se: o PROUNI criado em 2004, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) instituído em 2012, o REUNI lançado em 2007, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) que surgiu em 2009, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) criado em 1999, a Lei das Cotas nas IES sancionada em 2012, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) elaborado em 2010, a criação de novas universidades federais e campi, a Política de Interiorização e a criação dos Institutos Federais de Educação que aconteceu a partir de 2005. Todas essas iniciativas foram fundamentais para a democratização do acesso ao ensino superior.

Para melhor compreensão, seguimos aqui detalhando esses programas. Entre esses programas o primeiro a ser criado foi o FIES, em 1999, durante o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999–2002) e instituído em 2001, pela Lei nº 10.260. Esse programa do governo federal oferece financiamento estudantil aos estudantes brasileiros que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e tiveram nota maior que 450 pontos. Ele surgiu com o intuito de democratizar o ensino superior brasileiro, gerando crédito para quem não pode pagar pelas mensalidades na rede privada.

Em 2004 durante a gestão do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2006) tivemos a criação do PROUNI, instituído pela Lei nº 11.096/2005. Esse programa do governo federal tem por objetivo democratizar o acesso aos cursos de nível superior por meio de concessão de bolsas de estudos, integrais ou parciais, em instituições de ensino superior privadas.

Em abril de 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de melhorar a educação no país, em todas as suas etapas, em um prazo de 15 anos. O REUNI e o PNAES são exemplos das ações que integram o PDE.

A reestruturação das IFES está prevista no Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos do REUNI, e que tem o objetivo de criar condições

para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível da graduação, buscando um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas instituições federais. Nesse sentido, com o REUNI, estruturou-se a reordenação da educação superior brasileira, com vistas a retomar o crescimento do ensino superior público.

No ano de 2009 durante o segundo mandato (2007- 2010) do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o SISU, uma plataforma usada pelo Ministério da Educação (MEC) para oferecer vagas em universidades públicas e selecionar estudantes. A seleção dos candidatos é realizada a partir da nota obtida no Enem, que ocorre alguns meses antes da abertura do sistema. Assim como para os outros programas do governo que facilitam o acesso ao ensino superior, para participar do SISU o estudante precisa ter realizado a prova do Enem na edição anterior ao ano em que pretende participar. Além disso, deve tirar a nota mínima de 450 pontos e não pode ter zerado na redação.

A fim de consolidar os resultados alcançados com a implementação do REUNI, surge o PNAES criado pela Portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Esse programa é destinado a democratizar o acesso e permanência na educação superior de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e reduzir as taxas de evasão e retenção (Brasil, 2010).

Já o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES) foi criado pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, com o objetivo de assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições com conceito satisfatório no Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAES), por meio da aprovação de plano de recuperação tributária (Brasil, 2012).

Por fim, trazemos a Lei nº 12.711/2012, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff e conhecida como Lei de Cotas. Representa uma modalidade de ação afirmativa que visa promover a diversidade e a pluralidade no contexto acadêmico. Como uma forma de diminuir as desigualdades socioeconômicas, também é um avanço para o acesso ao ensino superior de pessoas negras, indígenas, com deficiência, de baixa renda e oriundas de escola pública.

Todas essas ações pensadas, criadas e implementadas a partir dos anos 2000 são de extrema importância para a materialização da expansão universitária e ampliação do acesso da população mais desfavorecidas à educação superior. Com a entrada desse novo perfil de aluno na educação superior, houve a necessidade de um maior investimento em políticas de

permanência, e é nesse contexto que se tem o fortalecimento das ações de assistência estudantil.

A partir do PNAES, tais políticas se tornam mais significativas no contexto acadêmico. Dias Sobrinho (2013) destaca, sobre o processo de democratização da educação superior, o seguinte:

A democratização e as políticas afirmativas da educação superior, como partes de um movimento muito mais amplo, impõem discutir um conceito de qualidade social, vinculado à pertinência, em contraposição a conceitos cientificistas e definições comprometidas com o mercado. Uma instituição educativa tem compromisso com o fortalecimento da democracia e deve ela mesma exercitar em seu cotidiano os conteúdos e formas da vida democrática (Dias Sobrinho, 2013, p. 107).

Com o processo de democratização e expansão do acesso ao ensino superior, a assistência estudantil se pauta em políticas de ações afirmativas com a finalidade de inclusão social. Esta política contribui para a expansão do acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior.

Podemos considerar a Política de Assistência Estudantil como um marco, já que é uma importante

[...] estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público (Brasil, 2007).

Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Censo da Educação Superior constitui-se como importante instrumento de obtenção de dados para a geração de informações que subsidiam a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas. Além disso, é um elemento essencial para a elaboração de estudos e pesquisas sobre o setor.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2021, havia 2.574 Instituições de Educação Superior no Brasil, das quais 76,9% eram faculdades. Dessas, 313 eram instituições públicas e 2.261 privadas. A grande maioria das Instituições de Educação Superior no país pertence ao setor privado. Em 2021, essas instituições representavam 87,8%, enquanto as públicas correspondiam a apenas 12,2%. Os resultados do censo do INEP (2021) também trazem um dado relevante sobre o novo perfil da educação superior no Brasil: a expansão da Educação a Distância (EAD).

Esses dados são fundamentais para direcionar tanto as políticas em andamento quanto às novas políticas a serem criadas, a partir daquilo que se revela nesse acompanhamento anual

realizado pelo INEP. Isso permite compreender os movimentos e transformações que ocorrem ao longo dos anos na educação superior em diversos níveis.

Podemos depreender, pelo exposto nesta seção, que as políticas de expansão implementadas a partir dos anos 2000 levaram à necessidade de se pensar um programa de assistência estudantil. As mudanças ocorridas nas universidades, com a crescente entrada de estudantes oriundos da classe trabalhadora, tornaram imprescindíveis as políticas de permanência, garantindo que esses alunos consigam concluir seus cursos.

Dessa forma, a próxima seção apresenta um breve histórico das políticas de assistência estudantil no Brasil e como ocorreu a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Com o objetivo de traçar um breve histórico das políticas de assistência estudantil executadas no Brasil, descrevemos nesta seção as iniciativas que levaram a sua concretização no país.

Segundo Costa (2009, p. 4), a assistência estudantil como política pública no Brasil surgiu durante o governo do presidente Washington Luís, em 1928, com a instituição da Casa do Estudante Brasileiro, construída em Paris, para permitir que estudantes brasileiros conseguissem manter seus estudos na França. Nota-se, então, que as primeiras práticas de assistência estudantil no país ocorreram para apoiar as elites daquela época.

Ainda sobre isso, de acordo com Trindade (2016, p. 21), é possível considerar como uma importante manifestação de assistência estudantil o funcionamento da Casa do Estudante do Brasil, no início dos anos 1930, no Rio de Janeiro. Com o objetivo de auxiliar estudantes carentes, foi destinado um casarão com três andares, que abrigava um restaurante popular frequentado pelos discentes, assim como por membros da comunidade que se aproveitavam do benefício ao se fazerem passar por alunos. A casa recebeu consideráveis doações por parte do Governo Federal durante o mandato de Getúlio Vargas (Araujo, 2007).

Contudo, a assistência estudantil foi institucionalizada como direito somente no final da década de 1980, pela Constituição Federal de 1988, ao trazer como princípio do ensino a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988). Para que se pudesse entender com clareza, foi essencial conceituar o que era a PAEst.

A Portaria Normativa nº 39/2007 foi publicada com o objetivo de efetivar tais políticas em 2007, instituindo o PNAES.

Ao assegurar essas políticas, o governo evidenciava a sua importância para a construção de uma educação superior mais inclusiva e de melhor qualidade, com o objetivo de transformar a sociedade e os cidadãos, abrangendo diferenças socioculturais e socioeconômicas.

Conforme apontado por Trindade (2016), com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional em 20 de dezembro de 1996, foi validado o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, previsto desde a Constituição Federal de 1988. Mesmo ainda não sendo considerado um dever legal do Estado promover a educação superior, os pressupostos da LDB conferiram à assistência estudantil a condição de direito. Por outro lado, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001 através da Lei nº 10.172/2001, preconizava ações pertinentes à assistência estudantil. “A inclusão do tema no PNE contribuiu para que questões relacionadas ao acesso e à permanência no ensino superior fizessem parte da agenda governamental e se tornassem objeto de políticas públicas” (Trindade, 2016, p. 25).

Ainda segundo Trindade (2016), a inclusão do tema no PNE favoreceu a incorporação das questões relacionadas ao acesso e à permanência no ensino superior à agenda governamental, tornando-as objeto de políticas públicas. Nesse contexto, o PNAES foi estabelecido com objetivos específicos para garantir a permanência dos estudantes no ensino superior, conforme descrito a seguir.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior Pública Federal;
- II – Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da Educação Superior;
- III – Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – Contribuir para a promoção da inclusão social pela Educação. (Brasil, 2010).

Com as políticas sociais educacionais de expansão e acesso ao ensino superior implementadas pelo Governo Federal no início do século XXI, o número de estudantes de graduação nas IFES cresceu. Nesse aspecto, a PAESSt podia ser compreendida como uma “política inclusiva, na medida em que podia atuar no sentido de ampliar as oportunidades de

permanência de grupos historicamente discriminados por questões de cor/raça, por exemplo” (Pinto, 2015, p. 28).

No sentido de efetivar tais direitos, em 2007, foi publicada a Portaria Normativa nº 39/2007, que instituiu o PNAES. Em 2010, o Governo Federal sancionou o Decreto nº 7.234, regulamentando as políticas de assistência e trazendo orientações para que as IFES criassem seus programas.

Pode-se destacar também que as políticas de assistência estudantil na educação superior tinham o propósito de viabilizar recursos e mecanismos para que os alunos pudessem permanecer na universidade e concluir seus estudos com qualidade. Sendo assim, tais políticas deveriam se voltar não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para atividades diárias na instituição, mas também de ordem pedagógica e psicológica. Por isso, era de suma importância entender quais os objetivos e finalidades de uma política, antes mesmo de ser implementada.

Na compreensão de Secchi (2013, p. 63), “a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou”. Por essa ótica, o processo avaliativo se inicia com a definição de três conjuntos de variáveis: critérios (base valorativa de julgamento), indicadores (mecanismos operadores dos critérios) e padrões ou parâmetros (referências dos indicadores).

Enquanto a avaliação tem por finalidade aprimorar a gestão, produzir evidências, contribuir para a aprendizagem organizacional, aperfeiçoar a política e/ou o programa, o monitoramento consiste em fornecer informações sistemáticas para que a avaliação aconteça (Eloi, 2018, p. 3).

O monitoramento consiste em um processo com fluxo e periodicidade bem definidas, no qual são manejadas informações predominantemente qualitativas centradas em processos, serviços e rotinas de trabalho.

De acordo com Jannuzzi (2016, p. 108),

[...] monitoramento é uma atividade regular de acompanhamento de processos-chave previstos na lógica de intervenção de um programa e que permite rápida avaliação situacional e identificação de anormalidades na execução deste, com o objetivo de subsidiar a intervenção oportuna e a correção tempestiva para garantir a obtenção dos resultados e impactos que ele deve provocar.

A proposta do PNAES previa o acompanhamento das suas atividades através da avaliação do programa, que deveria ser realizada de forma permanente pelas instituições de ensino com a participação dos discentes e pró-reitores. Contudo, o legislador não deixou explicitado como colocar em prática essa avaliação. De acordo com Souza e Costa (2020), não foram previstos instrumentos normativos para o monitoramento e avaliação dessa política, exigindo assim a criação de estratégias na interação dos entes envolvidos.

O silêncio do citado instrumento normativo pode significar a não interferência na autonomia das IFES, mas também pode representar a falta de prioridade do formulador da política frente aos instrumentos de monitoramento, avaliação e controle, desconsiderando o papel que esses mecanismos possuem no combate às desigualdades no âmbito do Ensino Superior público. (Souza; Costa; 2020, p. 371).

Dados do Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201601866/CGU, dos anos 2015 e 2016, apontavam que apenas 10,3% das universidades federais realizavam a avaliação dos resultados do PNAES. Em outras palavras, 89,7% das universidades não cumpriam a previsão do inciso II do art. 5º do Decreto nº 7.234/2010, que estabelecia a necessidade de monitoramento e avaliação dos programas de assistência estudantil.

Além disso, ao investigar a existência de indicadores no âmbito da assistência estudantil nas 69 IFES brasileiras, Fava e Cintra (2020) encontraram apenas um número reduzido de instituições, especificamente 16 universidades federais, que possuíam mecanismos para auxiliar no monitoramento e/ou avaliação do PNAES. Esse dado revelou uma significativa lacuna na implementação de práticas sistemáticas de acompanhamento e avaliação, essenciais para garantir a eficácia e o impacto das políticas de assistência estudantil.

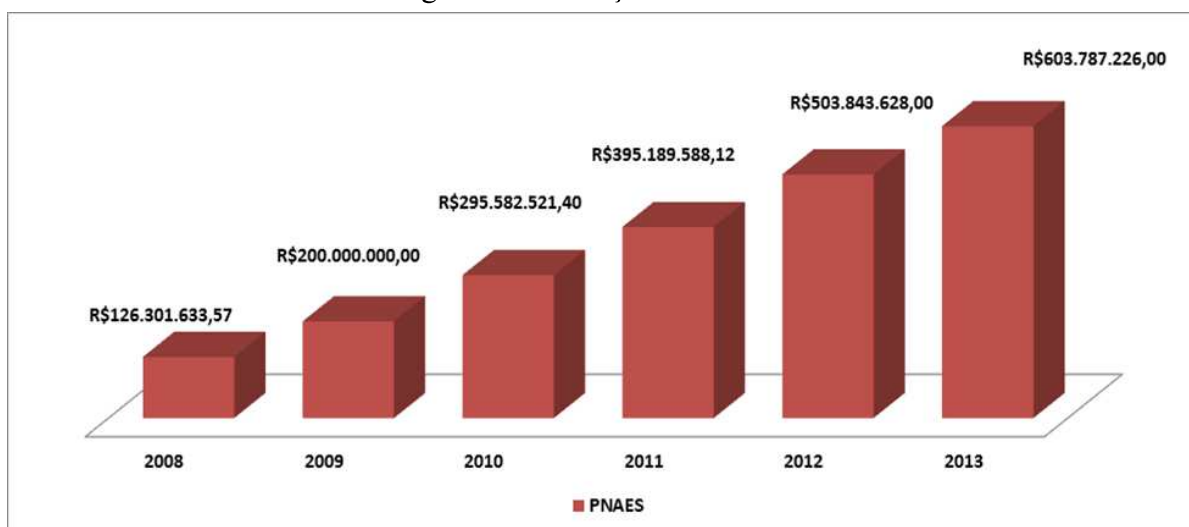
Por outro lado, de acordo com o site do MEC, o governo investiu mais de R\$ 1 bilhão em assistência estudantil a alunos das IFES entre o primeiro ano do programa, 2008, e 2012. Nesses quatro anos, o volume destinado ao programa quadruplicou, passando de R\$ 126,3 para R\$ 503,8 milhões. Em termos de beneficiários, o número de estudantes atendidos pelo PNAES cresceu de 13.306 em 2008 para 66.139 em 2011. Em termos de beneficiários, o número de estudantes atendidos pelo PNAES cresceu de 13.306 em 2008 para 66.139 em 2011. Quanto ao investimento específico em bolsas de assistência estudantil, o volume de recursos destinados passou de R\$ 19,8 milhões para R\$ 181,7 milhões.

Portanto, embora tenha havido um investimento crescente e significativo no PNAES, a implementação de práticas eficazes de monitoramento e avaliação ainda era necessária para

assegurar que os recursos fossem utilizados de maneira eficiente e que os objetivos do programa fossem plenamente alcançados.

A Figura 1, a seguir, ilustra a evolução dos recursos destinados ao programa ao longo dos anos.

Figura 1 – Evolução dos recursos



Fonte: Dados retirados do site do MEC (Brasil, 2023).

Desde a criação do PNAES, como apontado no gráfico, houve um crescimento de aproximadamente 300% nos valores destinados à assistência estudantil no Brasil. Em 2008, os recursos financeiros foram da ordem de 125 milhões e, em 2016, chegaram a aproximadamente 1 bilhão (MPOG/SIOP, 2018). Esses valores tornaram-se cada vez mais expressivos nos orçamentos das Universidades Federais, aumentando significativamente sua importância nas ações para o desenvolvimento do programa de permanência (MPOG/SIOP, 2018). Contudo, houve uma queda para R\$ 987 milhões em 2017 e R\$ 957 milhões em 2018, como se pode verificar na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do volume de recursos no PNAES nacional (2008–2018)

Ano	PNAES NACIONAL	D%
2008	R\$ 125.300.000,00	-
2009	R\$ 203.000.000,00	62,0
2010	R\$ 304.000.000,00	49,8

2011	R\$ 395.189.588,00	30,0
2012	R\$ 503.843.628,00	27,5
2013	R\$ 603.787.226,00	19,8
2014	R\$ 742.720.249,00	23,0
2015	R\$ 895.026.718,00	20,5
2016	R\$1.030.037.000,00	15,1
2017	R\$ 987.484.620,00	- 4,1
2018	R\$ 957.178.952,00	- 3,1

Fonte: Silva; Costa (2018).

Sendo assim, acreditava-se que o estabelecimento do desenho do programa PNAES e, a partir deste, a criação de indicadores para monitorar cada uma de suas etapas eram importantes para possibilitar futuras avaliações, de modo a evidenciar se essa política pública de assistência estudantil havia sido eficaz, bem como uma ferramenta útil para o planejamento, monitoramento e correções de eventuais falhas na execução do Programa.

Nesta perspectiva, de acordo com Brasil (2022), o MEC assegurou mais de R\$ 1,07 bilhão para atendimento ao programa de assistência estudantil em 2022. Também nesse ano, iniciou-se o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento do PNAES, denominado SISPNAES, pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC).

Ter um sistema que fosse capaz de gerar dados, de modo que fosse possível monitorar uma política pública como a do programa de assistência estudantil nas universidades, seria de grande valia, já que facilitaria a visualização da efetividade dessa política, tornando possível corrigir possíveis gargalos.

Aponta-se, assim, para a necessidade de se criar mecanismos que permitam a avaliação do programa, de modo a evidenciar o que deve ser feito e/ou corrigido para se alcançar os resultados esperados (Eloi, 2018, p. 3).

Sanches (2013, *apud* Eloi, 2018), ao analisar os trabalhos de Marçal (2011) e Barretos (2003), destacou que, embora a importância da assistência estudantil fosse reconhecida e legitimada pela sociedade, as universidades ainda não haviam incorporado a cultura da avaliação dessa política. Para o autor, ainda faltava clareza quanto às metodologias nos documentos oficiais. Assim, ao dependerem unicamente desses documentos, as universidades

encontram dificuldades para realizar avaliações, fundamentais para a verificação das metas e o cumprimento dos objetivos (Eloi, 2018, p. 3).

Nesse contexto, as instituições de ensino superior enfrentam desafios ao dependerem exclusivamente desses documentos na realização de avaliações cruciais para verificar o alcance das metas estabelecidas e o cumprimento dos objetivos propostos. Fica evidente, portanto, a necessidade premente de uma maior atenção à incorporação de práticas avaliativas mais robustas e transparentes no âmbito da assistência estudantil, a fim de garantir a eficácia e a efetividade dessa importante política acadêmica.

2.3 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFJF

Nessa seção, descrevemos a UFJF e como se dava a PAEST na instituição, mostrando como ela é gerida e quais as principais bolsas e ajudas são ofertadas aos beneficiários.

2.3.1 A UFJF

A UFJF teve início em 23 de dezembro de 1960, quando o presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei nº 3.858 (BRASIL, 1960). Sua criação foi por meio da anexação de cinco faculdades já existentes na cidade – Direito, Farmácia e Odontologia, Engenharia, Medicina e Economia.

Entre as décadas de 1950 e 1960, o Governo Federal criou 21 universidades, dentre as quais estava a UFJF, a segunda universidade federal do interior do país a ser criada, sendo a primeira instalada no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Contudo, foi somente em 1971, quando o campus universitário foi inaugurado e a reforma universitária implantada, que a organização e o planejamento dos cursos foram centralizados e padronizados, consolidando o sistema de ensino (UFJF, 2010).

No ano em que comemorou seu sexagenário, a UFJF foi eleita a 14ª melhor universidade brasileira, conquistou a 70ª posição entre as latino-americanas e figurou entre as melhores do mundo pela primeira vez, segundo o ranking da Times Higher Education. Já de acordo com o levantamento do Center for World University Rankings (CWUR 2019–2020), a universidade foi considerada a 22ª melhor do Brasil e alcançou a 1.018ª colocação em âmbito mundial.

A UFJF possui dois campi em cidades distintas do estado de Minas Gerais: a sede, no município de Juiz de Fora, e o campus avançado em Governador Valadares. O campus sede fica localizado na mesorregião da Zona da Mata, a 272 km de Belo Horizonte, 184 km do Rio de Janeiro e 506 km de São Paulo. O município possui ligações pelas rodovias BR-040 e 267, a MG-133 e 353, assim como a BR-116, que o conectava ao norte do estado de Minas e a Governador Valadares.

O campus avançado em Governador Valadares (UFJF/GV) surgiu como parte do programa de expansão das universidades federais, promovido pelo Governo Federal, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade e promover o desenvolvimento regional. Na UFJF, a Resolução nº 15/2007 do CONSU aprovou a adesão ao REUNI e ao Plano de Expansão e Reestruturação da Universidade (UFJF, 2007c).

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (2022–2027), a comunidade da UFJF abrangia 1.619 professores e 1.500 técnicos-administrativos, com cerca de 25.000 alunos com status de discentes “ativos” em 2021. No campus avançado de Governador Valadares, havia mais de 4.000 alunos. O campus sede estendia sua influência até próximo da capital (a 250 km de Juiz de Fora), para toda a Zona da Mata Mineira e parte do sul de Minas; por todo o eixo da principal rodovia de acesso (BR-040) ao Rio de Janeiro, até o entroncamento da Rodovia Presidente Dutra em Volta Redonda.

Segundo o que consta no PDI (2022–2027), na UFJF/GV, 46,1% dos alunos são do próprio município de Governador Valadares e 67% em um raio de até 100 km – principalmente no eixo da BR-116 em direção a Caratinga e da BR-381 para o Vale do Aço. Em resumo, a área populacional em torno da cidade de Juiz de Fora, excetuando-se compreensivelmente a região metropolitana do Rio de Janeiro, aproxima-se de 3.000.000 de habitantes. Já em Governador Valadares, a região no raio de 100 km atinge cerca 1.500.000 pessoas, dispersando-se fortemente em seguida.

O campus central da UFJF possui 19 unidades acadêmicas: os Institutos de Artes e Design (IAD), de Ciências Biológicas (ICB), de Ciências Exatas (ICE), de Ciências Humanas (ICH), assim como as Faculdades de Administração e Ciências Contábeis, de Arquitetura e Urbanismo, de Comunicação Social, de Direito, de Economia, de Educação, de Educação Física, de Enfermagem, de Engenharia, de Farmácia, de Fisioterapia, de Letras, de Medicina, de Odontologia, de Serviço Social e, por fim, o Colégio de Aplicação João XXIII. Em Governador Valadares, havia duas unidades: o Instituto de Ciências da Vida (ICV) e o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

No que diz respeito aos cursos de pós-graduação, de acordo com as informações contidas no site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, a UFJF possui 45 programas, sendo 15 cursos de mestrado acadêmico, 10 mestrados profissionais e 20 mestrados/doutorados.

De acordo com a Resolução 07/2023-CONSU/UFJF, de 14 de fevereiro de 2023, que aprovou alterações à estrutura organizacional, a UFJF possui oito pró-reitorias, seis diretorias e 22 unidades acadêmicas, incluindo as do Campus Avançado de Governador Valadares. Dentro dessa estrutura organizacional está a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), setor responsável por tratar dos assuntos que são objeto desta pesquisa.

A PROAE foi criada em 2011 e é o espaço dedicado à formulação, implantação, gestão e acompanhamento das políticas de assistência estudantil.

De acordo com o site da instituição, a equipe da PROAE, nos dois campi, é composta por uma pró-reitora, 12 assistentes sociais, 3 pedagogos e 8 psicólogos, além de 6 servidores que atendem a parte administrativa.

Atuando para a permanência dos estudantes tanto em relação às condições socioeconômicas quanto psicopedagógicas (UFJF, 2022), a PROAE é responsável pelo gerenciamento do programa no âmbito da instituição e, atualmente, oferece as seguintes modalidades de benefícios, conforme verificamos no artigo 4º da Resolução UFJF Nº 311/2017:

Art. 4º. O Programa de Bolsas e Auxílios da UFJF organiza-se nas seguintes modalidades:

I – Bolsa PNAES: incentivo pecuniário mensal com vistas a ampliar o acesso às condições de permanência na educação superior;

II – Bolsa Permanência: incentivo pecuniário mensal, concedido nos termos do Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação;

III – Auxílio-moradia: vaga na moradia estudantil da UFJF ou incentivo pecuniário mensal destinado a discentes que, devido ao ingresso no ensino superior, residam ou venha a residir na cidade sede do campus no qual está matriculado e o grupo familiar seja residente em cidade distinta.

IV – Auxílio-transporte: incentivo pecuniário mensal destinado aos discentes que utilizam transporte coletivo municipal no deslocamento da residência ao respectivo campus universitário, durante os períodos letivos;

V – Auxílio-creche: incentivo pecuniário mensal destinado ao custeio parcial das despesas com os (as) dependentes legais do (a) beneficiário (a), até o limite de idade de 05 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, inclusive. Caso ambos os pais e/ou responsáveis legais sejam discentes da UFJF, apenas um fará jus ao auxílio, o qual também não poderá ser acumulado com benefício da mesma espécie;

VI – Auxílio-alimentação: acesso gratuito às refeições oferecidas pelo Restaurante Universitário (UFJF, 2017).

Além das modalidades mencionadas, a PROAE também disponibiliza apoio pedagógico e atendimento psicológico, além de vários projetos psicopedagógicos como “Roda Vida”, “Tempero Cultural”, “Grupo Fora de Casa” e “Deboas”, que objetivam socialização, acolhimento, divulgação de informações e orientações (UFJF, 2022).

O “Roda Viva” é um projeto de acolhimento que busca aproximar os alunos, criando um ambiente mais saudável e amigável, para que calouros não se sintam perdido ou sozinhos na universidade. No projeto, os estudantes que estão chegando à UFJF e começando uma nova vida, especialmente aqueles que vêm de outras cidades, podem contar com um veterano que já passou por essa experiência, para orientá-los tanto nas questões do dia a dia, como no campo acadêmico e institucional (UFJF, 2023).

Já o “Tempero Cultural” resultou de uma parceria entre a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil com o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Esse projeto tem como proposta básica a socialização através de expressão cultural e artística variadas, produzidas pelos próprios discentes da instituição (UFJF, 2023).

O “Grupo Fora de Casa” é um grupo de intervenção psicoeducacional, humanista e multidisciplinar oferecido aos alunos que são originários de localidades diferentes da sede da UFJF. Ele conta com profissionais da Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Economia e docentes. É um grupo indicado para estudantes interessados em cuidar de sua saúde mental, que vieram para Juiz de Fora especialmente para cursar a Universidade, que sentem saudade de casa, dos amigos e da cidade, que dividem moradia e que sentem-se sozinhos ou com dificuldades de adaptação (UFJF, 2023).

Por fim, o “DeBoas” é um projeto cuja última edição foi comandada por uma psicóloga da PROAE, e que tem como objetivo auxiliar discentes a lidarem com a ansiedade. Este projeto comemorou a sua 12ª edição em 2023. Com uma abordagem psicoeducativa, ele apresenta, de forma prática e objetiva, informações e técnicas para o manejo da ansiedade (UFJF, 2023).

No ano de 2021, foi pago um total de 73.115 bolsas e auxílios estudantis para os discentes, conforme consta na figura 2 a seguir.

Auxílio Inclusão Digital	2.0 95	2.0 75	X	1.9 50	1.9 12	X	X	X	X	X	X	X	2.0 08
Bolsa PNAES	1.8 45	1.8 03	1.7 79	1.6 45	1.6 35	1.7 03	1.5 98	1.5 04	1.4 69	1.4 49	1.4 38	1.4 02	1.6 06
Bolsa Permanência	9	9	8	9	7	7	7	7	7	7	6	6	7
Total	5.3 10	5.3 15	3.1 78	5.8 96	5.8 37	4.1 03	3.9 08	3.7 00	3.6 63	3.6 27	3.6 13	3.5 29	4.3 07

Fonte: Processo de contas anual exercício de 2022 (UFJF, 2023).

Ao comparar o número de bolsas concedidas pela PROAE entre 2021 e 2022, percebeu-se uma redução considerável no montante total de verba destinada para bolsas e auxílios estudantis. Isso ocorreu porque, em 2022, foi suspenso o auxílio emergencial temporário disponibilizado aos estudantes durante a pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) que foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. Além disso, houve também a suspensão do auxílio digital. Vale ressaltar que este último foi criado em 2020, durante a pandemia, para garantir o acesso dos discentes às atividades acadêmicas remotas, e foi suspenso em 2022, sendo substituído pela Portaria SEI nº 1015/2022, que regulamenta o empréstimo de notebooks para estudantes vinculados à Assistência Estudantil.

2.3.2 Características e Particularidades do monitoramento e da avaliação da Assistência Estudantil na UFJF

Nesta seção foi analisado o processo de monitoramento e avaliação da PAES na UFJF à luz do Decreto 7.234/2010 do PNAES, que estabeleceu, em seu artigo 5º, parágrafo único, inciso II, que as IFES deveriam fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação para esse programa, bem como os benefícios das bolsas e auxílios oferecidos pela UFJF por meio da PROAE.

Vale ressaltar que, apesar de ser um artefato jurídico importante para as ações de assistência estudantil, o Decreto 7.234/2010 do PNAES não especificou como e quais instrumentos deveriam ser utilizados para acompanhamento e avaliação. Nesse sentido, ficou a cargo das IFES a criação de seus próprios sistemas de avaliação e monitoramento.

Na UFJF, a PROAE é o setor responsável por realizar as avaliações socioeconômicas dos discentes que solicitam participação no Programa de Bolsas e Auxílios Estudantis.

De acordo com o que consta no ofício/SEI nº 39/2023/SEC-PROAE, respondendo às indagações da presente pesquisa quanto aos instrumentos de monitoramento e avaliação da política de apoio estudantil utilizados na UFJF, foi informado que as avaliações ocorrem durante o ano todo, em um fluxo contínuo, ou seja, a qualquer momento o estudante pode solicitar o auxílio. Isso se apresenta como ponto positivo dentro da instituição, já que a vida, as situações financeiras e as relações familiares dos discentes podem mudar subitamente.

Conforme o mesmo ofício, também é realizado o acompanhamento pedagógico e psicológico dos estudantes, bem como reuniões de capacitação da equipe. No que se refere à avaliação da política, a PROAE destacou que são feitas análises de desempenho acadêmico dos discentes bolsistas e controle de matrícula, contudo, não detalhou de que forma isso acontece.

Assis (2013) destacou, em sua pesquisa, a importância de se estabelecer uma metodologia de acompanhamento e avaliação da política como forma de adequar os serviços oferecidos não apenas ao orçamento, mas também à real necessidade dos alunos. Promover ações afirmativas de permanência, como as indicadas pelo PNAES, por exemplo, pode ser uma forma concreta de favorecer a igualdade de resultados proposta pelas políticas de discriminação positiva.

Entretanto, é razoável discutir se a forma como o PNAES vem sendo colocado em prática significa que as universidades estão, com efeito, cumprindo com o seu compromisso de preparar indivíduos realmente capazes de participarem, efetivamente, como membros integrais da sociedade, em condições de igualdade com aqueles que não pertencem aos grupos historicamente segregados (Trindade, 2016, p.49).

É válido reiterar que, durante a execução de uma política pública, o acompanhamento e a avaliação desempenham um papel essencial para garantir a consecução dos objetivos estabelecidos e avaliar os resultados produzidos na sociedade, verificando sua real efetividade. O acompanhamento envolve uma supervisão sistemática da execução das atividades, com o objetivo de fornecer informações que possibilitem eventuais correções, enquanto a avaliação consiste na análise dos efeitos produzidos após a execução.

Nesse sentido, conforme apontado no ofício SEI nº 39/2023/SEC-PROAE, citado acima, a falta de um sistema informatizado e integrado, possibilitando a coleta de dados para a elaboração de diagnósticos e prognósticos da assistência estudantil dentro da UFJF,

apresentou-se como um fator de dificuldade. Dessa forma, a PROAE indicou que a avaliação e o monitoramento da PAEST ocorrem de forma não sistemática e com frequência irregular.

Para Pinto (2015, p.69) “o acompanhamento das políticas públicas pode ser realizado pelos gestores e executores do programa, através da utilização de dados internos, com vistas à correção oportuna dos desvios identificados”.

Em reportagem disponível no site da UFJF, a Pró-Reitora de Assistência Estudantil, Cristina Bezerra, destacou que o público-alvo dos programas de assistência estudantil são aqueles com renda bruta familiar per capita de até 1,5 salários mínimos. Cristina também anunciou a inserção de alunos estrangeiros no programa a partir de 2023, esclarecendo que esses discentes poderiam ter acesso às bolsas e auxílios da PROAE, desde que se enquadrassem nos critérios exigidos pelo edital.

Na UFJF, a análise para concessão de bolsas e auxílios é realizada por meio de uma série de documentos apresentados pelos candidatos. Após o envio, ocorre uma análise socioeconômica feita pela equipe de assistentes sociais da PROAE. De acordo com a vulnerabilidade econômica dos alunos, são alocados em grupos específicos, nos quais é possível acumular outros auxílios para garantir sua permanência na universidade. Assim, com base na necessidade comprovada pelos documentos de renda e na disponibilidade orçamentária do programa de assistência estudantil, os estudantes são agrupados.

A PROAE desenvolve as ações previstas no PNAES, seguindo o Decreto 7.234/2010, que visava à implementação de políticas voltadas para as cotas e a diversidade dentro da universidade. O decreto previu áreas de atuação, como moradia, transporte e alimentação. Assim, esses auxílios têm o objetivo de reduzir a evasão por desistência e a retenção em períodos e disciplinas.

No primeiro semestre de 2023, todas as bolsas disponibilizadas pela UFJF foram reajustadas. Essa medida impactou diretamente todos os alunos beneficiados pelos auxílios. Na reportagem supracitada, a então Pró-Reitora da PROAE mencionou que a correção das bolsas acompanhou a política de ensino superior do Governo Federal e buscou recuperar perdas e defasagens em todas as esferas.

Em relação às bolsas e auxílios oferecidos pela PROAE, que são dedicadas, exclusivamente, para estudantes em vulnerabilidade econômica, elas têm o objetivo de garantir a permanência do estudante na UFJF. Esse aumento tem significado importantíssimo, pois garante o acesso a bens de primeira necessidade e sobrevivência para que os discentes possam concluir a graduação com qualidade, enfatiza a pró-reitora de Assistência Estudantil (Bezerra, 2023).

Para solicitar os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil da UFJF, o aluno precisa acessar a página eletrônica da PROAE e buscar a aba “Bolsas e Auxílios”. Em seguida, deve enviar a documentação para análise por e-mail específico.

De acordo com a equipe da PROAE, os estudantes devem tomar alguns cuidados ao solicitar o benefício: a documentação completa deve ser enviada em um único arquivo em formato PDF; os documentos devem estar legíveis, sem cortes ou rasuras, e organizados por membro do grupo familiar; o formulário socioeconômico gerado no SIGA 3 (Assistência Estudantil) deve ser incluído no arquivo com a documentação; e, durante o envio, o discente deve se identificar no e-mail, informando nome completo, número de matrícula e CPF.

Os solicitantes têm um prazo de até 30 dias para receber a resposta sobre o deferimento ou indeferimento do pedido. Após a data, devem comparecer à PROAE para assinar o termo de recebimento e, caso não receba o auxílio no mês seguinte, o valor da bolsa é pago posteriormente de forma retroativa.

Vale ressaltar que os benefícios das bolsas e auxílios oferecidos pela UFJF por meio da PROAE eram: Auxílio Transporte, Alimentação, Creche e Moradia. Estudantes também poderiam requerer uma vaga na Moradia Estudantil e uma Bolsa do PNAES, que é um programa do Governo Federal, mas gerenciado pela PROAE.

A bolsa de maior valor é a do PNAES, destinada aos graduandos dos cursos presenciais da UFJF que comprovem vulnerabilidade socioeconômica, proporcionando condições para sua permanência no ensino superior. O valor da bolsa, em março de 2023, era de R\$ 560,00.

Já o auxílio-transporte é destinado aos estudantes que utilizam transporte coletivo municipal no deslocamento entre a residência e o campus universitário durante os períodos letivos. O valor é mensal e varia conforme a quantidade de passagens necessárias para o deslocamento.

Os estudantes que têm filhos têm direito ao Auxílio Creche, que consiste em um incentivo financeiro mensal destinado ao custeio parcial das despesas com os dependentes legais do beneficiário, até o limite de idade de cinco anos, 11 meses e 29 dias. O valor da bolsa, na época, era de R\$360,00.

O Auxílio Alimentação era concedido por meio do acesso gratuito às refeições oferecidas pelo Restaurante Universitário: café da manhã, almoço e jantar. Naquele período, o valor do café da manhã era R\$ 0,50 e das demais refeições R\$ 1,40.

Existe, ainda, a Moradia Estudantil, um programa que oferece residência temporária aos estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial do campus Juiz de Fora. O objetivo é oferecer condições de estadia aos alunos em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica oriundos de cidades distintas de Juiz de Fora, e contribuir para sua permanência na universidade, promovendo um ambiente de convivência e aprendizagem. De acordo com as informações disponíveis no site da instituição, o programa poderia beneficiar até 103 estudantes. Para concorrer às vagas, é necessário possuir renda familiar bruta mensal de até 1,5 salários mínimos per capita. O edital para a ocupação da Moradia Estudantil era específico e não contínuo, como no caso das bolsas de permanência.

Além dos auxílios e bolsas destacados, a PROAE oferece apoio pedagógico e psicológico para os estudantes. O apoio pedagógico tem o objetivo reduzir as dificuldades acadêmicas, estimular e facilitar a permanência do estudante no curso, além de assessorá-lo em suas demandas didáticas e acadêmicas.

Já o Serviço de Psicologia da PROAE é aberto a todos os estudantes da UFJF, sendo oferecido nas modalidades individual e grupal. No atendimento individual, é promovido um espaço de acolhimento e escuta, visando refletir sobre a vida acadêmica e as questões afetivas e emocionais que podem surgir durante a experiência universitária. Também eram realizados atendimentos breves e encaminhamentos para outros serviços, quando necessário.

Diante das ações realizadas pela PROAE na UFJF, a existência de um mecanismo capaz de aferir e avaliar os resultados acadêmicos dos discentes atendidos é essencial. Contudo, conforme apurado, a instituição realizava apenas uma avaliação socioeconômica dos alunos, não da política em si. Não foram encontrados documentos ou relatórios que fornecessem informações sobre a eficácia da aplicação dos recursos ou que demonstrassem a redução das taxas de retenção e evasão, considerando o impacto direto do novo perfil de público que compõe a universidade.

A ausência de uma ferramenta regulamentada para mensurar ou avaliar os resultados acadêmicos dos alunos atendidos pelas ações do PNAES deixa margem para interpretações falhas. Nesse sentido, torna-se necessário que a universidade organizasse formalmente o acompanhamento e monitoramento da política, a fim de aprimorar suas ações.

Na UFJF, não havia instrumentos normativos que estabelecessem como deveria ser realizado o monitoramento e a avaliação da política de apoio estudantil. A única diretriz disponível era a Resolução CONSU nº 11/2017, que abordava a PAEST. Esse documento fornecia orientações específicas sobre a análise socioeconômica dos alunos beneficiados pelo

programa, detalhando critérios como a exigência de aprovação em, no mínimo, 60% dos créditos cursados no semestre anterior e a matrícula regular em uma carga horária média mínima de 225 horas aula por semestre para garantir a permanência no programa.

No entanto, a resolução não trata explicitamente do acompanhamento e da avaliação dos beneficiários, limitando-se a estabelecer critérios para a manutenção no programa. A falta de formalização sobre as práticas de acompanhamento e avaliação da política como um todo é uma lacuna que precisa ser solucionada para garantir uma implementação mais eficiente e abrangente da assistência estudantil na instituição.

Em estudo recente sobre avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, Lima e Mendes (2020) afirmaram:

Embora se perceba que haja um monitoramento quantificado das ações locais das instituições, sobretudo em relação ao orçamento e número de discentes atendidos por bolsas, não foi verificado a uniformização avaliativa do Programa já que este é universalmente implementado nos Institutos e Universidades Federais (Lima; Mendes, 2020, p. 2011).

Como se pode perceber, a ausência de uma avaliação pluralista nas instituições de ensino superior que recebem recursos destinados ao programa de assistência estudantil não é uma deficiência exclusiva da UFJF. Essa constatação evidencia um problema sistêmico que vai além das fronteiras institucionais, destacando a necessidade de um debate mais amplo sobre as práticas de avaliação.

No próximo capítulo, será realizada a análise do caso de gestão abordado nesta dissertação. O que permitirá uma reflexão mais ampla sobre os desafios e lacunas na avaliação e no monitoramento dos programas de assistência estudantil na UFJF. O objetivo é contribuir para o aprimoramento das práticas de avaliação e monitoramento nessa instituição, promovendo uma gestão mais eficaz e responsável dos recursos.

3 ANÁLISE DO CASO

As políticas públicas representam um importante instrumento para o fomento do regime democrático. Por se constituírem em atividades e programas desenvolvidos pelo Estado para assegurar a garantia dos direitos constitucionais, os ciclos de políticas públicas cumprem, ainda, um importante papel no exercício da cidadania.

Tendo em vista que esta pesquisa teve como objetivo investigar os entraves que a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) encontra para realizar o monitoramento e a avaliação do seu programa de assistência estudantil, torna-se pertinente apresentar, neste capítulo, um esboço teórico sobre o que é Política Pública. Em seguida, exploramos seu ciclo e destacamos sua importância para a efetividade dos resultados das políticas implementadas. Além disso, este capítulo também apresenta o percurso metodológico do estudo e a análise dos dados coletados na pesquisa.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Por se tratar a Assistência Estudantil de uma política pública, nesta seção, é apresentado o entendimento de diferentes autores sobre o conceito de política pública, a fim de traçar seu significado e as relações que se estabelecem no processo da política educacional. Esta foi dividida em três subseções, distribuídas da seguinte forma: subseção 3.1.1, na qual trabalharemos os conceitos gerais e as definições de políticas públicas na perspectiva de diferentes autores; na subseção 3.1.2 teceremos as considerações sobre o ciclo de políticas; nesse mesmo contexto, a subseção 3.1.3 trará uma abordagem mais detalhada sobre sua avaliação e monitoramento.

Tendo a educação sido concebida como um direito de todo estudante, garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional de 1996, a Assistência Estudantil também deveria se efetivar como política pública educacional, buscando assegurar o direito à educação a todos. Partindo desse entendimento, na próxima subseção é descrito o conceito de política pública e sua estruturação. Essa apresentação foi necessária para que o leitor compreendesse, primeiramente, seu significado e finalidade.

3.1.1 Conceitos gerais

Descreveremos nesta subseção os conceitos gerais e as definições de políticas públicas na perspectiva de diferentes autores.

As políticas públicas representam uma parte fundamental para o funcionamento de uma sociedade, influenciando diretamente a forma como os recursos públicos serão utilizados. Por isso, é essencial conhecer e compreender seu conceito para entender o papel do Estado e como essas ações podem beneficiar a sociedade.

Ademais, as políticas públicas têm a finalidade de resolver ou tratar uma questão pública quando esta for de interesse coletivo. Sendo assim, elas remetem a dois componentes essenciais: intencionalidade e resposta a um dilema público (Secchi, 2013). Ou seja, são concebidas para solucionar problemas existentes em diferentes áreas, como saúde, meio ambiente, moradia e educação, dentre outras. Assim, “a política pública tem a função e deve atender à sociedade como um todo, possibilitando a incorporação de conquistas sociais visando maior equilíbrio social” (Teixeira; Estrela; Fernandes, 2018, p. 10).

Nessa perspectiva, podemos compreender a política de permanência como parte das políticas públicas educacionais, que consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governamental cujo objetivo é auxiliar na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal.

Muitos são os autores que conceituam política pública. Aqui, foram apresentadas algumas dessas definições, com o intuito de familiarizar o leitor e demonstrar sua importância para a solução de problemas do cotidiano. Para Peters (2016), a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegação, influenciando a vida dos cidadãos. Em outras palavras, a política pública pôde ser entendida como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (Saraiva; Ferrarezi, 2006, p.28).

Sendo assim, podemos compreender as políticas públicas como um conjunto de ações utilizadas pelo Estado para dar solução pacífica às demandas e anseios da sociedade. De acordo com Saraiva (2006), o processo não possui uma racionalidade manifesta. Não é uma ordenação tranquila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado.

Condé (2012), ao tratar da análise desse tema, propôs-se a responder às seguintes questões: “como é possível observar uma política pública e seus componentes? O que deve ser considerado quando esse exercício é realizado?” (Condé, 2012, p. 80). O autor explorou

diversas dimensões da análise, começando pela apresentação de uma definição abrangente de política pública como uma característica inerente à esfera pública.

Segundo essa perspectiva, as políticas públicas abordaram questões coletivas e englobaram tanto questões quanto bens públicos. Elas assumem um caráter impositivo, derivado de autoridades. Além disso, Condé destacou a estreita ligação entre política pública e política, enfatizando a ausência de neutralidade nesse contexto, uma vez que sua formulação e implementação envolve disputas de valores e a alocação estratégica de recursos. Assim, “na prática, os governos democráticos utilizam tais políticas como forma de traduzir suas plataformas e propostas de governo em programas e ações que poderão produzir resultados práticos ou alterações em um contexto real”. (Carneiro, 2023, p. 32).

As “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. [...] é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (Secchi, 2014, p. 1-2). Assim, conseguimos compreendê-las por meio da relação entre o Estado e a sociedade, permitindo uma visão do modelo de gestão pública a partir de uma macro orientação que molda tanto os projetos políticos quanto o próprio Estado.

Para Jannuzzi (2016, p. 14), política pública é um “[...] conjunto de decisões tomadas pelas instituições de Estado em busca da solução de um problema ou da promoção de um objetivo comum desejado pela sociedade”. Nessa perspectiva, ela é concebida como uma ação governamental intrinsecamente ligada aos conceitos de necessidades sociais e direitos de cidadania. Embora o Estado seja central na implementação dessas políticas, não é o único agente, uma vez que instituições privadas também podem desempenhar esse papel, contanto que sua proposta esteja direcionada ao bem público.

Com base nos conceitos dos diferentes autores aqui expostos, foi possível inferir que política pública pode ser entendida como ações do Estado que, agindo direta ou indiretamente, buscam solucionar problemas implantando um projeto de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Para que sejam formuladas e implementadas a fim de beneficiar a sociedade, é necessário que haja a participação ativa por parte dos cidadãos e cidadãs. O Estado deve dispor dos mais diversos mecanismos de participação social para aproximar a população das etapas que compõem o ciclo de políticas públicas.

Assim, na próxima subseção trabalharemos esse ciclo. A abordagem constitui-se em um referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais.

3.1.2 Ciclo de Políticas Públicas

Nessa subseção abordamos as considerações sobre o Ciclo de Políticas, que apresentam as diversas fases e contextos pelos quais perpassam as políticas públicas.

Diversas razões impulsionam os diferentes atores sociais a se debruçarem sobre esse tema, destacando-se, entre elas, as principais: científicas (universidades, grupos de pesquisa, acadêmicos etc.), profissionais (organizações sindicais, empresas e corporações comerciais e industriais, técnicos e especialistas em diversos segmentos sociais etc.) e políticas (lideranças comunitárias, lideranças políticas, organizações não governamentais etc.), como apontado por Tude, Ferro e Santana (2015).

De maneira simplificada, o ciclo de políticas públicas pode ser compreendido como um modelo que contempla os diversos estágios envolvidos na concretização das ações propostas por uma determinada política pública. Nesse sentido, a política pública é considerada “como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado” (Souza, 2007, p. 74).

A perspectiva do ciclo de políticas também pode ser vista como uma ferramenta que auxilia na análise crítica das políticas educacionais de forma mais abrangente. Conforme observado por Mainardes (2006), uma das vantagens dessa abordagem é sua flexibilidade, que se manifesta como uma proposta aberta e como um instrumento investigativo.

Além disso, esse ciclo pode ser concebido como um processo de elaboração que organiza as fases de uma política pública, sendo composto por sete etapas: identificação do problema, formação da agenda, formulação das alternativas para o problema, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção (Secchi, 2013).

Contudo, é necessário levar em consideração que o ciclo de políticas públicas não tem a pretensão de representar a dinâmica complexa de elaboração, sendo apenas um referencial utilizado por diferentes autores para demonstrar sua estrutura.

A estrutura do ciclo é apresentada de diferentes formas, mas guardam semelhanças em relação a cada estágio e no modo de encadeamento dos processos. Condé (2012) apresenta a estrutura do ciclo de políticas públicas a partir das seguintes fases: a) formação da agenda, b) formulação e decisão, c) implementação e d) monitoramento e avaliação.

De acordo com Kingdon (2006, p. 222), agenda é “a lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais

como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades”. Vale destacar que o processo de desenvolvimento da agenda não é linear; além de ser um processo político, também demanda aspectos técnicos e implica a relação entre diferentes atores políticos e sociais.

Após a inclusão de um problema na agenda do governo, o próximo passo é a formulação de alternativas para esses problemas. Nessa etapa, é crucial a construção de soluções para os problemas, bem como a definição dos objetivos e a formulação de estratégias, considerando também as possíveis consequências para cada solução proposta (Secchi, 2010). A fase relativa à formulação e decisão da política trata da busca por alternativas e proposição de soluções para o problema identificado. Nessa fase, diversos grupos de interesse mobilizam-se com o objetivo de influenciar o desenho da política (Condé, 2012).

Já a implementação corresponde à etapa do ciclo de políticas públicas na qual ocorre também a análise dos resultados e dos impactos das ações e políticas que não foram devidamente planejadas na fase anterior. No processo de implementação, são apreciados os mecanismos administrativos, o desempenho dos atores envolvidos e as características técnicas dos projetos ou programas (Frey, 2000). Nessa etapa, os principais elementos de análise são as pessoas e organizações diretamente vinculadas às instituições, recursos e pressões externas (Secchi, 2013).

A avaliação, por sua vez “é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou” (Secchi, 2013, p. 63). Consistindo nas indagações dos impactos gerados pela política (Lima; D’ascenzi, 2013), assunto que será especificamente abordado a seguir.

Considerando a importância do monitoramento e avaliação das políticas públicas, a seguir discorreremos sobre esses processos, tendo em vista que constituem o foco desta pesquisa.

3.1.3 Avaliação e Monitoramento

Nesta subseção, descreveremos com mais detalhes o conceito de avaliação e de monitoramento e a sua relevância dentro da Política Pública.

Quando foi implementada a PAEST, o governo federal transferiu para as instituições de ensino a responsabilidade de monitorar e avaliar o desempenho dos programas. Os sistemas de monitoramento e avaliação, são ferramentas que possibilitam o acompanhamento dos investimentos governamentais e do impacto do programa junto aos beneficiários diretos por meio de indicadores consistentes, constituem mecanismos incontestáveis para os gestores e sociedade. “O mais efetivo é que monitoramento e avaliação, inclusive com seus instrumentos, estejam previstos e considerados no desenho da política (ou do programa ou do projeto)” (Condé, 2012, p. 96).

De maneira ampla, a avaliação e o monitoramento de programas fundamentam-se na verificação da congruência entre o desenho do programa, seus propósitos e os objetivos estipulados. Isso envolve analisar a correspondência entre os serviços oferecidos e as metas delineadas no planejamento estratégico, mensurar os efeitos tangíveis (resultados e/ou impactos) e, por fim, examinar a coerência subjacente à eficiência do programa. Em outras palavras, a avaliação visa assegurar que os benefícios da política são suficientes para compensar os custos envolvidos, garantindo a racionalidade e eficácia do programa em questão.

Condé (2012) ressalta que, preferivelmente, a avaliação não deve ser conduzida por responsáveis pela implementação ou outras etapas. Segundo o autor, seria mais adequado que a avaliação fosse feita por membros externos, indivíduos ou agências não participante do processo de implementação, considerando que equipes de avaliação trabalham com preferências e interesses.

Além disso, Ramos e Schabbach (2012) apontam a avaliação de políticas públicas como uma possibilidade de aprimorar as tomadas de decisões, alcançar o bom uso dos recursos e permitir que as decisões e as ações tomadas sejam responsabilizadas, possibilitando aos gestores o desenho de políticas mais consistentes. Não obstante, destacam o crescente interesse dos governos no Brasil neste âmbito, relacionando a fatores como o alcance de metas, a verificação dos resultados dos programas, a eficiência e eficácia da gestão pública e a aplicação da *accountability*.

Ainda que os mecanismos de avaliação e monitoramento precisem de controle e *accountability*, também respondem ao desejo da sociedade por transparência e responsabilização da gestão pública.

Jannuzzi (2011) evidencia que as frustrações decorrentes das dificuldades de monitoramento e avaliação no Brasil devem-se a modelos e regras particulares e protocoladas

que não levam em conta o estágio do programa e a circunstâncias de cada intervenção, ou seja, as particularidades de onde os programas estão sendo implementados.

A etapa de avaliação de uma política pública envolve confirmar se está alcançando os resultados esperados. Nesta etapa, todos os atores envolvidos na política pública são peças fundamentais para identificar os pontos positivos e negativos e propor mudanças.

Não se pode negar a importância da avaliação e do monitoramento dentro do arcabouço de uma política pública. Entender as funções desses mecanismos e como são percebidos é essencial.

A avaliação ainda é percebida como opinião no sentido lato senso, ou seja, informal/espontânea carecendo de instrumentos de coleta e análise de dados advindos da pesquisa social aplicada. Já o monitoramento é vinculado à fiscalização, controle, vigilância, organização de documentos e ao cumprimento de normas em detrimento da sua valorização enquanto acompanhamento planejado, sistemático e dirigido da implementação de um serviço, programa ou projeto social (Boeno; Carloto, 2015, p.20).

Inferimos que a avaliação é um instrumento de gestão que está associado à concepção de eficiência, eficácia e efetividade na atuação do Estado. Assim, devem-se considerar os motivos que levaram à sua realização ou não realização, utilização e não utilização e, ainda, divulgação e não divulgação dos resultados.

Contudo, ao falar de avaliação, é importante também destacar um mecanismo que será relevante para o sucesso do processo avaliativo: o monitoramento. De acordo com Souza e Costa (2020), a avaliação objetiva o aprimoramento da gestão e a produção de evidências, além de contribuir para a aprendizagem organizacional, bem como para o aperfeiçoamento da política. Já o monitoramento atua para que esses objetivos sejam alcançados, pois é por meio dele que serão obtidas as informações necessárias para uma avaliação efetiva.

Inferimos de Nogueira (2002) que o monitoramento/acompanhamento é uma tarefa que antecede a avaliação, sem a qual a última se torna inviável. A autora aponta, ainda, para a necessidade de um sistema de monitoramento/acompanhamento que contemple a indicação clara sobre quais serão os instrumentos utilizados para o registro das ações desenvolvidas, gerando assim um sistema de informações sobre as mesmas.

Shapiro (2007) entende o monitoramento como uma coleta sistemática e análise da informação sobre como um projeto avança, de modo a melhorar sua eficiência e a eficácia. Desta forma, o monitoramento consiste em acompanhar a política pública visando verificar se, de fato, houve o cumprimento das ordenações e possibilitar a correção de eventuais falhas (Condé, 2012). Por conseguinte, “embora seja possível colocar em andamento uma política

pública sem a previsão desta fase, tal ocorrência pode comprometer o sucesso esperado, impedindo que os resultados e impactos gerados sejam avaliados” (Carneiro, 2023, p.35).

No entanto, conforme citado na seção 2.2, Souza e Costa (2020) destacam que apesar da avaliação e monitoramento por meio de indicadores serem fundamentais para conferir sucesso às políticas públicas, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) não previu o monitoramento através de indicadores e critérios de avaliação. Isso pode ter ocorrido para conceder autonomia às instituições federais ou por falta de reconhecimento da relevância desses na minimização das desigualdades sociais no âmbito do ensino público. Às instituições federais coube o encargo de fixar seus próprios mecanismos de monitoramento do Programa de Assistência Estudantil, mas muitas seguem sem criá-los ou o fazem de maneira deficitária.

Desse modo, podemos entender o monitoramento como um indicador da eficiência e da eficácia de um programa de política pública, e que, devido ao seu papel de relevância, deveria ser utilizado e pensado pelos diferentes atores dentro do contexto da política pública.

Diante disso, na próxima seção, trabalharemos a concepção de *accountability*. O uso de práticas que visem melhorar a governança corporativa e a prestação de contas têm sido adotados para que, através dos mecanismos participativos (escuta da sociedade e/ou público-alvo da política pública), os processos decisórios, organizacionais e de ajustes da política sejam realizados. Acreditamos que a discussão nos ajudará a alcançar os objetivos da nossa investigação.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E *ACCOUNTABILITY*

Considerando que o objetivo final da pesquisa foi propor medidas para aprimorar os resultados das ações de monitoramento e avaliação da PAESt na UFJF, buscou-se fornecer subsídios para novas intervenções e o aperfeiçoamento do acompanhamento dos programas em andamento. Dessa forma, visou-se fortalecer o processo de prestação de contas e a responsabilização dos agentes estatais. Nesse contexto, esta seção abordou o referencial teórico sobre políticas públicas e o conceito de *accountability*, analisando a relevância da transparência na aplicação dos investimentos destinados às políticas públicas.

Esse conceito é amplamente utilizado por cientistas políticos e profissionais especializados na área de administração pública, sendo importante para a compreensão da formulação e implementação das políticas públicas. “De maneira geral, *accountability* é definida como a obrigação dos agentes públicos de responder por seus atos a instâncias

internas ou externas” (Cubas, 2010, p.76), ou seja, parte do princípio de que existe alguém ou alguma organização responsável pela gestão de decisões que impactam a sociedade, os órgãos públicos e seus gestores.

Silva (2018), por sua vez, considera a necessidade de implantação de mecanismos de processos que tenham por objetivo a melhoria da governança corporativa e prestação de contas (*accountability*), em busca de uma maior transparência dos gastos públicos e das ações do governo, permitindo verificar os retornos para a comunidade para a qual foi desenhada.

Nesse sentido, acredita-se que esse processo deveria ser o mais transparente possível, prestando contas à população e a outros órgãos sobre as ações, gastos e políticas, aumentando a responsividade dos gestores públicos e o poder de controle da sociedade. Segundo Secchi, essa abordagem significa “um resgate da política dentro da administração pública, diminuindo a importância de critérios técnicos nos processos de decisão e um reforço de mecanismos participativos de deliberação na esfera pública” (2009, p. 359).

Entendendo que o pilar da Administração Pública é trabalhar em prol do bem comum da sociedade e, para tanto, deve utilizar ferramentas que comprovem sua efetividade, *accountability* emerge como uma das mudanças na política da administração pública, tornando-se um tema recorrente não só na área da administração de empresas, mas também na ciência política e na educação.

A literatura sobre educação superior no Brasil trata *accountability* a partir de duas correntes: (1) aumento da demanda social, principalmente na educação superior; (2) avaliação institucional (Herek, 2017, p.17).

Nos últimos tempos, pôde-se perceber um aumento significativo na demanda social por *accountability* na educação superior. A sociedade contemporânea, marcada por uma ênfase crescente na transparência e responsabilidade, espera que as instituições de ensino superior prestem contas de maneira mais clara e efetiva. Esse fenômeno pode ser atribuído à evolução das expectativas dos cidadãos, que buscam entender não apenas como as instituições educacionais gastam recursos públicos, mas também qual é o impacto real de suas atividades na formação e no sucesso dos estudantes.

A avaliação institucional assumiu um papel crucial nesse contexto, representando uma ferramenta fundamental para atender à demanda por *accountability* na educação superior. Na percepção de Herek (2017), a avaliação institucional oferece uma estrutura sistemática para analisar e medir o desempenho das instituições de ensino superior. Ela não apenas permite que as instituições demonstrem sua eficácia no cumprimento de suas missões e objetivos, mas

também fornece dados tangíveis para uma análise aprofundada sobre áreas que requerem melhorias. Através desse processo, as instituições podem identificar práticas bem-sucedidas, abordar desafios específicos e, em última análise, aprimorar a qualidade do ensino superior.

Na educação, *accountability* é frequentemente associada à prestação de contas e à política de resultados. Nesse sentido, Amestoy afirma que “O contexto atual indica que a entrada da *accountability* nas políticas educacionais, associada a mecanismos e formas de avaliação em escala mundial, é uma realidade que não pode ser negada nem ignorada” (2019, p. 15).

Sendo assim, a seguir, analisamos o Programa de Assistência Estudantil e Permanência Estudantil em uma instituição de ensino superior, considerando que a concretização de ações voltadas ao acesso e à permanência em uma Universidade Pública Federal de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica também necessita de controle, já que a ausência de tais mecanismos poderia acarretar mais desigualdades.

3.3 PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Nesta seção, analisou-se não apenas a importância da implementação de políticas de assistência estudantil, mas também a necessidade da criação de mecanismos que viabilizassem a avaliação e o monitoramento dessas políticas. Para essa análise, fundamentou-se a discussão em autores como Pinto (2015), Souza (2017) e Araújo (2018), entre outros.

Conforme apresentado em seções anteriores desta dissertação, nas últimas décadas, ocorreu a expansão do acesso ao ensino superior por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Seu principal objetivo foi ampliar tanto o ingresso quanto a permanência dos estudantes na educação superior.

Dessa forma, tornou-se pertinente discutir nesta seção a permanência estudantil no ensino superior, uma vez que essa temática transcendeu os desafios enfrentados no ambiente de sala de aula e na dinâmica aluno-professor. Esse tema envolve diversos fatores que influenciam o desenvolvimento integral do estudante, interligando-se a determinantes econômicos, culturais e sociais que impactam a efetividade da assistência estudantil. Desde sua implementação, essa política percorreu um caminho complexo, refletindo tanto avanços quanto desafios na garantia dos direitos dos estudantes.

Vale destacar que o PNAES teve como foco principal a redução das desigualdades socioeconômicas e a promoção da permanência estudantil na educação superior. A luta pelo reconhecimento da assistência estudantil, enquanto via mediadora da garantia do direito à educação é um importante elemento na defesa da democratização da educação pública, gratuita e referenciada nos desafios da sociedade brasileira (Araújo, 2018, p. 77).

A assistência estudantil foi compreendida como uma política pública cuja estratégia visava apoiar os estudantes, assegurando-lhes as condições necessárias para a continuidade dos estudos. Para isso, estruturou-se uma rede de apoio financeiro e biopsicossocial que é fundamental para minimizar os impactos das desigualdades socioeconômicas na trajetória acadêmica dos discentes.

Sobre isso, Pinto (2015) aponta que:

Para os estudantes oriundos das camadas mais pobres, somente o ingresso, em muitos casos, não se faz suficiente para a conquista da diplomação, tendo em vista que os diversos custos com a escolarização universitária poderão representar um “peso” no orçamento individual e/ou familiar, que eles podem não conseguir corresponder. (Pinto, 2015, p. 66).

Contudo, cabe destacar que a execução da PAES, quando limitada ao apoio financeiro, não é suficiente para garantir a permanência dos estudantes nas IFES. A diversidade constituiu uma característica marcante no perfil dos estudantes dessas instituições, os quais têm a assistência estudantil como um direito social, especialmente aqueles ingressantes por meio das ações afirmativas, oriundos de escolas públicas e enquadrados no perfil de renda estabelecido pelo PNAES.

De acordo com Souza (2017):

Constata-se que a realidade dos estudantes-alvo da assistência estudantil, é fruto, para além de outros condicionantes, do processo de desestruturação das relações de trabalho, que tem conduzido um elevado contingente populacional ao desemprego ou à submissão a relações laborais precarizadas para sobreviverem. Com efeito, os Institutos Federais têm trabalhado, no tocante a esta política, com o conceito de pobreza relativa, que considera pobres aqueles, que em relação ao conjunto da população, ganham um salário inferior ao mínimo, ou até um salário-mínimo e meio per capita (Souza, 2017, p. 142).

A permanência estudantil configurou-se como um conjunto de relações que transcendeu as necessidades básicas de sobrevivência dos estudantes. Devessem ser asseguradas para garantir condições mínimas de subsistência a todos os indivíduos, a PAES na educação superior não pode se limitar a um caráter assistencialista.

De acordo com Araújo (2018), a permanência estudantil tornou-se um eixo transversal no processo formativo dos estudantes, exigindo ser concebida como uma diretriz fundamental para o funcionamento da universidade e compartilhada por todos os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o PNAES, em seu artigo 3º, regulamentou que a assistência estudantil deveria abranger diversas dimensões, incluindo moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, além do acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Além disso, o artigo 4º, parágrafo único, do PNAES reforçou a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades, estabelecendo que as ações de assistência estudantil deveriam “[...] considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, colaborar para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, previamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (Brasil, 2010).

Nesse aspecto, Menezes (2012, p. 73) frisa que:

A Assistência Estudantil pode ser traduzida como um mecanismo de direito social que transita por diversas áreas, correspondendo a ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos (moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros) para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior. (Menezes, 2012, p. 73).

Refletir sobre essa política é essencial para a construção de estratégias eficazes de permanência dos discentes pertencentes às camadas socioeconomicamente menos favorecidas, bem como para sua articulação com outras políticas de inclusão no ensino superior.

Sendo assim, é imperativo que tais programas fossem continuamente avaliados e aprimorados, alinhando-se às demandas dinâmicas dos estudantes e à evolução do panorama educacional, garantindo sua permanência como pilares essenciais na promoção da inclusão e do sucesso acadêmico.

Diante desse contexto, na próxima seção será apresentada a metodologia utilizada para a consecução dos objetivos desta pesquisa.

3.4 PROPOSTA DE METODOLOGIA

Esta dissertação de mestrado configurou-se como um estudo de caso em gestão, cujo objetivo foi investigar formas de aprimorar as ações de avaliação e monitoramento da PAEst na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A pesquisa teve caráter qualitativo, sendo a entrevista escolhida como técnica principal para a obtenção de dados, por se tratar de um instrumento essencial na coleta de informações em estudos com essa abordagem. As entrevistas foram selecionadas como um dos principais métodos de investigação, pois possibilitaram a obtenção de dados detalhados e contextualizados. Para isso, foram adotadas entrevistas semiestruturadas, aplicadas a diferentes atores envolvidos na PAEst na UFJF e em outras instituições federais de ensino superior em Minas Gerais.

Nesse sentido, Holmam (1993 *apud* Martins e Bógus, 2004) esclarece que a pesquisa qualitativa:

[...] pode ser particularmente útil em situações em que variáveis relevantes e/ou seus efeitos não são aparentes ou quando o número de sujeitos e/ou dados obtidos são insuficientes para análise estatística. Os sujeitos podem variar em número – de um indivíduo até grandes grupos – e o foco do estudo pode variar de uma ação particular de uma pessoa ou pequeno grupo para a função de uma complexa instituição. Os métodos de investigação incluem entrevistas (estruturadas, semi-estruturadas e abertas), observação (externa ou participante) e análise de material escrito. Exemplos clássicos da abordagem qualitativa de pesquisa são os estudos antropológicos sobre culturas, os estudos sociológicos de instituições e os estudos psicológicos de comportamentos. (Holmam, 1993 *apud* Martins e Bógus, 2004, p. 48).

Por meio de um contato direto com o objeto de estudo, a pesquisa qualitativa é usada para obter dados representativos, além de procurar entender os fenômenos estudados para a sua interpretação.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma forma de investigação científica que enfatiza a interpretação do objeto analisado. Esse tipo metodológico atribui grande importância ao contexto do objeto pesquisado, uma vez que permite a proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados.

A abordagem qualitativa, por lidar com um universo de significados, possibilitou a apreensão das contradições presentes nos fenômenos estudados, favorecendo a compreensão e a explicação da dinâmica das relações sociais. Além disso, a análise qualitativa envolveu os sujeitos pesquisados e suas percepções sobre o contexto no qual estavam inseridos.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram empregados diversos instrumentos de coleta de dados, incluindo a análise de informações obtidas por meio do Sistema Eletrônico

de Informações (SEI), a realização de entrevistas com servidores responsáveis pela PAEST na UFJF e com gestores de outras IFES nessa mesma área.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental a partir de regulamentos, portarias e legislações referentes à assistência estudantil, utilizando-se dados disponíveis nos sítios eletrônicos oficiais da UFJF, bem como relatórios anuais de prestação de contas da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva (PROAE). Esses documentos continham descrições sobre os programas de bolsas e auxílios ofertados aos discentes. Informações adicionais sobre o monitoramento e a avaliação da PAEST foram solicitadas via e-mail e por meio do ofício SEI nº 39/2023/SEC-PROAE, sendo coletadas para fundamentar o caso de gestão a ser analisado.

Na segunda etapa da pesquisa, além da continuidade da análise documental, foram realizadas entrevistas para a atualização e complementação dos dados já coletados. Um roteiro específico de entrevista (APÊNDICE C) foi aplicado a servidores que integravam a equipe técnica nos dois campi da UFJF, assim como à coordenadora da PROAE. Adicionalmente, foram conduzidas entrevistas com gestores de outras IFES de Minas Gerais (APÊNDICE D), situadas nas proximidades da UFJF. O objetivo foi compreender como essas instituições realizavam o monitoramento e a avaliação da PAEST. Essas informações serviram como parâmetro para a proposição de melhorias no processo interno da UFJF.

Destaca-se que todos os roteiros de entrevista foram precedidos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, APÊNDICE E). Em pesquisas acadêmicas, é essencial que os participantes estejam plenamente informados sobre sua participação. O TCLE detalhou os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, garantindo que os participantes compreendessem integralmente o estudo antes de fornecerem seu consentimento formal. Essa prática assegurou a proteção dos direitos e do bem-estar dos participantes, bem como a integridade e validade dos dados coletados, reforçando o compromisso ético da pesquisa.

Para acessar gestores externos, foram enviados e-mails e utilizadas solicitações via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Foram selecionadas universidades mineiras próximas à UFJF que já haviam implementado programas de assistência estudantil e que possuíam pró-reitorias responsáveis por essa política.

No caso dos servidores da PROAE da UFJF, os contatos foram realizados por e-mail e telefone, com o objetivo de convidá-los a participar das entrevistas, que foram gravadas via Google Meet.

Em síntese, esta dissertação representou um estudo de caso com o propósito de investigar as ações de avaliação e monitoramento da PAEST na UFJF. A pesquisa foi conduzida em duas etapas distintas: a primeira concentrou-se na produção de evidências que sustentassem o caso de gestão, enquanto a segunda buscou dados analíticos para embasar o Plano de Ação Educacional (PAE). O estudo fundamentou-se na combinação de pesquisa documental e entrevistas, com o objetivo de estabelecer um panorama inicial robusto, seguido da coleta de dados adicionais e análise das entrevistas.

A escolha da abordagem qualitativa baseou-se na premissa de que esse método é fundamental para a compreensão de fenômenos sociais e institucionais. Dessa forma, a pesquisa buscou não apenas identificar desafios na avaliação e no monitoramento da assistência estudantil na UFJF, mas também contribuir para o debate acadêmico e para a melhoria dessa política no ensino superior público.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com servidores e gestores diretamente envolvidos na gestão dessa área, tanto na UFJF quanto em outras universidades federais de Minas Gerais. Essa abordagem ampliou o escopo da pesquisa, permitindo a realização de uma análise comparativa e a identificação de práticas e desafios comuns, além de possíveis soluções que pudessem ser adaptadas a diferentes contextos institucionais.

As entrevistas foram planejadas para incluir um grupo diverso de participantes, composto por gestores de algumas das universidades mineiras melhor posicionadas no ranking internacional das 2 mil melhores do mundo em 2024, a saber: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a UFJF.

A seguir, no Quadro 1, apresentamos a descrição dos entrevistados, identificados por códigos únicos para garantir sua privacidade. Além disso, são informadas as respectivas datas das entrevistas, permitindo um acompanhamento cronológico das informações coletadas ao longo da pesquisa, que ocorreu entre junho e setembro de 2024.

Quadro 1 – Descrição dos entrevistados

Código de Identificação	Descrição
MG000JF	Entrevista realizada em 21 de junho de 2024.
VG123JF	Entrevista realizada em 27 de junho de 2024.

FG456JF	Entrevista realizada em 28 de junho de 2024.
VJ789JF	Entrevista realizada em 19 de julho de 2024.
VINFLA	Entrevista realizada em 19 de julho de 2024.
MILSJD	Entrevista realizada em 20 de agosto de 2024.
DEGFTM	Entrevista realizada em 21 de agosto de 2024.
SBNFOP	Entrevista realizada em 2 de setembro de 2024.
CTAFV	Entrevista realizada em 23 de setembro de 2024.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O convite para a entrevista, juntamente com o TCLE, foi enviado por e-mail e WhatsApp a quatro servidores e um gestor da UFJF, todos diretamente envolvidos na promoção da PAEst. Um dos servidores solicitou que o roteiro da entrevista também fosse encaminhado por e-mail. Após certo tempo, respondeu que não se sentia à vontade para participar da pesquisa, pois considerava não ter competência e autonomia suficientes para responder às perguntas, que, em sua opinião, estavam mais diretamente relacionadas às atribuições de cargos de gestão. Assim, as entrevistas foram agendadas e realizadas com um gestor e três servidores da PROAE na UFJF. A esses participantes foi aplicado o roteiro de entrevista apresentado no Apêndice C.

O convite foi igualmente enviado por e-mail aos gestores das sete universidades federais de Minas Gerais que figuravam entre as 2 mil melhores do mundo, de acordo com o estudo World University Rankings de 2024, publicado em maio do mesmo ano pelo Center for World University Rankings (CWUR). Juntamente com o convite, foi encaminhado o TCLE. Desses, cinco gestores responderam positivamente, aceitando participar da pesquisa. Um gestor respondeu justificando que havia assumido recentemente o cargo de diretor de políticas de assistência estudantil em sua instituição e não se considerava capaz de contribuir para a pesquisa, sugerindo que a pesquisadora entrasse em contato com a Diretoria de Ações Afirmativas. No entanto, os e-mails enviados a essa diretoria não obtiveram retorno.

Também não foi obtido retorno da instituição que ocupava o quinto lugar no ranking, considerando apenas o estado de Minas Gerais. Para essas duas instituições, o roteiro de entrevista foi enviado pelo sistema Fala.BR, no portal gov.br, como última tentativa de obtenção das informações desejadas. O protocolo 23546.091697/2024-33 foi aberto em 7 de outubro por esse canal, e uma resposta foi recebida em 8 de outubro, informando que, após análise do pedido de informação, foi verificado que os questionamentos propostos tratavam

da visão pessoal do servidor sobre a governança institucional, enviados no formato de entrevista. A manifestação foi encerrada, pois não consideraram o Serviço de Informação ao Cidadão uma ferramenta adequada para esse tipo de atendimento. Já a instituição que ocupava o quinto lugar no ranking teve o status do atendimento prorrogado e ainda não forneceu resposta na plataforma.

Para os gestores que responderam positivamente à participação na pesquisa, as entrevistas foram agendadas conforme disponibilidade e realizadas por meio do Google Meet. Cabe ressaltar que, assim como as entrevistas com os gestores das universidades mineiras, aquelas com os servidores da UFJF foram conduzidas remotamente pela mesma plataforma. Todas foram gravadas com a autorização dos participantes e, além do aceite verbal do TCLE durante a gravação, alguns entrevistados também enviaram posteriormente o termo assinado. Para os gestores da assistência estudantil de outras universidades, foi aplicado o roteiro de entrevista destinado a pró-reitores ou gestores de outras IFES (Apêndice D).

Após a apresentação do método utilizado na pesquisa e a caracterização dos participantes, procedeu à análise dos dados coletados. As entrevistas foram transcritas e, posteriormente, submetidas à análise. Esse processo permitiu a identificação de padrões e temas recorrentes nas falas dos participantes, aprofundando a compreensão sobre a avaliação e o monitoramento da PAEST.

3.5 REFLEXÕES SOBRE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFJF E EM OUTRAS IFES MINEIRAS

Esta seção teve como objetivo analisar os dados obtidos nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo com os servidores da PROAE/UFJF, bem como com gestores dessa política em outras instituições federais mineiras. Analizou-se a avaliação e o monitoramento da PAEST sob diversas óticas, cada uma contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da política. Nossa análise foi estruturada em quatro eixos, sendo eles: 1) O modelo de PAEST adotado na UFJF; 2) Avaliação e monitoramento da PAEST na UFJF; 3) Eficácia e impacto das ações da PAEST na UFJF; e 4) Desafios e limitações na condução da PAEST na UFJF.

3.5.1 O modelo de Política de Assistência Estudantil adotado na UFJF

Nesta subseção, buscou-se compreender melhor os modelos de PAEst. Cabe ressaltar que as universidades públicas brasileiras adotam diversos modelos, cada uma com suas particularidades e adaptada à realidade de cada instituição. No entanto, foi possível identificar alguns elementos comuns e tendências que caracterizam essas políticas.

De acordo com Dutra e Santos (2017, p. 162) considerando que a assistência estudantil tem a finalidade de garantir a permanência dos estudantes no Ensino Superior, na perspectiva da democratização da universidade, a mesma deve ser concebida enquanto direito e não como investimento.

Nesse sentido, Soares e Amaral (2022) apontam que as formas de atuação dessa política podem ser divididas em dois modelos principais. O primeiro consiste em uma política seletiva, com foco exclusivamente financeiro, resultando em uma educação limitada, sem promover a emancipação dos estudantes. O segundo, de caráter universal, busca atender o estudante de maneira abrangente, considerando aspectos econômicos, sociais, acadêmicos e humanos. Esse segundo modelo, adotado pela UFJF na condução dessa política, também foi implementado nas demais instituições pesquisadas. Todos os gestores entrevistados afirmaram que buscavam atender os estudantes de forma integral, promovendo seu desenvolvimento em múltiplas dimensões, não apenas financeiramente.

As entrevistas realizadas com os servidores da PROAE/UFJF revelaram que o modelo de PAEst adotado pela instituição estava fundamentado no Decreto nº 7.234 de julho de 2010, abrangendo diversas áreas de atendimento ao estudante. Conforme mencionado anteriormente neste capítulo, foram entrevistados quatro servidores, incluindo a coordenadora. A esses servidores foi feita a seguinte pergunta: “Poderia descrever brevemente o modelo atual da PAEst em vigor na UFJF?” O Quadro 2, abaixo, sintetiza as respostas dos entrevistados, oferecendo uma visão detalhada das adaptações e percepções de cada servidor.

Quadro 2 – Resposta dos entrevistados

Código de Identificação	Resposta
MG000JF	A política da UFJF está baseada somente na legislação vigente.

VG123JF	É, aí é uma pergunta... O modelo... Porque a gente adota um, que eu acredito ser um modelo padrão do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que, através do MEC, tem seus objetivos, princípios e áreas de atuação. De maneira geral, a UFJF segue essa política e, especificamente dentro da UFJF, a instituição adaptou essa política a sua realidade, cofinanciada. Então, a UFJF também contribui financeiramente com essa política e traz aspectos de aprimoramento desse modelo de forma específica.
FG456JF	O modelo? Então, o nosso trabalho é todo pautado na Política Nacional de Assistência Estudantil, que é o nosso decreto, o 7.234. A partir desse decreto, as universidades têm autonomia para regulamentar suas portarias específicas e fazer a concessão de bolsas e auxílios para os estudantes.
VJ789JF	Até então, era um decreto, né, que a gente chamava de decreto PNAES. Atualmente, esse decreto se tornou uma política de Estado, já que a Política Nacional de Assistência Estudantil foi sancionada recentemente. Está muito recente, então estamos aguardando as regulamentações para que possamos, de fato, executar tudo o que a política traz de novidade dentro da assistência estudantil. Mas, até então, trabalhamos para abranger os eixos do PNAES, que antes era esse decreto. Um dos eixos, eu não sei se vou lembrar de todos, mas são moradia, alimentação, esporte, cultura, saúde e transporte. São vários eixos, não vou lembrar todos agora. Conseguimos atender a quase todos eles, exceto esporte e cultura. Em relação à saúde, temos o serviço de psicologia aqui dentro da PROAE, que, embora não tenha um caráter clínico, conta com psicólogos que realizam atendimentos individuais e em grupo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Quadro 2 revelou como os servidores da UFJF compreendiam e aplicavam o modelo de assistência estudantil, destacando desde o alinhamento ao Decreto nº 7.234/2010 até as adaptações realizadas pela instituição para atender às especificidades locais. Esse modelo é fundamental para promover a inclusão e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oferecendo suporte em áreas essenciais como moradia, alimentação, transporte, saúde, e apoio acadêmico e psicossocial.

Nesse contexto, Taufick (2014), destaca que:

É importante verificar que o PNAES estabelece um rol de ações relevantes, que podem ser ampliadas pelas instituições de acordo com suas especificidades. São elas: moradia, transporte, alimentação, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. É papel de cada instituição estabelecer os critérios e a metodologia de seleção dos estudantes, tendo como público prioritário aquele oriundo da rede pública ou

com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (Taufick, 2014, p.185).

Nesse sentido podemos destacar que a PAES das IFES é fundamentada na definição elaborada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que foi pioneira no cenário da educação superior brasileira. Essa política é um conjunto de princípios e diretrizes que orientam as ações de apoio em todas as IFES, com o objetivo de promover um ambiente inclusivo, de desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes.

De acordo com o FONAPRACE (2012), a política visa garantir aos estudantes das IFES acesso, permanência e conclusão dos cursos de graduação. Além de favorecer a inclusão social, a assistência estudantil busca proporcionar uma formação acadêmica ampla, incentivando a produção de conhecimento, a melhoria do desempenho e a qualidade de vida.

As diretrizes de assistência estudantil, então, vão além da simples permanência nas instituições. Elas buscam fortalecer o processo de ensino-aprendizagem e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, assegurando que todos, independentemente de suas condições socioeconômicas, possam concluir sua formação com sucesso e qualidade.

Recentemente, o PNAES foi elevado ao status de política de Estado com a sanção da nova Política Nacional de Assistência Estudantil, que consolida e expande os princípios e diretrizes do antigo decreto. Essa transformação significa que a UFJF, assim como outras universidades federais, precisará adaptar suas práticas para alinhar-se à nova regulamentação, garantindo a plena implementação das inovações propostas.

Embora a UFJF já trabalhasse para cobrir grande parte dos eixos previstos no decreto original, a formalização da política trouxe novas diretrizes e regulamentações que exigirão ajustes e potencializações dos serviços prestados. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.914 de 3 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil, tornou-se necessário revisar processos e ampliar esforços para atender integralmente às disposições atualizadas, assegurando que os estudantes tenham acesso não apenas aos auxílios financeiros, mas a um suporte mais amplo e integrado.

Essa transição marcou um avanço importante para a UFJF e para todas as instituições de ensino superior que buscavam oferecer uma educação mais inclusiva e emancipadora, reafirmando o compromisso com a permanência estudantil e com a promoção de condições justas e equitativas para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes.

3.5.2 Avaliação e Monitoramento da Política de Assistência Estudantil na UFJF

Esta subseção examinou os mecanismos de monitoramento e avaliação que sustentaram a PAESt na UFJF, com base nas práticas adotadas para acompanhar e ajustar essas ações ao longo do tempo. A pesquisa buscou compreender se a UFJF implementava sistemas de coleta de dados e relatórios de desempenho que permitissem o acompanhamento contínuo, assim como ciclos de feedback que orientassem ajustes estratégicos.

O foco desta análise não se restringiu à exposição conceitual do tema, já apresentada na subseção 3.1.3, onde foram descritos em detalhes os conceitos de avaliação e monitoramento e sua relevância dentro das Políticas Públicas. O objetivo central foi, por meio da análise das entrevistas qualitativas realizadas com gestores e profissionais envolvidos na assistência estudantil na UFJF e em outras universidades mineiras, compreender como essas práticas impactavam a eficácia e a adaptabilidade das políticas de assistência estudantil nessas instituições.

Assim, a análise visou apresentar e avaliar as ferramentas e metodologias empregadas pela UFJF para a avaliação e o monitoramento da PAESt, com ênfase na capacidade da instituição de adaptar suas práticas conforme o perfil e as demandas dos estudantes.

A avaliação é um mecanismo através do qual somos capazes de estimar em que proporção as ações realizadas alcançaram os objetivos propostos (Carneiro, 2023, p.34). Nesse sentido, para alcançar o objetivo pretendido dessa seção foram feitas as seguintes perguntas aos servidores da UFJF: Na UFJF, existem mecanismos de acompanhamento e avaliação da Política de Apoio Estudantil formalizados? É realizado o acompanhamento da PAESt da UFJF? Caso positivo, quais ações são executadas para esse fim? Quais mudanças você sugeriria para melhorar a avaliação e o monitoramento da PAESt na UFJF?

De acordo com a entrevistada FG456JF, o monitoramento da política era realizado principalmente por meio de relatórios anuais que registravam dados quantitativos sobre concessão e renovação de bolsas. Havia um acompanhamento pedagógico dos beneficiários, no qual se verificava frequência, rendimento acadêmico e eventual necessidade de intervenção.

[...] nós só temos um relatório anual que a gente preenche de quantas bolsas são direcionadas aos estudantes, quantos foram novos pedidos, quantos ainda estão se mantendo. [...] Esse acompanhamento é feito pelo apoio pedagógico e, ao fim do ano, fazemos essa mensuração quantitativa. Agora, a qualitativa, não. [...] Isso ainda nós não efetivamos aqui, não. (FG456JF, Entrevista realizada em 28 de junho de 2024).

Na percepção da servidora MG000JF, o monitoramento da política era limitado, existindo apenas um acompanhamento pedagógico para os alunos beneficiários. Ela descreveu o monitoramento como um processo de verificação semestral do rendimento acadêmico, frequência e notas, com intervenções pedagógicas ou psicológicas para alunos com dificuldades. Conforme a entrevistada:

[...] o acompanhamento é só mesmo o monitoramento pedagógico, que é acompanhar se o aluno está frequentando, se o aluno não está tendo perdas como reprovação. [...] Faço um relatório semestralmente e verifico os alunos com problemas de frequência ou de nota, chamo para conversar, vejo qual é a situação [...], e, se necessário, fazemos uma intervenção pedagógica, psicológica ou social (MG000JF, Entrevista realizada em 21 de junho de 2024).

No entanto, reconheceu que a PAEST carecia de um sistema formal e abrangente de monitoramento e avaliação, especialmente no que se referia a indicadores de eficácia e evasão, relatando a ausência de dados sobre a taxa de conclusão de curso e evasão dos bolsistas. "Falta ainda [...] saber a taxa de evasão, se a política realmente está dando resultado" (MG000JF, Entrevista realizada em 21 de junho de 2024).

Corroborando com a fala das duas servidoras, a coordenadora da Assistência Estudantil da UFJF destacou que, embora existisse um acompanhamento básico do monitoramento de créditos, rendimento acadêmico, tempo de bolsa e conclusão do curso, ele era feito de forma manual e fragmentada, ainda carecendo de um sistema informatizado que permitisse a coleta e análise de dados mais robustos. Segundo a entrevistada,

[...] não temos um sistema hoje que nos atenda de forma que consigamos levantar dados, por exemplo, de quantos estudantes realmente tiveram assistência estudantil e conseguiram permanecer e concluir seus cursos [...]. O monitoramento é feito de forma muito precarizada (VJ789JF, Entrevista realizada em 19 de julho de 2024).

Segundo a entrevistada, “os acompanhamentos eram realizados semestralmente e incluíam o cumprimento de créditos, tempo de bolsa e rendimento acadêmico,” mas admitiu que “não havia uma regulamentação própria para o monitoramento da política de assistência estudantil.” Como solução, sugeriu “a implementação de um sistema informatizado que fornecesse dados para avaliações, construção de indicadores e cruzamento de informações, o que também atenderia às demandas de pesquisadores e do MEC.”

O entrevistado VG123JF enfatizou a necessidade de monitoramento e avaliação contínua da política. Um dos problemas apontados foi a ausência de um sistema integrado que

facilitasse o acesso a dados e tornasse o processo menos dependente de métodos manuais e da avaliação subjetiva dos assistentes sociais.

Dessa maneira, Faria (2009, p.44), afirma que

[...] as atividades de monitoramento permitem intervir no processo da execução, corrigindo os rumos cada vez que desvios são detectados. É comum o entendimento que ‘corrigir rumos’ significa interferir apenas no conteúdo do programa. Na maioria das vezes, esta intervenção exige iniciativa, criatividade e busca de soluções alternativas aos entraves surgidos no processo de implementação. Corrigir os rumos, neste caso, significa (ou pode significar) modificar cenários jurídico-administrativo, financeiro, organizacional, bem como requalificar os recursos humanos a cargo dos trabalhos.

Segundo o servidor VG12JF, "todos os estudantes que recebiam bolsas e auxílios da assistência estudantil precisavam apresentar rendimento acadêmico satisfatório, e esse monitoramento era feito pela equipe de pedagogia, que avaliava histórico, disciplinas e cumprimento de critérios como matrícula em ao menos duas disciplinas e limite de reprovações consecutivas" (VG123JF, Entrevista realizada em 27 de junho de 2024). No entanto, "não havia um sistema informatizado que permitisse o cruzamento de dados ou um programa institucionalizado para acompanhar de forma abrangente e avaliar o impacto da política". Como sugestão, o entrevistado aponta a necessidade de “uma política específica de acompanhamento, com equipe dedicada, indicadores claros e sistemas informatizados, permitindo diagnósticos mais precisos e avaliação contínua para a melhoria da política de assistência estudantil”.

Pelo que se pode perceber na fala dos servidores da UFJF a carência de dados impedia que a equipe fizesse uma avaliação precisa da política, dificultando a implementação de melhorias. Seria desejável um sistema de monitoramento com dados mais robustos para avaliar o impacto das políticas em tempo real, o que também atenderia a uma necessidade de transparência e eficácia dos critérios aplicados. Dessa forma, a ausência de um sistema consolidado e de métricas específicas limitou a avaliação formal e o monitoramento contínuo da PAESt.

De acordo com Pinto (2015, p.65) a avaliação de uma política mostra-se relevante quando capaz de municiar os gestores com informações importantes e adequadas para a tomada de decisões. No entanto, o entrevistado VG123JF destacou que, apesar da intenção de realizar um monitoramento e avaliação da PAESt, ainda não havia uma estrutura formalizada para esse fim.

Ele mencionou a criação de iniciativas internas no campus de Governador Valadares, voltadas à coleta de dados sobre os estudantes atendidos, incluindo perfil socioeconômico, tipo de auxílio recebido e atendimentos psicológicos ou pedagógicos realizados. Contudo, a avaliação ainda estava em estágios iniciais, limitando-se à coleta de informações como o número de bolsas e auxílios concedidos. Embora esse levantamento tenha permitido uma visão mais detalhada sobre os benefícios oferecidos aos estudantes, ainda não havia uma análise completa dos impactos e resultados da política.

Além disso, o entrevistado observou que, embora a PROAE tivesse reconhecido a necessidade de implementar sistemas para otimizar a coleta de dados e a avaliação da política, o processo foi iniciado de forma autônoma em Governador Valadares. A ausência de um sistema consolidado e de métricas específicas restringi a avaliação formal e o monitoramento contínuo da PAEST.

[...] apesar da sinalização da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil quanto à necessidade de monitoramento e avaliação da política, a implementação efetiva ainda é incipiente. Algumas iniciativas foram iniciadas pelo campus de Governador Valadares, como a criação de mecanismos internos para levantamento de dados, incluindo perfis socioeconômicos, origens geográficas e atendimento psicológico dos estudantes beneficiados. Contudo, a ausência de um sistema integrado e consolidado para análise dos dados dificulta a avaliação abrangente e a implementação de melhorias estruturais na política (VG123JF, Entrevista realizada em 27 de junho de 2024).

A análise das falas dos entrevistados revelou que o monitoramento da PAEST encontrava-se em estágio inicial, enfrentando desafios significativos relacionados à coleta e análise de dados, bem como à ausência de uma avaliação sistemática que permitisse medir com precisão sua eficácia e impacto. Embora algumas melhorias e processos internos tenham sido implementados de forma independente, destacou-se a necessidade de estabelecer um sistema formal de avaliação e monitoramento. Isso se mostrou essencial para enfrentar as limitações identificadas e garantir o aprimoramento contínuo da política, adaptando-a de maneira mais eficiente às necessidades dos estudantes.

Dada a importância estratégica da PAEST como instrumento de promoção da equidade e garantia da permanência no ensino superior, tornou-se fundamental analisar como suas ações se traduziram em resultados concretos no contexto da UFJF. Com base nisso, procedeu-se à análise do eixo da pesquisa denominado “Eficácia e Impacto das Ações da Política de Assistência Estudantil na UFJF”. Essa investigação teve como objetivo avaliar não apenas a eficiência das iniciativas implementadas, mas também os efeitos gerados na

trajetória acadêmica e social dos estudantes beneficiados, contribuindo para uma compreensão mais ampla da relevância e dos desafios dessa política no ambiente universitário.

3.5.3 Eficácia e Impacto das Ações da Política de Assistência Estudantil na UFJF

Nesta subseção, foram analisados os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas com gestores da UFJF e de outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em Minas Gerais, a fim de compreender a eficácia e o impacto das ações de assistência estudantil implementadas na instituição. As entrevistas forneceram uma perspectiva prática sobre os desafios, avanços e limitações das políticas existentes, possibilitando um diagnóstico mais preciso das práticas em vigor.

Por meio das narrativas e reflexões dos entrevistados, foram abordados aspectos fundamentais como a abrangência das políticas, a relevância dos serviços prestados, as dificuldades na sistematização dos dados e os resultados percebidos pelos próprios gestores. Essa análise permitiu não apenas identificar os pontos fortes e fragilidades do modelo adotado pela UFJF, mas também apontar caminhos para o aprimoramento das ações voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes. Para atingir o objetivo desta subseção, foi direcionado aos servidores da UFJF o seguinte questionamento: Como foi realizada a avaliação da eficácia e do impacto da PAESt na UFJF?

A entrevistada MG000JF informou que, até aquele momento, a UFJF não realizava um levantamento abrangente sobre a eficácia das políticas de assistência. Ela relatou que não havia dados precisos sobre a taxa de retenção ou conclusão de cursos entre os estudantes assistidos. Como alternativa para suprir essa lacuna, sugeriu a implementação de formulários periódicos, nos quais os alunos poderiam fornecer feedback sobre a eficácia da assistência estudantil e a adequação dos auxílios oferecidos. Essa iniciativa poderia servir como um indicador formal do impacto da política. Apesar das limitações na coleta de dados, MG000JF afirmou que a política era fundamental para garantir a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade na universidade.

Nós não temos muitos esses dados, não. Pode ser que a PROAE, lá em Juiz de Fora, tenha, por sermos um campus avançado, ligados à PROAE. Mas aqui em Valadares a gente não tem, não. [...] Temos quantitativo de alunos atendidos, de bolsas e de empréstimos, mas um estudo mais aprofundado dessa política, não (MG000JF, Entrevista realizada em 21 de junho de 2024).

Sobre a coleta de feedbacks e o uso de dados dos estudantes para aprimoramento da política, a entrevistada afirmou:

Não há essa consulta, não temos o feedback desses alunos. [...] Acredito que seria útil, por exemplo, um formulário anual para todos os alunos assistidos, perguntando como eles estão, quais suas dificuldades, se a bolsa está atendendo. [...] Assim, teríamos dados mais precisos (MG000JF, Entrevista realizada em 21 de junho de 2024).

Por fim, ao tratar do impacto da PAEST em nível nacional, ela reconheceu seu sucesso em garantir a permanência de muitos estudantes vulneráveis, mas destacou lacunas a serem investigadas:

Os dados de pesquisa que têm acontecido no Brasil dizem que é uma das políticas mais bem-sucedidas. Alunos, realmente, que hoje vão para dentro da universidade, não tinham condições nenhuma de permanecer, já conseguem ficar. Agora, quantos ficam e quantos não ficam? Não sei. [...] Existe muita vaga ociosa dentro da universidade pública também. É um dado a ser estudado (MG000JF, Entrevista realizada em 21 de junho de 2024).

A fala da entrevistada evidenciou um dilema no debate sobre políticas de assistência estudantil: enquanto essas políticas são amplamente reconhecidas como fundamentais para a promoção da permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social no ensino superior, a existência de vagas ociosas nas universidades públicas revela fragilidades que precisam ser enfrentadas.

Estudos, como o realizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (2011), reforçaram a relevância dessas políticas para a democratização do acesso e a garantia da permanência no ensino superior. Segundo o FONAPRACE, as ações de assistência possibilitaram que estudantes de baixa renda ingressassem e permanecessem nas universidades públicas, contribuindo significativamente para a inclusão social e a redução das desigualdades educacionais (FONAPRACE, 2021). Contudo, conforme apontado pela entrevistada, permanece a dúvida sobre o quanto essas políticas garantem a conclusão dos cursos e, consequentemente, evitam a evasão. Essa incerteza está diretamente relacionada ao problema das vagas ociosas, indicando que os desafios vão além do acesso, estendendo-se ao acompanhamento e à permanência dos estudantes.

Nesse sentido, o aprimoramento do monitoramento e da avaliação da PAEST tornou-se essencial para identificar os gargalos no percurso acadêmico dos alunos e propor estratégias mais eficazes para enfrentá-los. Uma ferramenta de monitoramento detalhado dos perfis dos

estudantes que abandonam os cursos poderia contribuir para compreender se as políticas de assistência estão sendo direcionadas de forma adequada. Dessa forma, um sistema mais eficiente de monitoramento e avaliação da PAEst na UFJF teria o potencial de reduzir o número de vagas ociosas, além de fortalecer a gestão universitária. Essa perspectiva ressalta a importância do tema desta pesquisa, demonstrando que o aprimoramento dos mecanismos de avaliação da PAEst poderia ser uma estratégia-chave para enfrentar os desafios da permanência, reduzir a evasão e mitigar o problema das vagas ociosas no ensino superior público.

A entrevistada VJ789JF, coordenadora de Assistência Estudantil, relatou que ainda não existiam indicadores formais ou métricas que permitissem avaliar o sucesso da política na promoção da permanência e da conclusão dos cursos pelos estudantes assistidos. Embora uma pesquisa de satisfação com os bolsistas tenha sido realizada recentemente, os dados ainda não haviam sido tratados nem divulgados, e a UFJF não dispunha de um sistema que centralizasse ou compartilhasse essas informações de maneira prática e objetiva.

A falta de indicadores de impacto, como o índice de evasão entre bolsistas, prejudica uma avaliação concreta da eficácia da política. Esse tipo de indicador, essencial para compreender se a assistência estudantil realmente contribui para a permanência e o sucesso acadêmico, depende de uma integração entre setores como a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e a assistência estudantil. Essa integração era limitada pela falta de um sistema informatizado que permitisse o cruzamento de dados entre as diferentes áreas da universidade, dificultando a realização de análises precisas e a geração de relatórios consistentes.

A entrevistada indicou que a assistência estudantil na UFJF exercia um impacto positivo na permanência dos estudantes, o que era evidenciado pelos relatos informais de alunos que expressavam gratidão após a conclusão do curso. No entanto, a ausência de uma análise sistemática e publicada sobre a pesquisa de satisfação dificultava a medição quantitativa e qualitativa do impacto das ações.

De forma abrangente, não existe uma avaliação da eficácia ou do impacto da política dentro da UFJF. O que temos é um acompanhamento feito pela pedagogia, mas não temos um sistema que forneça números quantitativos exatos, como quantos estudantes se formaram ou permaneceram. [...] No ano passado, começamos uma pesquisa com os bolsistas da PROAE para avaliar a satisfação deles com os serviços oferecidos, mas ainda não tratamos os dados. Está como uma meta no PDI, mas precisamos avançar muito nisso (VJ789JF, Entrevista realizada em 19 de julho de 2024).

A inexistência de uma avaliação efetiva da política na UFJF, conforme apontado pela entrevistada, refletia uma problemática recorrente em instituições públicas no Brasil: a desconexão entre a intenção de avaliar políticas públicas e a efetiva operacionalização desse processo. Apesar do esforço inicial para conduzir uma pesquisa junto aos bolsistas da PROAE, o não tratamento dos dados coletados em 2023 revelou uma lacuna importante. Segundo Mainardes (2008), a análise de políticas educacionais deve considerar uma investigação abrangente das influências que atuam no processo de formulação de políticas, incluindo influências globais e locais. Sem a análise e uso dos dados, perde-se a oportunidade de retroalimentar a política com informações que poderiam gerar ajustes e aprimoramentos.

A problemática tornava-se ainda mais complexa ao se considerar que, sem o tratamento adequado dos dados, a utilidade das pesquisas realizadas era severamente comprometida. A realização de estudos, sem que os dados coletados fossem analisados e utilizados para subsidiar políticas e práticas, resultava em esforços desperdiçados. Segundo a Open Knowledge Brasil (2021), a análise de dados educacionais é fundamental para subsidiar ações de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Diante desse cenário, emergiram algumas questões: o que impedia o tratamento dos dados coletados? A falta de capacitação técnica, de recursos ou de prioridade institucional? Além disso, considerando o intervalo de tempo desde a coleta, ainda faria sentido tratar esses dados? Essas questões poderiam servir como base para reflexões e recomendações voltadas ao aprimoramento das ações de monitoramento e avaliação da PAEST na UFJF.

Embora não tenha sido mencionado nenhum estudo formal ou indicador específico de eficácia, a entrevistada destacou o potencial transformador da assistência estudantil na vida acadêmica dos estudantes, especialmente por meio de ações voltadas à saúde mental e ao apoio social. A ausência de um sistema informatizado representava uma limitação significativa para o acompanhamento do impacto dessas ações, pois dificultava a elaboração de relatórios e estudos que poderiam fornecer dados detalhados sobre os efeitos das políticas implementadas.

Por outro lado, a servidora FG456JF reconheceu a importância das ações de assistência, que tinham como objetivo reduzir o impacto financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade e facilitar sua permanência na universidade. A UFJF oferecia auxílios financeiros em várias modalidades, como a Bolsa PNAES (R\$ 500), auxílio-moradia, transporte, alimentação, creche e inclusão digital (por meio do empréstimo de notebooks). Segundo a entrevistada, esses auxílios mostravam-se essenciais, embora não contemplassem

todas as áreas mencionadas pelo decreto, como cultura e lazer. Os efeitos positivos eram perceptíveis em diversos aspectos, especialmente na oferta de segurança e apoio psicológico e pedagógico, em colaboração com profissionais como pedagogos e psicólogos.

A entrevistada FG456JF também admitiu que a UFJF não realizava uma avaliação de impacto direta com os alunos formados, nem desenvolvia pesquisas que permitissem medir, de forma efetiva, como o apoio recebido durante a graduação influenciava seu futuro. Ela reconheceu que, qualitativamente, a política parecia ter um impacto positivo, sobretudo ao proporcionar alguma estabilidade para que alunos de baixa renda permanecessem na instituição. No entanto, a ausência de um feedback formal dos estudantes limitava o entendimento completo sobre o impacto social e acadêmico da assistência estudantil.

Nós não temos como mensurar isso, entendeu? Pelo menos, não aqui em GV. Nós não fizemos nenhuma pesquisa nesse sentido, de que forma isso está acontecendo para esses estudantes. [...] Alguma coisa que a gente faz são as avaliações de renovação mesmo, que aí conseguimos identificar se houve uma melhoria, principalmente com esses últimos formulários que nós temos, porque antes era tudo manual, muito mais trabalhoso (FG456JF, Entrevista realizada em 28 de junho de 2024).

Ela ainda complementa que hoje é possível identificar, por exemplo, mudanças no contexto socioeconômico da família dos estudantes beneficiários:

Nossa análise dura de dois a três anos. [...] Nós temos também o monitoramento que é feito pelo apoio pedagógico, que avalia frequência, rendimento e se o estudante já formou, para fazer o corte das bolsas ou chamar o estudante para conversar caso haja baixo rendimento. [...] Mas o impacto social disso, nós não temos como mensurar por meio de pesquisa ou perguntar ao estudante (FG456JF, Entrevista realizada em 28 de junho de 2024).

A entrevistada também trouxe uma reflexão histórica sobre a evolução da PAEST nas universidades brasileiras, apontando avanços e limitações:

Se você comparar com a década de 90, quando cada universidade decidia se implementava ou não uma política de assistência estudantil, hoje temos um impacto positivo. Há recursos reservados para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que não existia antes. Porém, esses recursos ainda são pequenos para atender casos de alta complexidade. [...] Estudantes que dependem exclusivamente da bolsa, sem apoio familiar, enfrentam muitas dificuldades para cobrir o custo de vida. Isso, infelizmente, acaba interferindo negativamente no rendimento acadêmico deles (FG456JF, Entrevista realizada em 28 de junho de 2024).

O entrevistado VG123JF apontou que a principal medida de sucesso observada até o momento era o retorno informal dos estudantes, como aqueles que entravam em contato para

cancelar suas bolsas após a colação de grau. Esses feedbacks indicavam que os auxílios desempenharam um papel importante na formação do estudante. No entanto, o entrevistado também reconheceu que não havia uma avaliação institucional formal que permitisse medir diretamente a eficácia das ações da política. Ele destacou a dificuldade de associar diretamente os benefícios da assistência estudantil aos resultados acadêmicos, como a colação de grau, sem um sistema que possibilitasse um cruzamento de dados mais aprofundado.

Se hoje falar que a política de assistência estudantil da UFJF é eficiente, eficaz, eu vou falar que tenho a hipótese que sim. Mas eu precisaria de uma pesquisa como a sua para confirmar isso (VG123JF, Entrevista realizada em 27 de junho de 2024).

Além disso, a falta de uma avaliação sistemática significava que a equipe possuía uma percepção mais intuitiva do impacto da política, baseada em feedbacks informais e registros individuais, como as solicitações de aumento de auxílio ou sugestões feitas diretamente pelos estudantes. Contudo, a ausência de uma análise formal impedia uma avaliação precisa sobre a real eficácia e o impacto da PAEST.

Eu, particularmente, acho que, enquanto equipe de trabalho, a gente não faz uma avaliação da eficácia da política de assistência estudantil. Mas nós preenchemos informações que colaboram para o entendimento da eficácia. (VG123JF, Entrevista realizada em 27 de junho de 2024).

Por fim, ele destacou a eficiência comprovada da política em outras instituições, mas sugeriu que faltavam dados concretos para avaliar o cenário da UFJF.

Algumas universidades, como a Universidade Federal de Goiás, têm sistemas com todos os estudantes da assistência estudantil e informações acadêmicas deles. Criaram até uma 'taxa de sucesso', que indica se aquele estudante conseguiu concluir a graduação e em quanto tempo (VG123JF, Entrevista realizada em 27 de junho de 2024).

Essa constatação evidencia tanto as lacunas nos processos de avaliação da UFJF quanto a possibilidade de inspiração em práticas bem-sucedidas de outras universidades.

As entrevistas realizadas com o gestor e servidores destacaram que, apesar dos avanços, a eficácia das políticas era limitada por lacunas operacionais e pela ausência de um sistema integrado de avaliação. Por exemplo, a dificuldade em cruzar dados acadêmicos e socioeconômicos dos estudantes impedia um diagnóstico mais preciso sobre o impacto direto dos auxílios na melhoria do desempenho acadêmico ou na redução do tempo de conclusão dos cursos.

Assim, a eficácia das ações da PAEST na UFJF esteve diretamente vinculada à capacidade da instituição de monitorar, avaliar e ajustar continuamente as estratégias implementadas. A criação de um sistema robusto de acompanhamento e a integração de diferentes setores administrativos e acadêmicos seriam passos essenciais para que a assistência estudantil alcançasse maior impacto e pudesse transformar, de forma ainda mais significativa, a vida de seus beneficiários.

3.5.4 Desafios e limitações na condução da Política de Assistência Estudantil na UFJF

A análise dos dados coletados na pesquisa de campo revelou uma série de desafios e limitações enfrentados na implementação e gestão da PAEST na UFJF. Esses aspectos refletiam tanto a complexidade da administração de programas destinados à permanência estudantil quanto as especificidades contextuais de uma instituição multicampi, como é o caso da UFJF.

Um dos principais desafios mencionados pelos gestores entrevistados foi a ausência de um sistema integrado e eficiente para a coleta e análise de dados socioeconômicos dos estudantes. A falta de métricas sistematizadas e indicadores claros dificultava a avaliação contínua da política e, conseqüentemente, a identificação de áreas prioritárias para intervenção. Essa carência de dados estruturados também comprometia a capacidade de responder às demandas externas, como as exigências do Ministério da Educação (MEC), e internas, como as necessidades de planejamento estratégico.

Outro ponto crítico identificado foi a insuficiência de recursos humanos e financeiros para atender de forma abrangente às demandas dos estudantes. Os relatos apontaram para uma sobrecarga das equipes responsáveis pela execução das ações, que, muitas vezes, acumulavam múltiplas funções sem o suporte necessário. Esse cenário era agravado pela insuficiência orçamentária, que restringia a ampliação dos serviços e a inclusão de novos benefícios, como auxílios específicos para aquisição de materiais pedagógicos ou ampliação dos programas voltados à saúde, cultura e lazer.

A articulação entre os campi de Juiz de Fora e Governador Valadares também foi citada como uma dificuldade. A autonomia relativa dos campi, embora permitisse iniciativas locais, gerava lacunas na comunicação e na padronização de processos. Isso resultava em políticas que, por vezes, não atendiam de forma equitativa às realidades distintas dos dois campi, criando desigualdades na oferta de serviços e no acesso aos benefícios. Além disso, os

envolvidos ressaltaram desafios na sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância da PAEST. Apesar de sua relevância para a promoção da equidade e da inclusão, muitos ainda percebiam essas ações como secundárias, o que dificultava a mobilização e o engajamento necessários para ampliar a eficácia das políticas.

Por fim, a ausência de uma avaliação consolidada dos impactos das ações implementadas foi apontada como uma limitação significativa. Sem mecanismos consistentes para medir os resultados das políticas, tornava-se difícil justificar novos investimentos ou direcionar recursos para áreas mais estratégicas. Essa lacuna reforçava a necessidade de fortalecer a cultura de avaliação e planejamento dentro da gestão da assistência estudantil na UFJF.

Diante desses desafios e limitações, a análise evidenciou a necessidade de uma abordagem mais estruturada e integrada para a condução da PAEST na UFJF. Superar essas barreiras não apenas potencializaria a eficácia das ações, mas também consolidaria a política como um pilar essencial para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.

A seguir, analisaremos as entrevistas realizadas com gestores responsáveis pela PAEST em outras instituições públicas mineiras. O objetivo foi comparar informações e identificar ações que obtiveram resultados positivos, as quais poderiam servir como referência para propor melhorias na PAEST da UFJF.

3.6 PERCEPÇÕES EXTERNAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Com o objetivo de subsidiar o plano de ação que será apresentado no capítulo 4 desta dissertação, foram realizadas entrevistas com gestores de outras IFES de Minas Gerais. Seu objetivo era identificar práticas e estratégias que poderiam ser adaptadas para aprimorar a PAEST da UFJF, especialmente nos eixos abordados nesta pesquisa, permitindo uma análise comparativa com as demais instituições.

A PAEST da UFOP é organizada pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) e conta com diferentes coordenações, como saúde, alimentação, moradia e acessibilidade. A gestora SBNFOP destacou que “a PRACE era a principal responsável pela política de assistência”, composta por programas de bolsas, moradia, serviços de saúde e iniciativas pedagógicas. Entre as bolsas, destacavam-se alimentação, permanência, moradia e auxílio-maternidade. A estrutura contemplava também moradias físicas e repúblicas federais, sendo as últimas geridas em parceria com os estudantes.

Além disso, o Programa de Desenvolvimento Social e Acadêmico (PRODESA) e outros similares têm o intuito de promover o desenvolvimento social e o aprimoramento na formação acadêmica de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, vinculando-os à participação em projetos e atividades alinhadas ao curso de graduação em que estão matriculados. Também vale mencionar o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC), que visava implementar atividades de ações afirmativas no âmbito da UFOP, promovendo diversidade e convivência no campus. A estrutura demonstra um esforço em atender um público diversificado, mas enfrenta limitações organizacionais. Nesse sentido, SBNFOP mencionou: “Estamos num processo de atualizar o organograma, pois servidores atuam em várias áreas simultaneamente” (entrevista realizada em 2 de setembro de 2024).

A avaliação das ações ocorria principalmente por meio do Comitê Permanente de Assistência Estudantil (COPAE) e de relatórios anuais produzidos por um grupo permanente de avaliação. A entrevistada explicou os métodos e instrumentos utilizados para avaliar a eficácia e o impacto da PAEst na UFOP, destacando dois principais mecanismos. Segundo ela,

[...] o primeiro é o nosso COPAE, que é o Comitê Permanente de Assistência Estudantil, onde os estudantes têm assento. Ele é paritário, né? Metade do conselho é formada por pessoas indicadas pela gestão, metade indicada pelos estudantes, nomeadas por portaria do reitor ou da reitora, no caso. Esse conselho se reúne mensalmente, então ele é um órgão de avaliação e de proposição. (SBNFOP, 2 de setembro de 2024).

Além disso, ela mencionou a elaboração de um relatório anual de avaliação da assistência estudantil, conduzido pelo “Grupo Permanente de Avaliação e Monitoramento do PNAES”, composto por servidores da PRACE nomeados por portaria. Esses relatórios eram disponibilizados publicamente, embora a pandemia tenha causado atrasos. O último relatório referente a 2021 já havia sido publicado, enquanto os de 2022 e 2023 encontravam-se em fase de conclusão. Os relatórios incluíam indicadores como índices de evasão entre bolsistas, assim como taxas de diplomação e participação em programas acadêmicos. Segundo a entrevistada, “o índice de evasão entre bolsistas ser inferior ao de não-bolsistas é um indicador chave de sucesso” (SBNFOP, entrevista realizada em 2 de setembro de 2024).

Entretanto, dificuldades na execução eram observadas devido à sobrecarga de servidores. Conforme relatado, “a comissão do relatório enfrenta atrasos porque os envolvidos acumulam essa tarefa com outras demandas” (SBNFOP, entrevista realizada em 2 de setembro de 2024). Ademais, a entrevistada ressaltou que a política tinha um impacto significativo na

redução da evasão e na garantia de inclusão. A UFOP seguia a premissa de atender o maior número possível de estudantes, escalonando bolsas por grau de vulnerabilidade. Estudantes na categoria A tinham prioridade máxima, o que permitia “atender mais estudantes, ao contrário de distribuir valores fixos que reduziriam a cobertura” (SBNFOP, entrevista realizada em 2 de setembro de 2024).

Os programas de saúde, embora limitados em alguns aspectos, eram amplamente inclusivos e priorizavam estudantes em situação de maior vulnerabilidade. Entre os desafios, a gestora apontou a imprevisibilidade orçamentária, o déficit de servidores e a necessidade de um diálogo contínuo com a comunidade acadêmica. “A insegurança sobre o orçamento dificulta o planejamento de longo prazo” (SBNFOP, entrevista realizada em 2 de setembro de 2024).

Além disso, SBNFOP destacou que a crescente demanda por políticas voltadas a grupos minorizados, como estudantes trans e pessoas com deficiência, representa um desafio, pois exige adaptações contínuas nas normativas institucionais, na alocação de recursos e na capacitação das equipes para garantir um atendimento adequado e inclusivo. “A pauta dos novos direitos tem assumido um lugar crescente”, acrescentou (SBNFOP, Entrevista realizada em 2 de setembro de 2024).

Para SBNFOP a nova regulamentação do PNAES também apresenta desafios, como a redução da renda per capita para elegibilidade. “Isso nos coloca em uma posição de atender menos estudantes de famílias que precisam de algum apoio,” enfatizou (SBNFOP, entrevista realizada em 2 de setembro de 2024).

Pelo que se pode perceber, a PAES na UFOP é complexa e bem-estruturada, mas enfrenta limitações operacionais e orçamentárias. Seu impacto é evidente na inclusão e permanência dos estudantes, com destaque para a redução da evasão. Contudo, os desafios relacionados ao financiamento, à redução da equipe e à ampliação de políticas para minorias requerem atenção estratégica. A trajetória futura dependerá de ajustes organizacionais e adaptações às mudanças normativas, sempre considerando as demandas de uma comunidade estudantil diversa e em constante evolução.

Na Universidade Federal de Viçosa (UFV), a PAES é estruturada a partir do PNAES e implementada pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), que integrava seis divisões específicas: psicossocial, alimentação, saúde, esporte e lazer, acompanhamento e permanência, e moradias estudantis. Segundo a diretora:

[...] as quatro primeiras divisões possuem caráter universal, acessíveis a todos os estudantes, enquanto as últimas duas atendem exclusivamente

alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (CTAFV, entrevista realizada em 23 de setembro de 2024).

Nesse sentido, Taufick (2014) destaca:

É importante verificar que o PNAES estabelece um rol de ações relevantes, que podem ser ampliadas pelas instituições de acordo com suas especificidades. São elas: moradia, transporte, alimentação, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. É papel de cada instituição estabelecer os critérios e a metodologia de seleção dos estudantes, tendo como público prioritário aquele oriundo da rede pública ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (Taufick, 2014, p.185).

Foi possível perceber através do relato da entrevistada que a divisão de saúde, por exemplo, é altamente estruturada, oferecendo atendimento gratuito em diversas especialidades médicas, como ginecologia, cardiologia e ortopedia, além de serviços psicossociais. Esta estrutura também funciona como campo prático para os cursos de saúde da universidade.

A entrevistada afirma que:

E a gente também tem uma política de saúde muito forte. A gente tem a Divisão de Saúde aqui, que atende o estudante gratuitamente em diversas modalidades, como saúde da família, ginecologia, cardiologia, ortopedia, e oferece diversas terapias. Então, assim, é uma política muito forte de saúde mesmo, de promoção do bem-estar e de campanhas (CTAFV, entrevista realizada em 23 de setembro de 2024).

Entretanto, a gestora reconhecia a necessidade de ampliar os impactos positivos, especialmente em áreas como saúde mental e cultura: “Estamos fortalecendo ações preventivas na saúde mental, mas é apenas uma sementinha para o futuro” (CTAFV, entrevista realizada em 23 de setembro de 2024).

O modelo também incluía a oferta de moradia estudantil no campus principal, subsidiando alimentação e promovendo ações de saúde mental. Contudo, existem lacunas em outras áreas menos desenvolvidas, como cultura e transporte. A entrevistada explicou que, devido à localização da moradia estudantil e à configuração urbana de Viçosa, o transporte público não era uma demanda significativa no campus principal. No entanto, “no campus de Rio Paranaíba, onde o transporte é um problema crítico, a universidade busca implementar um sistema inspirado em modelos como o da UFJF” (CTAFV, entrevista realizada em 23 de setembro de 2024).

Um ponto crítico identificado foi a ausência de mecanismos estruturados de avaliação e monitoramento. Embora a UFV possua registros históricos sobre os estudantes assistidos, incluindo informações sobre auxílio, desligamentos e reingressos, ainda não foram desenvolvidos indicadores de sucesso para medir a eficácia das ações. Como afirmou a entrevistada, “ter a avaliação dos serviços prestados é outro ponto que precisamos executar e aprimorar, para ver perspectivas de melhora” (CTAFV, 23 de setembro de 2024). Essa lacuna era agravada pela falta de normatizações internas, um desafio reconhecido: “Hoje, conseguir fazer uma metodologia e fazer com que ela seja referendada pelos órgãos superiores vai ser um grande avanço” (CTAFV, 23 de setembro de 2024). O planejamento de ações futuras incluía o mapeamento detalhado de beneficiários e a avaliação contínua dos impactos das ações, um passo fundamental para consolidar a política como instrumento de permanência acadêmica.

Segundo a diretora da assistência estudantil da UFV, o setor de acompanhamento estava iniciando uma reestruturação para implementar metodologias de avaliação. Este movimento incluiria o levantamento de estudantes que estivessem há mais de 10 anos matriculados e retidos no sistema de assistência, bem como a criação de linhas de atuação específicas, como o mapeamento de cotistas. Estas ações visam oferecer suporte mais direcionado e eficiente aos estudantes em situação de vulnerabilidade, mas estão em estágio inicial de desenvolvimento.

A ausência de indicadores consolidados foi reconhecida pela entrevistada como um desafio para a gestão. Contudo, a inclusão de metas relacionadas à avaliação de serviços no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) indica uma direção promissora para superar esta lacuna. A proposta era que os estudantes avaliassem periodicamente os serviços oferecidos, gerando dados que possam orientar melhorias.

De acordo com Ferreira, Cassiolato, Gonzalez (2009):

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado (Ferreira; Cassiolato; Gonzalez; 2009, p.24).

A UFV reconheceu a importância de ampliar o alcance e a profundidade das ações, especialmente em saúde mental. A entrevistada abordou a atuação da assistência estudantil no contexto da saúde mental, destacando a importância das divisões Psicossocial (DVP) e de Lazer e Zeladoria (DLZ) no enfrentamento das questões relacionadas à saúde mental dos

estudantes, especialmente no contexto de agravamento dessa problemática em nível nacional. A fala direta que demonstrou o principal ponto da entrevistada foi: “a Divisão Psicossocial, ela atua, mas quando o estudante já está adoecido, né, então a gente tem buscado promover ações, né, desses dois setores no sentido de prevenção da saúde mental” (CTAFV, 23 de setembro de 2024). Essa fala demonstrou uma preocupação na atuação não apenas reativa, mas também preventiva em saúde mental. A entrevistada reconheceu a relevância das divisões no acolhimento de estudantes já adoecidos, mas ressaltou a necessidade de iniciativas que evitassem o agravamento do quadro geral de saúde mental. Além disso, observou-se um esforço para alinhar essas ações ao contexto nacional, reconhecendo um aumento nas demandas e desafios no âmbito da saúde mental.

A estrutura física das moradias, um dos pilares do programa, demonstrou esforços significativos. Segundo o relato, “todas as moradias passaram por reformas durante a pandemia, como parte do esforço para melhorar a qualidade de vida dos estudantes” (CTAFV, entrevista realizada em 23 de setembro de 2024). No entanto, havia desigualdades entre os campi, já que Viçosa oferece moradia no campus, enquanto Florestal e Rio Paranaíba dispõe apenas de auxílio-moradia.

Entre os principais desafios enfrentados, destacou-se a limitação orçamentária. O desafio orçamentário foi descrito como constante: “No início do ano, temos uma proposta de orçamento, depois vêm os cortes, contingenciamentos. Isso interfere em toda a programação e projeção” (CTAFV, entrevista realizada em 23 de setembro de 2024). A falta de recursos impedia a expansão de ações importantes, como o empréstimo de equipamentos digitais, que foi suspenso após a pandemia. A entrevistada observou que, embora a UFV tenha recebido equipamentos de doação da Receita Federal, a implementação de um programa robusto ainda estava em estágio inicial.

Outro entrave é a ausência de um hospital universitário, visto como uma necessidade crescente para atender às demandas de saúde dos estudantes. Além disso, a atuação multiprofissional dos setores de assistência carecia de integração interprofissional. Conforme CTAFV, “hoje, temos diversos profissionais atuando, mas ainda não conseguimos fazer um trabalho intersetorial” (CTAFV, entrevista realizada em 23 de setembro de 2024).

A entrevistada também apontou como um desafio da PAES a regulamentação, destacando que a implementação da lei do PNAES apresentava dúvidas interpretativas e exige adaptações institucionais para sua plena aplicação. A entrevistada destacou: “Entender essa lei e ver como as instituições vão se reconfigurar é um desafio para a gente” (CTAFV, 23 de

setembro de 2024). A falta de normativas internas também prejudica a operacionalização eficiente das políticas: “A gente ainda carece de resoluções internas que respaldem o trabalho das equipes” (CTAFV, 23 de setembro de 2024).

Em contraste, a UFJF apresenta um cenário mais regulamentado, com a publicação de portarias específicas (nº 12/2024 e nº 13/2024) pela PROAE. Essas portarias detalham: critérios para acesso às bolsas e auxílios (renda familiar bruta mensal de até 1,5 salários mínimos, matrícula ativa, frequência em disciplinas); metodologia de análise socioeconômica, que inclui indicadores quantitativos e qualitativos, analisados por assistentes sociais; e procedimentos detalhados, como preenchimento de formulários online, envio de documentação e prazos para análise e recurso. Esse nível de regulamentação proporciona maior transparência e previsibilidade no acesso aos auxílios, tanto para estudantes brasileiros quanto para estrangeiros, além de facilitar a operacionalização das políticas pela equipe técnica.

Contudo, havia a necessidade de uma abordagem mais equitativa na distribuição dos recursos entre os campi. Cada unidade possui demandas específicas, como transporte em Rio Paranaíba e a carência de moradia em Florestal, o que exige flexibilidade: “A gestão precisa estar atenta para uniformizar o básico e flexibilizar ações conforme a realidade local” (CTAFV, entrevista realizada em 23 de setembro de 2024).

A PAEST da UFV é um exemplo de como instituições públicas podem avançar na promoção da equidade educacional. No entanto, os desafios estruturais, financeiros e administrativos mostraram que ainda há um longo caminho para consolidar a assistência como política de estado. A regulamentação interna, o fortalecimento da avaliação e a busca por maior equidade na alocação de recursos são passos indispensáveis para garantir o impacto positivo da assistência estudantil.

Embora os desafios sejam significativos, a perspectiva para o futuro é otimista, refletindo o compromisso da UFV com o aprimoramento contínuo de suas ações: “Eu vejo com bons olhos a consolidação dessa política, mesmo reconhecendo os estrangulamentos. Caminhamos para amadurecer, de fato, essa política” (CTAFV, 23 de setembro de 2024), concluiu a entrevistada.

Por sua vez, a análise da PAEST da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) revelou um cenário em desenvolvimento e repleto de desafios estruturais e operacionais. Em relação ao modelo da PAEST, o entrevistado destacou que ainda existe um documento formal institucionalizado. A minuta de política estava em tramitação para

aprovação no Conselho Superior Universitário (CONSU), mas, com a recente criação do Conselho de Ações Comunitárias Estudantis (COAS), essa tramitação seria direcionada ao novo órgão. “Assim, a gente não tem um documento, uma política formalizada, institucionalizada. O que a gente tem são ações de assistência estudantil” (DEGFTM, entrevista realizada em 21 de agosto de 2024).

Essas ações, mesmo sem a formalização de uma política, baseiam-se nas diretrizes do PNAES. Os principais programas incluem auxílios financeiros destinados a moradia, alimentação, transporte, creche e inclusão digital, além de iniciativas para saúde, acessibilidade, e suporte pedagógico (DEGFTM, entrevista realizada em 21 de agosto de 2024).

Contudo, DEGFTM destacou que a implementação se dava de forma fragmentada, com algumas ações sendo dependentes de condições específicas, como a dotação orçamentária. Por exemplo, o auxílio digital foi concedido apenas “quando conseguimos chegar no final do ano com algum saldo ainda para esse estudantil” (DEGFTM, entrevista realizada em 21 de agosto de 2024). Sobre inclusão digital, o entrevistado destacou a intermitência do programa devido a restrições orçamentárias: “O auxílio inclusão digital, geralmente, é aberto no edital no final de cada ano [...] para que o aluno possa adquirir computadores, tablets” (DEGFTM, 21 de agosto de 2024).

De acordo com Santos (2009), o desafio da permanência material está em garantir o acesso a recursos essenciais, como equipamentos, materiais didáticos e operacionais, entre outros. A falta desses recursos pode impedir que estudantes tenham condições de acompanhar ou participar plenamente das atividades acadêmicas na universidade.

O entrevistado destacou que o Programa de Auxílio Financeiro atendia cerca de 1.400 alunos por ano, embora reconhecesse que havia uma faixa de estudantes em necessidade que não era contemplada: “a gente sabe que precisa, mas que a gente não consegue atender” (DEGFTM, entrevista realizada em 21 de agosto de 2024). Além disso, ações coletivas, como o Espaço Conviver e o Grupo de Apoio, Interação e Convivência - (GAICO) são desenvolvidas para oferecer suporte emocional e social. Esses projetos promovem a interação dos estudantes com o ambiente universitário e auxiliam na adaptação à cidade, abordando problemas comuns como a solidão e o choque cultural.

No que tange à avaliação e monitoramento das ações, o entrevistado revelou que ainda não existem instrumentos sistemáticos para mensurar a eficácia ou o impacto das ações implementadas. Apesar disso, existe uma intenção futura de desenvolver mecanismos que

pudessem avaliar o sucesso das ações em reduzir a evasão e em apoiar os alunos de forma abrangente. “Existe uma perspectiva de fazer isso, sim, de forma bem profunda, tanto para identificar o sucesso das ações, quanto para realmente ver ali um impacto, principalmente, com relação à evasão” (DEGFTM, entrevista realizada em 21 de agosto de 2024).

Como se pode perceber, o entrevistado revelou uma lacuna significativa na avaliação e monitoramento das ações. Apesar da percepção de que as intervenções têm impacto na redução da evasão, não há um método estruturado para medir esse impacto: “é um estudo que tem que ser muito bem feito, muito ponderado, porque a gente sabe que são várias as questões de evasão” (DEGFTM, entrevista realizada em 21 de agosto de 2024). Essa ausência de indicadores sistemáticos de sucesso representa uma limitação para uma análise mais objetiva e direcionada da eficácia das políticas.

A respeito da eficácia e impacto das ações, algumas áreas demonstraram resultados positivos, especialmente no suporte direto aos estudantes em situação de vulnerabilidade. O entrevistado destacou que as avaliações socioeconômicas consideravam fatores além da renda, como violência familiar e doenças crônicas, o que permitia uma abordagem mais sensível às necessidades dos alunos: “a avaliação não é só econômica, mas sim social e econômica. [...] Escolaridade dos pais, regime de reclusão, doenças crônicas ou violência familiar são considerados” (DEGFTM, 21 de agosto de 2024). Além disso, as iniciativas em saúde e acessibilidade foram amplamente inclusivas, beneficiando todos os alunos, independentemente da renda: “A gente tem monitoria e tutoria inclusiva [...] adaptação de material, audiodescrição, gravações e acompanhamento do aluno” (DEGFTM, 21 de agosto de 2024).

O setor de saúde, tinha uma equipe composta por profissionais como médicos, psicólogos e enfermeiros:

A gente tem hoje, na DIAES, que é a Divisão de Atenção Estudantil em Saúde, 13 servidores lotados. Entre eles, temos enfermeiros, médicos, médicos psiquiatras e clínicos gerais, que realizam o atendimento e o encaminhamento necessário (DEGFTM, entrevista realizada em 21 de agosto de 2024).

A presença de médicos psiquiatras na equipe é particularmente relevante, considerando o aumento da demanda por cuidados em saúde mental entre estudantes. Essa estrutura permitia tanto o atendimento inicial quanto o encaminhamento adequado para outras especialidades, caso necessário: “São servidores da UFTM lotados na DIAES [...] a gente não

faz pronto-atendimento, são consultas agendadas” (DEGFTM, entrevista realizada em 21 de agosto de 2024).

A descrição das funções da DIAES enfatiza seu papel no acolhimento e suporte aos estudantes em questões de saúde, com um foco importante na saúde mental. Essa abordagem integral reflete a tentativa de criar um ambiente que promova o bem-estar acadêmico e pessoal dos alunos. Esse suporte contribui para a permanência dos estudantes, embora não haja dados consolidados sobre o impacto geral das ações.

Embora as ações sejam reconhecidas como necessárias, sua eficácia enfrenta barreiras devido à amplitude e diversidade dos desafios enfrentados pelos estudantes. O impacto emocional, por exemplo, é destacado como crucial, com o entrevistado apontando que “90% dos alunos precisam de algum tipo de acompanhamento psicológico” (DEGFTM, entrevista realizada em 21 de agosto de 2024). No entanto, os recursos limitados reduzem o alcance das iniciativas. Para DEGFTM, as ações coletivas buscam atender o maior número possível de alunos, mas existe a percepção de que muitos fatores externos, como a didática dos professores e as condições de moradia, impactam os resultados.

Desta forma, os desafios e limitações da PAEst na UFTM são inúmeros. A ausência de uma política formal dificulta a coordenação estratégica e a obtenção de recursos específicos. Além disso, a dependência de dotação orçamentária variável impacta a continuidade de programas como o auxílio digital. Existem, também, desafios relacionados à infraestrutura, como a inexistência de creches e moradias universitárias, obrigando a universidade a depender de auxílios financeiros: “A gente não tem creche e não tem moradia na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. A gente tem só auxílios para ajudar o aluno nessas situações” (DEGFTM, Entrevista realizada em 21 de agosto de 2024). Entretanto, o entrevistado enfatizou que o orçamento atual não era suficiente para atender a todos os estudantes necessitados: “a gente precisaria aí, talvez, de quatro vezes o orçamento que chega para a universidade” (DEGFTM, 21 de agosto de 2024).

De acordo com DEGFTM, a falta de profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais, comprometia a acessibilidade e a qualidade do atendimento. Além disso, segundo ele, a rápida expansão da universidade desde 2005 gerou um descompasso entre a demanda crescente e a capacidade de resposta da instituição. Por fim, a integração entre setores da universidade era vista como essencial, mas ainda enfrentava desafios:

[...] precisa de uma articulação muito grande com programas de extensão, com a parte de ensino, [...] porque talvez não adiante a gente fazer um trabalho muito qualificado [...] se quando chega lá na atuação do professor, a

gente dá um passo para trás (DEGFTM, entrevista realizada em 21 de agosto de 2024).

Em suma, a PAEST da UFTM, embora baseada em ações eficazes e bem-intencionadas, enfrenta barreiras estruturais e operacionais que limitam seu alcance e impacto. A formalização de um documento político, aliado ao fortalecimento de mecanismos de avaliação e parcerias institucionais, poderia consolidar e expandir os benefícios proporcionados a seus alunos.

A análise da entrevista com a servidora que estava à frente da PAEST na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) revelou os mecanismos e desafios envolvidos na implementação dessa política pública. Sua política adota um sistema baseado na análise socioeconômica dos estudantes, por meio do preenchimento de um cadastro único e da apresentação de documentação comprobatória. Após o cadastro inicial, os alunos poderiam solicitar os auxílios específicos que desejassem, como transporte, alimentação e moradia. No entanto, MILSJD enfatizou a necessidade de orientar os calouros, que muitas vezes não compreendiam a possibilidade de pleitear múltiplos auxílios: “A gente entra em contato com o pessoal e identifica que o aluno pediu um auxílio só. Dentro do prazo, você pode pleitear os demais” (MILSJD, entrevista realizada em 20 de agosto de 2024).

A classificação dos beneficiários seguia um sistema de ranqueamento, em que os mais vulneráveis recebiam maior percentual dos valores pleiteados, com base em critérios socioeconômicos. MILSJD detalha: “Alunos com pontuação até 6 recebem 100% dos valores dos auxílios. Aqueles entre 7 e 9 recebem 92%, e assim sucessivamente, até que acima de 20 são considerados não prioritários” (MILSJD, Entrevista realizada em 20 de agosto de 2024). Esse modelo busca alocar os recursos disponíveis de forma eficiente, priorizando os estudantes em maior situação de vulnerabilidade.

De acordo com a entrevistada, a avaliação e o monitoramento eram realizados de forma contínua, considerando tanto a elegibilidade socioeconômica quanto o desempenho acadêmico. MILSJD destacou o uso de auxílios emergenciais para casos específicos, como perda do arrimo familiar ou necessidades urgentes de calouros, afirmando que: “O auxílio emergencial é destinado para suprir as necessidades enquanto o aluno aguarda o resultado do Programa de Assistência Estudantil (PASE)” (MILSJD, entrevista realizada em 20 de agosto de 2024).

Segundo a entrevistada, o monitoramento envolve o acompanhamento contínuo da situação acadêmica dos beneficiários. De acordo com ela, os alunos precisariam de cumprir os

requisitos mínimos de desempenho acadêmico para manterem os benefícios. A entrevistada pontuou que os estudantes precisam estar matriculados em um número mínimo de disciplinas e evitar reprovações frequentes. Em caso de descumprimento, ocorre a suspensão do auxílio: “Uma vez cumprindo, eles continuam recebendo os auxílios que valem por até 24 meses” (MILSJD, 20 de agosto de 2024).

De acordo com MILSJD, a informatização do processo, via Sistema Integrado que gerencia as Atividades Acadêmicas (SIGAA), automatiza etapas como inscrições, análise de documentos e ranqueamento, o que torna o processo mais ágil, embora sobrecarregue os profissionais responsáveis pela análise dos dados. MILSJD comentou que a insuficiência de servidores exige a contratação de terceiros: “Nesse período há uma contratação de uma empresa fora da instituição para que auxilie” (MILSJD, 20 de agosto de 2024).

A PAESt tem impacto significativo na permanência dos alunos mais vulneráveis. Apesar disso, havia limites na capacidade de atendimento das demandas. Segundo MILSJD, cerca de 70% das solicitações de auxílio são atendidas devido à restrição orçamentária: “A demanda é muito grande pela quantidade de recurso disponível, então atende cerca de 70% das demandas apresentadas” (MILSJD, 20 de agosto de 2024). Ainda assim, a política desempenha um papel essencial para reduzir as desigualdades de acesso e permanência no ensino superior.

Além dos auxílios diretos, a UFSJ promove ações complementares, como atendimentos pedagógicos e psicológicos, que respondiam a desafios contemporâneos, como o aumento de casos de adoecimento mental. A entrevistada destacou: “Por mais que a gente tenha hoje um psicólogo e um assistente social na PROAE, ainda é pouco para atender a quantidade de alunos” (MILSJD, 20 de agosto de 2024).

MILSJD sublinhou a importância dessa política: “Se você tem uma política de assistência estudantil forte, isso interfere no resultado, porque vai diminuir a evasão” (MILSJD, 20 de agosto de 2024). Também comentou que: “Se você der condições para os alunos estudarem, isso diminui a evasão, que é um grande gargalo nas instituições públicas” (MILSJD, 20 de agosto de 2024). É fundamental que as instituições de ensino desenvolvam ações específicas para promover a permanência e o bom desempenho dos estudantes de baixa renda, como alertam Souza e Reis (2021). No entanto, a entrevistada apontou lacunas na cobertura. Por exemplo, estudantes com pontuação superior a 12 não têm sido atendidos desde 2022 devido à falta de recursos: “Os alunos das categorias D e E, com 76 ou 68%,

nunca foram atendidos porque não há orçamento suficiente” (MILSJD, Entrevista realizada em 20 de agosto de 2024), o que limita o alcance da política e seu impacto potencial.

Os principais desafios mencionados pela entrevistada incluem restrições orçamentárias, falta de profissionais especializados para suporte psicológico e tempo necessário para que novos alunos acessassem os benefícios. MILSJD criticou o intervalo entre a entrada do aluno e a implementação dos auxílios, sugerindo a adoção de fluxo contínuo, como ocorre em outras instituições: “Um aluno que precisa de auxílio acaba recebendo no segundo semestre. Acho esse tempo muito grande para quem tem necessidade” (20 de agosto de 2024). MILSJD também criticou o uso conjunto da verba do PNAES para restaurantes universitários, sugerindo uma revisão na divisão dos recursos. A verba limitada do PNAES, que não foi ampliada mesmo após a inclusão de novos públicos na legislação, também dificulta a ampliação dos atendimentos: “O grande desafio é conseguir mais verba para isso” (MILSJD, 20 de agosto de 2024).

Outro problema apontado foi a escassez de profissionais. A entrevistada relatou que existia apenas um assistente social na sede da UFSJ e outro em cada campus, o que é insuficiente para atender à crescente demanda. Outro desafio é a alta demanda por atendimento psicológico, agravada pelo número insuficiente de profissionais. Ela explicou que “as psicólogas da casa atendem os não-bolsistas, mas a demanda é muito grande para a quantidade de profissionais” (MILSJD, entrevista realizada em 20 de agosto de 2024). Além disso, destacou a falta de preparo pedagógico de muitos alunos ingressantes, sugerindo iniciativas de nivelamento acadêmico como uma oportunidade de melhoria: “O índice de reprovação, principalmente nas áreas de exatas que envolvem cálculo, é muito grande” (MILSJD, 20 de agosto de 2024).

A PAES da UFSJ demonstrou uma tentativa consistente de promover a equidade no acesso e na permanência dos alunos no ensino superior. Embora sua eficácia tivesse sido evidente ao atender uma parcela significativa da demanda, foi necessário reconhecer que os desafios relacionados à insuficiência de recursos e de pessoal evidenciam a necessidade de aprimoramentos na gestão e na destinação de verbas. Nesse sentido, as sugestões levantadas, como o aumento da equipe, a revisão do uso de recursos do PNAES e a criação de programas pedagógicos de nivelamento, oferecem caminhos para potencializar o impacto dessa política pública.

As perspectivas de fortalecimento da política, conforme os planos da nova reitoria e as possibilidades de implementação de práticas inovadoras, como o fluxo contínuo,

representavam uma oportunidade para ampliar os atendimentos e aprimorar os mecanismos existentes, assegurando que mais alunos tivessem condições dignas de completar sua formação acadêmica. Conforme MILSJD, “a universidade vem aprimorando de acordo com os mecanismos dados pela União, buscando melhorar a cada obstáculo observado” (20 de agosto de 2024).

Por outro lado, a PAEST da Universidade Federal de Lavras (UFLA) reflete avanços pontuais, mas enfrenta desafios significativos em diferentes dimensões. Para compreender essa realidade, é essencial analisar o modelo vigente à época, a avaliação e o monitoramento das ações, a eficácia e o impacto dos programas, bem como os desafios e limitações na condução dessas políticas.

Para nossa pesquisa entrevistamos o coordenador da PAEST na UFLA. No início da entrevista, ao ser questionado, o entrevistado nos informou o seguinte:

É até triste dizer isso, mas não temos uma política de assistência estudantil formalizada. O que existe atualmente é uma Pró-Reitoria responsável pela assistência estudantil e pelos programas relacionados ao PNAES. Entretanto, é um projeto desta nova gestão, que iniciamos agora, criar institucionalmente uma política de assistência estudantil (VINFLA, Entrevista realizada em 19 de julho de 2024).

O modelo da política era predominantemente focado em atender demandas básicas, como moradia, alimentação e bolsas de auxílio. Embora essas ações sejam fundamentais, carecem de integração e estratégias mais amplas. O entrevistado destacou que “nunca foi feito um documento para nortear essas ações” (VINFLA, entrevista realizada em 19 de julho de 2024), o que evidenciava uma abordagem centrada em aspectos burocráticos e conservadores, sem um foco estruturado na avaliação de impactos.

A recente mudança de nomenclatura da pró-reitoria, de “assistência estudantil” para “apoio à permanência estudantil”, simboliza um esforço de transição para um modelo mais inclusivo e estratégico. Essa mudança busca superar o estigma do assistencialismo e fortalecer uma visão mais ampla, alinhada às necessidades contemporâneas dos estudantes.

Um dos maiores desafios para a UFLA, segundo o entrevistado, é a ausência de mecanismos consolidados para avaliar e monitorar suas políticas de assistência estudantil. A gestão de dados era um ponto crítico. Como relatou o entrevistado, “temos um problema muito grande com isso... não temos relatório de tudo” (VINFLA, entrevista realizada em 19 de julho de 2024). Essa falta de informações integradas impedia a análise precisa de indicadores como permanência, evasão e impacto dos programas implementados. Para

enfrentar essa questão, a universidade formou recentemente uma comissão destinada a propor soluções e implementar uma gestão de informações mais eficiente.

Ao ser questionado sobre os métodos e instrumentos utilizados para avaliar a eficácia e o impacto da PAEST na UFLA, o coordenador respondeu o seguinte:

Até então, enfrentamos um grande problema relacionado à gestão de dados e informações. Ainda não temos tudo completamente integrado nos sistemas, e, mesmo os dados disponíveis, carecem de relatórios abrangentes. No entanto, no momento, há uma comissão trabalhando para aprimorar essa gestão, estabelecendo metas e indicadores. O objetivo é organizar tudo o que está relacionado a isso, para que possamos compreender o impacto real dos programas da universidade, especialmente no que tange à permanência e à evasão dos alunos, sendo nosso principal foco garantir a permanência dos estudantes e oferecer o apoio necessário (VINFLA, entrevista realizada em 19 de julho de 2024).

Contudo, essa iniciativa encontra-se em estágio inicial, limitada ao planejamento, o que compromete o acompanhamento efetivo das ações. Esforços pontuais, como o gerenciamento local de dados por coordenadores, existem, mas são insuficientes para uma análise global das políticas.

Apesar das limitações, os programas de assistência estudantil desempenham um papel relevante na UFLA. Iniciativas como o Programa de Moradia, o Restaurante Universitário e o Programa de Bolsas ajudam a mitigar desigualdades, apesar de só atenderem parcialmente às demandas. Segundo o entrevistado, “no programa de moradia, nós não conseguimos atender todos os vulneráveis... atendemos hoje até o nível 4” (VINFLA, entrevista realizada em 19 de julho de 2024).

O “nível 4” mencionado na fala refere-se a uma classificação ou escala utilizada para determinar o grau de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes no contexto do programa de moradia. Essa escala é frequentemente adotada por instituições de ensino ou políticas públicas para priorizar o atendimento, considerando critérios como renda familiar, condições de moradia, situação socioeconômica, entre outros.

No caso citado, atender “até o nível 4” significa que o programa de moradia consegue beneficiar apenas os estudantes classificados dentro desse limite de vulnerabilidade, enquanto aqueles em níveis inferiores (menos vulneráveis) podem não ser contemplados. Os alunos são classificados em grau de vulnerabilidade de 0 a 8, sendo o 0 o mais vulnerável e o 8 menos. Isso reflete uma limitação do programa em atender a demanda total de estudantes devido a recursos insuficientes ou outras restrições logísticas.

Por outro lado, serviços como o ambulatório, o núcleo de saúde mental e a clínica odontológica se destacam por oferecer suporte especializado. No entanto, os recursos disponíveis são insuficientes para atender à demanda crescente. “Três psicólogos para 10 mil alunos é surreal”, exemplificou o entrevistado. Além disso, a falta de métricas confiáveis para avaliar o impacto dessas ações limita a compreensão do alcance e da eficácia dos programas.

A transição de uma abordagem assistencialista para uma que privilegia o protagonismo estudantil é um aspecto relevante da política vigente. Como explicado pelo entrevistado, “o nosso foco é dar condições para que o aluno seja protagonista em sua passagem pela Universidade Federal de Lavras” (VINFLA, entrevista realizada em 19 de julho de 2024). Essa perspectiva visa não apenas reduzir desigualdades, mas também proporcionar uma formação integral aos estudantes.

Os principais desafios enfrentados pela PAEST da UFLA incluem restrições orçamentárias, escassez de técnicos e a ausência de capacitação contínua. Esses fatores comprometem tanto a manutenção quanto a expansão dos programas existentes.

“O dinheiro que a gente tinha foi reduzido com a característica da visão neoliberal que eles têm” (VINFLA, entrevista realizada em 19 de julho de 2024), lamentou o entrevistado, referindo-se ao governo e às autoridades responsáveis pela gestão e alocação de recursos públicos, que adotam uma perspectiva neoliberal em suas políticas. Essas políticas, segundo sua visão, podem resultar em cortes orçamentários que impactam negativamente iniciativas destinadas ao apoio de estudantes em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a falta de regulamentações nacionais gera fragmentação nas práticas entre universidades. Essa lacuna dificulta o desenvolvimento de políticas mais coesas e eficazes. A resistência interna e o estigma associado às ações assistenciais, muitas vezes vistas como “assistencialismo” (VINFLA, entrevista realizada em 19 de julho de 2024), são outros entraves importantes, exigindo uma mudança de mentalidade dentro da instituição.

A PAEST da UFLA está passando por um processo de ressignificação, buscando equilibrar tradição e inovação. Embora enfrente limitações históricas e estruturais, a universidade demonstra esforços para construir uma base sólida que permita uma gestão mais integrada e estratégica. Superar as barreiras existentes e consolidar ações mais eficazes depende de uma combinação de financiamento adicional, fortalecimento das capacitações técnicas e combate ao estigma associado às políticas de assistência. Essa transformação é fundamental para garantir a equidade e permanência dos estudantes, consolidando uma política verdadeiramente eficaz e sustentável.

As análises apresentadas neste capítulo demonstraram a importância de avaliar e monitorar de forma mais eficaz a PAEST da UFJF. Com base nelas, o próximo capítulo propõe um PAE que visa aprimorar os mecanismos de monitoramento e avaliação, colaborando para uma gestão mais eficiente e eficaz da PNAES na instituição.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

O presente capítulo apresenta o Plano de Ação Educacional (PAE), que tem como objetivo propor ações para aprimorar os processos de avaliação e monitoramento da Política de Assistência Estudantil (PAESt) na UFJF. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo que identificou as principais necessidades e desafios nesse processo. Com base nos resultados dessa pesquisa, foram propostas ações concretas a serem implementadas. Na UFJF, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem demonstrado seu impacto positivo. No entanto, a pesquisa realizada revelou a necessidade de aprimorar os mecanismos de avaliação e monitoramento do programa na instituição. A ausência de ferramentas adequadas para mensurar os resultados de forma sistemática e integrada limita a compreensão de sua efetividade tanto em termos acadêmicos quanto socioeconômicos.

Diante desse cenário, o presente PAE propõe soluções para fortalecer o monitoramento do PNAES na UFJF. Utilizando a metodologia 5W2H, foram definidas ações concretas, com prazos e responsáveis, visando atender às diretrizes do Decreto nº 7.234/2010 e garantir a implementação de instrumentos capazes de analisar os impactos e resultados do programa.

Ao propor melhorias nos processos avaliativos, este plano busca consolidar o PNAES como uma política pública estratégica para a nossa universidade. A implementação das ações propostas contribuirá para a redução das desigualdades, o fortalecimento do ensino superior público e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Com o objetivo de aprimorar a PAESt na UFJF, o Quadro 3 a seguir apresenta os resultados da pesquisa e as ações propostas.

Quadro 3 – Problemas e as respectivas soluções propostas

Problema	Solução Proposta
1. Falta de um sistema informatizado para integrar e cruzar dados dos alunos.	Desenvolver e implementar um Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil (SIMAPAE) para consolidar dados e gerar relatórios analíticos.
2. Ausência de indicadores definidos para avaliar a eficácia da política.	Criar e padronizar indicadores-chave de desempenho (KPIs) que avaliem impacto acadêmico, social e econômico do programa.
3. Serviços de saúde e	Expandir a oferta de serviços na área de saúde e

psicologia insuficientes.	psicologia, com parcerias estratégicas e aumento da capacidade de atendimento.
4. Falta de pessoal.	Realizar concurso público ou redistribuir servidores para fortalecer a equipe da assistência estudantil.
5. Restrição orçamentária.	Captar recursos por meio de parcerias com órgãos governamentais, projetos financiados e uso estratégico do orçamento interno.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Quadro 3 apresentado sintetiza os principais desafios identificados no âmbito da PAEST da UFJF, bem como as soluções propostas para enfrentá-los. Essas ações foram pensadas de forma a atender às demandas apontadas pelos servidores entrevistados durante a pesquisa de campo.

A implementação de um sistema informatizado, como o SIMAPAE, surge como uma solução central para organizar e integrar os dados dos estudantes, possibilitando análises mais precisas e a elaboração de relatórios que subsidiem a tomada de decisão. Essa ferramenta, aliada à definição de KPIs, permitirá um monitoramento mais eficiente e uma avaliação consistente da eficácia da política, abrangendo impactos acadêmicos, sociais e econômicos.

Além disso, a ampliação dos serviços de saúde e psicologia é fundamental para atender à crescente demanda dos estudantes, dado o aumento de casos relacionados à saúde mental. Nesse sentido, parcerias estratégicas e investimentos na capacidade de atendimento poderão contribuir significativamente para melhorar a qualidade do suporte oferecido.

A questão da insuficiência de pessoal requer medidas urgentes, como a realização de concursos públicos ou a redistribuição de servidores, visando fortalecer as equipes responsáveis pela execução das ações de assistência estudantil. Por fim, a restrição orçamentária, um problema recorrente em políticas públicas, deve ser enfrentada por meio da captação de recursos adicionais, sejam eles provenientes de parcerias com instituições públicas e privadas, de projetos financiados, ou da gestão estratégica do orçamento interno.

Essas propostas, quando integradas e executadas de maneira coordenada, têm o potencial de transformar a gestão da PAEST na UFJF, promovendo maior eficiência, eficácia e impacto positivo na vida dos estudantes beneficiados. O Quadro 3 apresenta os dados que embasaram a elaboração do Plano de Ação, detalhado na seção 4.1 a seguir.

4.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Nesta seção apresentamos, de forma detalhada, o PAE pensado para ajudar a melhorar a PAEST considerando seu monitoramento dentro da UFJF. Como já mencionado no início desse capítulo, a construção do plano foi fundamentada no uso da ferramenta 5W2H, que facilita a compreensão dos passos necessários para a execução das ações propostas.

O método 5W2H é amplamente utilizado em gestão para o planejamento de ações e projetos. De acordo com Behr, Moro e Estabel (2008, p. 39), “consiste em uma maneira de estruturarmos o pensamento de uma forma bem-organizada e materializada antes de implantarmos alguma solução no negócio”. Para organizar melhor as ações propostas em cada parte do plano, será utilizada essa ferramenta, que visa organizar e planejar ações, indicando o que será feito:

- 1) Ação ou atividade que deve ser executada ou o problema ou o desafio que deve ser solucionado (what);
- 2) Justificativa dos motivos e objetivos daquilo estar sendo executado ou solucionado (why);
- 3) Definição de quem será (serão) o(s) responsável(eis) pela execução do que foi planejado (who);
- 4) Informação sobre onde cada um dos procedimentos será executado (where);
- 5) Cronograma sobre quando ocorrerão os procedimentos (when);
- 6) Explicação sobre como serão executados os procedimentos para atingir os objetivos pré-estabelecidos (how); e
- 7) Limitação de quanto custará cada procedimento e o custo total do que será feito (how much)?

Essa metodologia foi escolhida por sua simplicidade e eficiência, permitindo-nos detalhar cada etapa e garantir que todas as dimensões do problema serão consideradas. A seguir no quadro 4 apresentamos, de forma esquemática, o PAE elaborado.

Quadro 4 – Síntese das ações do PAE segundo a ferramenta 5W2H

Ação	What (O quê)	Why (Por quê)	Who (Quem)	When (Quando)	Where (Onde)	How (Como)	How much (Quanto)
Implementação de um sistema informatizado para gerenciamento de dados	Desenvolver e implementar um sistema informatizado que centralize informações sobre os estudantes assistidos, integrando dados acadêmicos, socioeconômicos e médicos.	Facilitar o monitoramento, avaliação e cruzamento de informações, permitindo análises mais precisas sobre a eficácia do PAE.	Equipe de TI da UFJF, em parceria com a PROAE.	Desenvolvimento: 6 meses, de maio de 2025 até novembro de 2025. Implementação e treinamento: 3 meses subsequentes, de dezembro de 2025 à fevereiro de 2026.	Sistema online acessível a servidores e gestores de assistência estudantil.	Levantamento de requisitos, contratação de equipe técnica, desenvolvimento do sistema e capacitação dos usuários.	Horas de trabalho dos servidores envolvidos
Definição e monitoramento de indicadores de desempenho	Criar indicadores quantitativos e qualitativos para avaliar a eficácia do PAE, como taxa de permanência, evasão, desempenho acadêmico e satisfação dos estudantes.	Medir os impactos da política e subsidiar a tomada de decisão.	Gestores da assistência estudantil, com apoio de especialistas em avaliação de políticas públicas.	Desenvolvimento: 4 meses, de junho de 2025 até outubro de 2025; Monitoramento contínuo.	Aplicação no sistema informatizado e relatórios institucionais.	Definir métricas claras, realizar coletas periódicas e incluir análises nos relatórios de gestão.	Horas de trabalho dos servidores envolvidos

Ampliação dos serviços de saúde e psicologia	Reforçar os atendimentos na área de saúde e psicologia, aumentando o número de profissionais e serviços disponíveis.	Atender à demanda crescente de estudantes em situação de vulnerabilidade, promovendo bem-estar e permanência.	PROAE, em parceria com o setor de saúde da UFJF.	Contratação de profissionais em até 12 meses, iniciando em abril de 2025. Caso não seja possível, tentar parceria com a Faculdade de Psicologia, para que os alunos do campus JF possam ser atendidos no Centro de Psicologia Aplicada, ou tentar parceria com profissionais da cidade (GV e JF) para atendimento psicológico aos estudantes que necessitarem.	Núcleos de Saúde e Psicologia nos campi da UFJF.	Solicitar aumento de orçamento, buscar parcerias externas e contratar profissionais especializados.	Horas de trabalho dos servidores envolvidos
Aumento do alcance e divulgação da assistência estudantil	Desenvolver campanhas de divulgação mais abrangentes e eficazes com foco nos estudantes que ainda	Ampliar o número de estudantes assistidos, garantindo que mais alunos em	Equipe de Comunicação da UFJF e gestores da assistência estudantil.	Campanhas semestrais, iniciando em 2 meses. Para sua realização, supondo que o planejamento esteja sendo feito em janeiro de	Redes sociais, sites institucionais, murais nos campi e eventos	Produzir conteúdo informativos, realizar palestras e criar canais diretos de	Horas de trabalho dos servidores envolvidos

	não utilizam os serviços da PAE.	situação de vulnerabilidade conheçam e acessem os benefícios.		2025, as campanhas começarão em março de 2025.	presenciais.	comunicação com os estudantes.	
Reforço de recursos humanos e orçamentários	Aumentar o quadro de pessoal e o orçamento destinado ao PAE.	Garantir a execução das ações planejadas e ampliar a capacidade de atendimento aos estudantes.	PROAE, com apoio da Reitoria.	Planejamento em até 6 meses; execução contínua. Entre janeiro e junho de 2025.	Setores de assistência estudantil nos campi.	Elaborar propostas para captação de recursos externos e reestruturação interna, incluindo a redistribuição de verbas.	Horas de trabalho dos servidores envolvidos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Este quadro resume as ações planejadas de forma clara e objetiva, utilizando o método 5W2H. Nas subseções a seguir, apresentamos o detalhamento de cada ação proposta.

4.1.1 Ação propositiva para o aprimoramento da avaliação e monitoramento da Política de Assistência Estudantil na UFJF

A análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo revelou desafios significativos no eixo de avaliação e monitoramento da PAEST na UFJF. Um dos pontos mais críticos, segundo os servidores entrevistados, foi a ausência de um sistema informatizado eficiente para cruzamento e armazenamento de informações. Essa deficiência compromete diretamente a capacidade da instituição de avaliar os resultados e a efetividade das ações implementadas.

Ao observar práticas bem-sucedidas em outras instituições, como o uso de dados integrados na UFOP e a vinculação com o SIGAA na UFSJ, percebe-se a relevância de uma abordagem sistematizada.

Diante desse cenário, foi elaborada uma proposta considerando as condições operacionais da UFJF, viável tanto para a equipe de Tecnologia da Informação (TI) quanto para servidores familiarizados com ferramentas de desenvolvimento de sistemas. A proposta prevê a criação do Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil (SIMAPAE), projetado para centralizar dados, gerar relatórios analíticos e fornecer suporte à tomada de decisões, promovendo a melhoria contínua da PAEST.

A ação descrita a seguir atende às demandas institucionais, considerando limitações e oportunidades. Ela propõe estratégias práticas para a implementação de um sistema eficiente alinhado às necessidades da UFJF, conforme exposto no Quadro 5.

Quadro 5 – Ação propositiva para o eixo de avaliação e monitoramento da Política de Assistência Estudantil na UFJF.

Proposta de Sistema Informatizado: SIMAPAE	
Pergunta (5W2H)	Resposta
What (O que será feito?)	Desenvolvimento do Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil (SIMAPAE).

Why (Por que será feito?)	Para centralizar dados, monitorar ações e programas, apoiar decisões com base em dados confiáveis, e avaliar a eficácia das políticas de assistência estudantil.
Who (Quem será responsável?)	Equipe de TI da UFJF, gestores da PAESt, e servidores capacitados para operação e manutenção do sistema.
When (Quando será feito?)	Prazo total estimado de 10 meses, incluindo planejamento, desenvolvimento, testes e implantação, conforme cronograma detalhado.
Where (Onde será implementado?)	Na UFJF, com acesso remoto via sistemas em nuvem para usuários autorizados.
How (Como será feito?)	Utilizando tecnologias como Python (Django), React, e PostgreSQL; adotando metodologias ágeis para desenvolvimento e testes; integrando o SIMAPAE com sistemas existentes (ex.: SIGA).
How much (Quanto custará?)	Horas de trabalho dos servidores para desenvolvimento, manutenção e treinamento, além de custos com infraestrutura em nuvem.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O Quadro 5 apresenta os objetivos estratégicos, como a centralização e análise de dados para subsidiar decisões mais assertivas, além da definição de responsabilidades, tecnologias e cronogramas específicos. A proposta considera a viabilidade financeira e operacional, promovendo o uso otimizado dos recursos disponíveis. Esse detalhamento reflete o compromisso institucional com a eficiência e inovação, destacando o potencial do SIMAPAE de transformar a gestão da assistência estudantil, garantindo maior transparência e impacto positivo nos indicadores acadêmicos e sociais.

Para o desenvolvimento do sistema, será necessário utilizar tecnologias como Python (Django), React e PostgreSQL, adotando metodologias ágeis para desenvolvimento e testes. O Quadro 6 apresenta um cronograma estimado para a execução do projeto.

Quadro 6 – Cronograma de desenvolvimento

Fase	Atividade	Duração
Planejamento	Levantamento de requisitos	2 meses
Design	Protótipo de interface e arquitetura	1 mês
Desenvolvimento	Codificação e integração de módulos	4 meses
Testes e Ajustes	Testes de usabilidade e segurança	2 meses
Implantação e Treinamento	Implantação e capacitação de usuários	1 mês

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O cronograma estabelece uma estrutura organizada para o desenvolvimento do SIMAPAE, contemplando todas as etapas essenciais de um projeto tecnológico. A divisão clara das fases, desde o levantamento de requisitos até a implantação e treinamento, minimiza riscos e assegura a qualidade do produto. A inclusão de testes de usabilidade e segurança reforça a confiabilidade do sistema, enquanto a capacitação dos usuários garante sua plena utilização, maximizando o impacto na gestão.

Esse sistema permitirá à UFJF avaliar de forma mais eficaz o impacto de suas ações na PAEST, promovendo decisões baseadas em dados e aprimorando as práticas de apoio acadêmico. Além de atender às exigências do PNAES, também proporcionará maior transparência e eficiência, garantindo que os objetivos de permanência e sucesso acadêmico sejam monitorados e alcançados.

Após a apresentação das propostas para a criação do novo sistema, passamos à proposição de melhorias no eixo de eficácia e impacto das ações da PAEST na UFJF. A seguir, detalhamos uma proposta para a criação de indicadores que permitam avaliar a efetividade dessas políticas na instituição.

4.1.2 Proposta para o eixo eficácia e impacto das ações da Política de Assistência Estudantil na UFJF

Nesta subseção, propomos a criação de indicadores que possibilitem um acesso mais preciso aos dados sobre a eficácia e impacto da PAEST na UFJF.

A PAEST desempenha um papel fundamental na permanência dos estudantes no ensino superior ao oferecer condições adequadas de estudo e minimizar barreiras socioeconômicas. No entanto, a ausência de indicadores estruturados compromete a avaliação dessas ações, dificultando ajustes e melhorias na gestão dos programas.

Com isso, propomos o desenvolvimento de indicadores para monitorar e avaliar as ações da PAEST na UFJF de maneira sistemática. A abordagem baseada em evidências fornece ferramentas para uma análise precisa, permitindo ajustes necessários para otimizar os benefícios e resultados dessas políticas. O Quadro 7 sintetiza essa ação.

Quadro 7 – Proposta de desenvolvimento de indicadores para monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil na UFJF

Pergunta (5W2H)	Resposta
What (O que será feito?)	Implementação de um PAE para avaliar a eficácia e o impacto das ações de assistência estudantil, incluindo a criação de indicadores de desempenho, coleta e análise de dados, e a produção de relatórios periódicos para embasar melhorias contínuas.
Why (Por que será feito?)	A falta de informações estruturadas sobre o impacto e a eficácia da PAEST impede uma análise aprofundada e decisões fundamentadas. Este plano permitirá a identificação de pontos fortes e fracos das ações, garantindo maior eficiência e alinhamento com as demandas dos estudantes.
Who (Quem será responsável?)	PROAE: Coordenará o levantamento de dados e definirá os objetivos dos indicadores. Equipe de TI: Desenvolverá ferramentas digitais para coleta, análise e visualização dos dados. Servidores do Setor de Planejamento: Apoiarão na sistematização dos dados e na elaboração de relatórios.
Where (Onde será implementado?)	Na UFJF, abrangendo todas as unidades acadêmicas e administrativas envolvidas na PAEST, com foco inicial em programas como moradia, alimentação e bolsas acadêmicas.

When (Quando será realizado?)	1º e 2º Mês: Levantamento de dados existentes e definição de indicadores com participação dos interessados. 3º ao 5º Mês: Desenvolvimento e teste de ferramentas para coleta e análise de dados. 6º ao 8º Mês: Coleta inicial de dados e validação dos indicadores. 9º e 10º Mês: Análise dos resultados e elaboração do primeiro relatório de impacto. A partir do 11º Mês: Implementação contínua do plano, com revisões anuais
How (Como será feito?)	Criação de indicadores: Desenvolver indicadores como taxa de permanência, evasão, impacto no desempenho acadêmico, e custo-benefício. Desenvolvimento de ferramentas: Implementar sistemas informatizados (dashboards e relatórios dinâmicos) para coleta e análise de dados. Treinamento: Capacitar gestores e servidores no uso das ferramentas e na interpretação dos indicadores. Engajamento de estudantes: Realizar enquetes e fóruns para coletar feedback direto dos beneficiários. Monitoramento contínuo: Revisão e atualização regular dos indicadores.
How Much (Quanto custará?)	Desenvolvimento de ferramentas: Horas de trabalho dos servidores de TI. Treinamento de servidores: Custos com cursos de capacitação e horas de trabalho. Coleta e análise de dados: Custos associados à manutenção do sistema e relatórios periódicos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os indicadores propostos foram:

- 1) Taxa de permanência: Percentual de estudantes beneficiados que permanecem regularmente matriculados.
- 2) Taxa de evasão: Percentual de evasão entre beneficiários da assistência

estudantil.

- 3) Impacto no desempenho acadêmico: Comparação do desempenho médio (IRA) de beneficiários e não beneficiários.
- 4) Satisfação dos estudantes: Percentual de aprovação nos programas, medido por enquetes e pesquisas regulares.
- 5) Relação custo-benefício: Comparação entre os recursos investidos e os resultados alcançados (ex.: melhoria nas taxas de conclusão).

A implementação de um sistema de indicadores constitui uma ferramenta indispensável para aprimorar a gestão da assistência estudantil na universidade. Esses indicadores possibilitarão uma avaliação contínua da eficácia das ações, fornecendo subsídios para o planejamento e aprimoramento dos programas.

Ao integrar análise de dados e monitoramento sistemático, a UFJF estará mais preparada para atender às demandas dos estudantes, promovendo maior inclusão e sucesso acadêmico. Isso reforça o compromisso institucional com a equidade e qualidade no ensino superior, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas educacionais.

Na próxima subseção, discutiremos propostas para enfrentar desafios e limitações na condução da PAEST. Os principais obstáculos apontados pelos servidores incluem restrição orçamentária, déficit de pessoal, necessidade de maior divulgação dos programas e ampliação dos serviços de saúde e psicologia.

4.1.3 Sugestões de melhorias para enfrentar os desafios e limitações na condução da Política de Assistência Estudantil na UFJF

A partir das análises realizadas no Capítulo 3 desta dissertação, assim como dos apontamentos fornecidos pelos colaboradores da pesquisa, constatou-se que ainda há muitos desafios e limitações na condução da PAEST na UFJF. Entre os diversos pontos levantados, nesta subseção será apresentada uma possível solução para o problema de divulgação entre os estudantes.

Embora outros aspectos tenham sido identificados como desafiadores, a escolha por abordar a questão da divulgação é justificada por se tratar de uma demanda interna que pode ser solucionada sem aporte financeiro do Governo Federal. Diferentemente de questões como falta de recursos, carência de servidores, ou expansão das políticas de saúde e psicologia, que

dependem de engajamento e investimentos federais, a melhoria na comunicação e divulgação das ações da assistência estudantil pode ser implementada com estratégias eficazes e de baixo custo, utilizando os recursos já disponíveis na universidade.

Uma solução para ampliar o alcance e melhorar a comunicação sobre a assistência estudantil da UFJF pode envolver a criação de um aplicativo móvel integrado e gamificado, combinado com um sistema de notificações personalizadas e iniciativas de engajamento comunitário digital. A proposta considera as limitações dos meios já existentes e adiciona novas abordagens para superar barreiras de acesso e engajamento. Segue a proposta detalhada:

4.1.3.1 Criação de um aplicativo móvel de assistência estudantil

A criação de um aplicativo móvel de assistência estudantil representa um passo estratégico para modernizar e centralizar os serviços voltados aos estudantes da UFJF. Por meio de uma plataforma acessível e intuitiva, busca-se otimizar a comunicação, facilitar o acesso às informações e promover maior engajamento da comunidade acadêmica. O Quadro 8, abaixo, detalha as etapas e os elementos fundamentais para o desenvolvimento e a implementação dessa iniciativa, destacando sua relevância para o aprimoramento da PAESt.

Quadro 8 – Criação de um aplicativo móvel de Assistência Estudantil

Pergunta (5W2H)	Resposta
What (O que será feito?)	Desenvolvimento de um aplicativo móvel específico para centralizar informações e serviços de assistência estudantil.
Why (Por que será feito?)	Para ampliar o alcance da comunicação, facilitar o acesso às informações e promover maior engajamento dos estudantes.
Who (Quem será responsável?)	Equipe técnica da UFJF, desenvolvedores contratados, e gestores da PAESt.
When (Quando será feito?)	Prazo estimado de 8 meses para desenvolvimento, testes e implementação.
Where (Onde será implementado?)	Disponível nas lojas de aplicativos (Google Play e App Store), acessível a todos os estudantes da UFJF.

How (Como será feito?)	Utilizando frameworks de desenvolvimento multiplataforma (ex.: React Native) e integrando funcionalidades gamificadas e notificações inteligentes.
How much (Quanto custará?)	Custos estimados incluem desenvolvimento terceirizado, manutenção do aplicativo e treinamento de usuários.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para fortalecer a continuidade e ampliar o impacto do sistema já detalhado anteriormente, o aplicativo pode incorporar elementos de gamificação como motivação para o engajamento contínuo dos estudantes. Essa abordagem complementa o sistema de notificações personalizadas e demais funcionalidades, promovendo maior interação por meio de pontos, desafios e recompensas. Dessa forma, os estudantes são incentivados a explorar e utilizar regularmente os recursos disponíveis, potencializando os benefícios das iniciativas de assistência estudantil.

4.1.3.2 Gamificação para Engajamento

A introdução de elementos de gamificação no aplicativo de assistência estudantil visa estimular o engajamento dos estudantes, tornando a interação com a plataforma mais atrativa e dinâmica. Essa estratégia, que inclui sistemas de pontos, desafios e prêmios, busca incentivar a participação contínua e fortalecer o vínculo dos estudantes com as iniciativas. O Quadro 9 apresenta uma visão detalhada dessa proposta, abordando as etapas de implementação, os responsáveis pelo desenvolvimento e os benefícios esperados.

Quadro 9 – Estratégia de gamificação para engajamento no aplicativo

Pergunta (5W2H)	Resposta
What (O que será feito?)	Implementação de sistemas de pontos, desafios e prêmios no aplicativo para incentivar a interação contínua.
Why (Por que será feito?)	Para motivar os estudantes a utilizarem o sistema regularmente e participarem das iniciativas da assistência estudantil.
Who (Quem será responsável?)	Desenvolvedores e PROAE.

When (Quando será feito?)	Durante o desenvolvimento do aplicativo, com atualizações contínuas após a implementação.
Where (Onde será implementado?)	Dentro do aplicativo móvel e em eventos relacionados.
How (Como será feito?)	Combinando técnicas de gamificação, como rankings e prêmios, integradas às funcionalidades do app.
How much (Quanto custará?)	Custos associados ao desenvolvimento das funcionalidades e à aquisição de prêmios para os estudantes.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Quadro 9 apresenta uma estratégia de gamificação para engajamento no aplicativo de assistência estudantil, detalhando os aspectos essenciais de sua implementação. A proposta utiliza técnicas de gamificação, como sistemas de pontos, desafios e prêmios, para incentivar a interação contínua dos estudantes com o aplicativo e as iniciativas da assistência estudantil, promovendo maior engajamento e participação ativa dos estudantes.

A responsabilidade pela execução recai sobre desenvolvedores e a equipe da PROAE, destacando a integração das funcionalidades gamificadas durante o desenvolvimento, com atualizações planejadas para manutenção e melhorias. O Quadro 9 também menciona os custos associados à implementação, que incluem tanto o desenvolvimento das funcionalidades quanto a aquisição de prêmios, evidenciando a necessidade de planejamento financeiro.

Essa estratégia reflete uma tendência contemporânea de adotar recursos lúdicos e interativos para aumentar o interesse e a adesão dos usuários, alinhando tecnologia e pedagogia para alcançar os objetivos da PAEST. Outra proposta é integrar o aplicativo a um sistema de notificações inteligentes que envie mensagens no momento certo e para os públicos mais relevantes.

4.1.3.3 Sistema de Notificações Personalizadas

A implementação de um Sistema de Notificações Personalizadas, conforme detalhado no Quadro 10, visa otimizar a comunicação com os estudantes no âmbito da assistência estudantil. Este sistema será integrado ao aplicativo móvel e utilizará algoritmos de

personalização para enviar lembretes e informações relevantes, promovendo maior adesão aos programas e serviços oferecidos. A proposta, alinhada ao cronograma de desenvolvimento do aplicativo, reflete o compromisso com a eficiência e a acessibilidade, garantindo que os estudantes tenham acesso às informações de forma prática e direcionada.

Quadro 10 – Sistema de Notificações Personalizadas

Pergunta (5W2H)	Resposta
What (O que será feito?)	Criação de um sistema de notificações inteligentes para enviar lembretes e informações relevantes aos estudantes.
Why (Por que será feito?)	Para garantir que os estudantes recebam informações no momento certo, aumentando a adesão aos programas.
Who (Quem será responsável?)	Desenvolvedores do aplicativo e gestores da assistência estudantil.
When (Quando será feito?)	Integrado ao cronograma de desenvolvimento do aplicativo.
Where (Onde será implementado?)	No aplicativo móvel e, eventualmente, integrado a outros sistemas institucionais, como o SIGA.
How (Como será feito?)	Utilizando algoritmos de personalização baseados em dados fornecidos pelos estudantes e interações no app.
How much (Quanto custará?)	Incluído nos custos de desenvolvimento do aplicativo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Além das propostas apresentadas e detalhadas pelo método 5W2H, que demandariam o envolvimento do CGCO ou de algum servidor com habilidades específicas em novas tecnologias para sua criação e implementação, também consideramos alternativas mais acessíveis. Essas poderiam ser desenvolvidas e gerenciadas por um estagiário da PROAE/UFJF, tornando-as viáveis mesmo em contextos de recursos limitados.

Uma dessas alternativas é a de uma estratégia de comunicação baseada no modelo de marketing peer-to-peer (P2P). Essa abordagem incentiva líderes estudantis a atuarem como multiplicadores das informações relacionadas à assistência estudantil. Para isso, a capacitação será proposta pela própria PROAE, que, apesar de não contar com uma equipe de

comunicação ou parceria com especialistas em marketing, poderá desenvolver um programa básico focado nas necessidades institucionais.

Os temas abordados na capacitação podem incluir técnicas de comunicação eficazes; estratégias para disseminação de informações em redes sociais; ética e responsabilidade na representação estudantil; além de orientações sobre os serviços e políticas de assistência estudantil disponíveis.

A capacitação deverá ocorrer no início de cada semestre letivo, aproveitando o período de integração dos estudantes, sendo estruturada de forma prática e dinâmica, utilizando oficinas e materiais didáticos acessíveis para facilitar a aplicação dos conhecimentos adquiridos. Além disso, a criação de grupos de discussão em plataformas digitais como WhatsApp e Telegram permitiria a formação de comunidades onde os estudantes poderiam tirar dúvidas e compartilhar informações de maneira colaborativa.

Outra proposta é o desenvolvimento de conteúdo audiovisual acessível e interativo. Essa iniciativa incluiria a produção de vídeos curtos e dinâmicos, como reels, TikToks e vídeos explicativos para o YouTube, abordando programas e procedimentos da assistência estudantil. Essa ação poderá ser realizada por uma equipe multidisciplinar composta por membros da PROAE/UFJF, em colaboração com estudantes e professores de áreas relacionadas, como Comunicação Social, Design e Tecnologia da Informação. Mesmo que a equipe não conte com especialistas em comunicação, a parceria com cursos da universidade que possuem expertise na produção de conteúdo audiovisual seria uma solução viável.

Estudantes bolsistas ou voluntários, orientados por docentes, podem atuar na criação de vídeos curtos e dinâmicos, explorando plataformas populares. Além disso, essa ação pode ser vinculada a projetos de extensão, promovendo uma troca enriquecedora entre diferentes setores acadêmicos e contribuindo para o fortalecimento da PAESt.

Para garantir uma comunicação mais eficiente, a interação ativa com os estudantes também deve ser priorizada. Nesse sentido, canais diretos para coleta de feedback podem ser adicionados ao sistema, permitindo ajustes em tempo real com base nas sugestões e opiniões dos usuários. Exemplos disso incluem a aplicação de enquetes em plataformas como WhatsApp e Telegram, que já são amplamente utilizadas pelos estudantes, para medir a eficácia das iniciativas de comunicação.

Além disso, a criação de um fórum de ideias dentro do aplicativo proposto ofereceria um espaço estruturado onde os estudantes possam propor melhorias nos programas e na divulgação. Dessa forma, a integração dessas ferramentas ao aplicativo e às plataformas de

mensagens ajudará a fortalecer o diálogo e o engajamento entre os estudantes e a equipe de assistência estudantil.

Também é fundamental estabelecer parcerias institucionais e promover a divulgação da assistência estudantil nos cursos. Essas parcerias poderiam incluir coordenações de curso, centros acadêmicos e professores, que teriam um papel ativo na disseminação das informações. Sua integração em sistemas já utilizados pelos estudantes, como o SIGA, e sua divulgação durante as aulas ou eventos acadêmicos, também aumentariam o alcance das iniciativas.

Por fim, para medir o impacto dessas soluções, seria necessário acompanhar indicadores de sucesso. Isso inclui o aumento no número de acessos ao aplicativo e nas interações com suas funcionalidades, o crescimento da adesão dos estudantes aos programas de assistência, o engajamento em eventos e desafios gamificados etc.. Essa abordagem, além de ampliar o alcance da comunicação, promove uma experiência mais personalizada, interativa e alinhada aos hábitos contemporâneos dos estudantes.

Outro ponto destacado como desafiador pelos colaboradores da pesquisa foi a necessidade de ampliar o atendimento psicológico aos estudantes assistidos, considerando a crescente demanda pelo serviço. Diante disso, apresentamos, a seguir, uma proposta para aprimorar essa ação no âmbito da assistência estudantil da UFJF.

4.1.3.4 Ampliação dos serviços de saúde e psicologia

A saúde mental e o bem-estar psicológico dos estudantes têm se tornado uma preocupação central nas políticas de assistência estudantil, especialmente em instituições públicas como a UFJF, que atende um público diverso e muitas vezes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, a ampliação dos serviços de saúde e psicologia emerge como uma necessidade urgente, considerando o aumento significativo da demanda por atendimentos nos últimos anos. Essa realidade reflete não apenas o impacto das pressões acadêmicas e sociais enfrentadas pelos estudantes, mas também a insuficiência da estrutura atual para atender a essas necessidades de forma eficaz.

Reconhecendo essa lacuna, esta subseção apresenta um PAE que busca fortalecer o suporte aos estudantes, com alternativas viáveis para superar os entraves institucionais, como a contratação de novos profissionais ou o estabelecimento de parcerias estratégicas. Essas ações visam não apenas atender à demanda crescente, mas também garantir que a assistência

estudantil contribua efetivamente para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. A seguir, no Quadro 11, apresentamos o plano de ação proposto.

Quadro 11 – Plano de ação para ampliação dos serviços de Saúde e Psicologia

Elemento	Descrição
What (O quê)	Ampliar os serviços de saúde e psicologia para os estudantes da assistência estudantil da UFJF, utilizando recursos e ferramentas já existentes para reduzir custos.
Why (Por quê)	Atender à alta demanda por serviços de saúde mental e física, promovendo o bem-estar e a permanência acadêmica.
Who (Quem)	PROAE; faculdades de Psicologia, Enfermagem e Medicina; parceiros locais; e setor de TI.
When (Quando)	O planejamento será realizado entre março e abril de 2025, abrangendo o levantamento de demandas, realização de reuniões com parceiros e definição dos espaços a serem utilizados no campus. A implementação inicial ocorrerá de maio a agosto de 2025, com a adaptação do espaço no campus de Governador Valadares, a formalização de parcerias, o treinamento da equipe e o início dos atendimentos aos estudantes. A primeira avaliação semestral está prevista para fevereiro de 2026, quando será avaliada a eficácia das ações implementadas, coletado o feedback dos alunos e realizados os ajustes necessários no plano de ação.
Where (Onde)	Campi da UFJF (JF e GV), novo Espaço de Saúde Estudantil, e teleatendimento. Campus Juiz de Fora: Uso de salas ociosas ou compartilhadas para atendimento.
How (Como)	Campus GV: Utilização de salas adaptadas no campus para atendimentos presenciais. Parcerias externas: Estabelecimento de convênios com clínicas locais e com a Secretaria Municipal de Saúde para ampliar a rede de atendimento.

	Criar o Espaço de Saúde Estudantil, com infraestrutura dedicada. Implementar teleatendimento com apoio do setor de TI da universidade. Promover campanhas de saúde mental e física em parceria com estudantes e docentes. Estabelecer convênios com clínicas locais para atendimento complementar aos estudantes, principalmente em GV. Utilizar ferramentas como SIGA para monitorar demandas e avaliar a eficácia dos serviços. Uso de salas existentes: Identificar e adaptar salas disponíveis no campus Juiz de Fora para atendimentos psicológicos e de saúde, minimizando custos com infraestrutura. Teleatendimento: Expandir o uso da plataforma Moodle e sistemas de videoconferência já disponíveis na UFJF (como Google Meet ou Zoom) para teleatendimentos psicológicos. Integração acadêmica: Envolver alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em Medicina, Nutrição, Enfermagem e Psicologia, sob supervisão docente, para prestar atendimento supervisionado em GV e JF, por meio de estágios obrigatórios ou projetos de extensão. Sistema informatizado: Adaptar sistemas internos existentes (como o SIGA ou SEI) para gerenciar triagens e acompanhar os atendimentos, reduzindo custos com desenvolvimento de novos softwares. Internas: Colaborar com os cursos de pós-graduação em Psicologia e Medicina para oferecer atendimento especializado por meio de estágios obrigatórios ou projetos de extensão. Educação em saúde: Realizar oficinas e palestras online, utilizando plataformas digitais, para reduzir custos com deslocamentos e materiais físicos.
How much (Quanto)	Estimativa de recursos anuais necessários para infraestrutura, estabelecimento de parcerias e capacitação, buscando otimizar os custos por meio do uso de recursos já existentes na UFJF e parcerias estratégicas.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A proposta apresentada para a ampliação dos serviços de saúde e psicologia na UFJF visa abordar as demandas identificadas durante a pesquisa de campo, com soluções adaptadas às particularidades dos campi de Juiz de Fora e Governador Valadares. Inspirada em boas práticas de outras instituições, como a Divisão de Atenção Estudantil em Saúde da UFTM e o Ambulatório Escola da UFOP, a proposta contempla a integração de ensino, assistência e promoção de saúde.

Na UFTM, a Divisão de Atenção Estudantil em Saúde se destaca por sua abordagem multiprofissional, oferecendo acolhimento, atendimentos médicos, psicológicos e de nutrição, além de projetos de promoção de saúde. Já o Ambulatório Escola da UFOP combina assistência à saúde com ensino, proporcionando aos estudantes a vivência prática supervisionada, enquanto a comunidade é beneficiada com atendimentos de qualidade.

Seguindo esses modelos, o plano para a UFJF propõe a criação de um Espaço de Saúde Estudantil no campus de Juiz de Fora, que integrará atividades acadêmicas e serviços para os estudantes. No campus de Governador Valadares, onde não há espaço físico próprio, serão priorizadas parcerias locais e o uso de tecnologias para teleatendimento, garantindo que os alunos recebam suporte adequado. Essas ações reforçam o compromisso da UFJF com a permanência e o bem-estar de seus alunos, alinhando-se às melhores práticas de assistência estudantil em saúde.

As propostas apresentadas evidenciam o potencial para avanços significativos na condução e aprimoramento da PAEst da universidade, especialmente no enfrentamento de desafios relacionados à avaliação, monitoramento e divulgação. A implementação do SIMAPAE, juntamente com a construção de indicadores estruturados, constitui um passo crucial para a gestão baseada em evidências, possibilitando análises mais precisas dos resultados e a adequação contínua às necessidades dos estudantes.

Adicionalmente, a estratégia de divulgação proposta, que inclui o uso de tecnologias acessíveis, recursos de gamificação e práticas de engajamento comunitário, reforça o compromisso institucional com a inclusão e a transparência. A priorização de soluções internas, caracterizadas por baixo custo e alta eficácia, destaca a viabilidade de promover melhorias expressivas na assistência estudantil sem depender exclusivamente de recursos federais, otimizando os recursos já disponíveis.

Integradas a uma visão estratégica e alinhadas às práticas contemporâneas de gestão e comunicação, essas iniciativas consolidam a UFJF como uma instituição comprometida com a equidade, a permanência e o sucesso acadêmico de seus discentes. A efetivação das propostas

apresentadas permitirá que a universidade se torne referência na gestão da assistência estudantil, assegurando que todos os estudantes, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso às condições necessárias para alcançar êxito em sua trajetória acadêmica.

Por fim, a abordagem delineada reforça a importância de políticas públicas educacionais bem estruturadas e sublinha a necessidade de esforços contínuos de aprimoramento e inovação, visando à construção de uma universidade cada vez mais inclusiva e acessível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e análises desenvolvidas ao longo desta dissertação tiveram como objetivo principal contribuir para o aprimoramento do monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil (PAEst) na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Com base nos eixos investigativos propostos, foi possível identificar aspectos centrais do modelo atual, bem como delinear desafios e propor melhorias para potencializar a eficácia e o impacto das ações implementadas.

Inicialmente, a análise do modelo de PAEst adotado pela UFJF permitiu compreender os pilares que sustentavam as iniciativas voltadas para a permanência e o bem-estar dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa política, alinhada às diretrizes nacionais, desempenhava um papel fundamental na democratização do acesso ao ensino superior, mas ainda carecia de maior integração entre seus diversos programas e ações.

No eixo referente à avaliação e monitoramento da política, constatou-se a ausência de instrumentos sistemáticos e consolidados para medir os resultados alcançados. O que comprometia a capacidade da instituição de gerar informações confiáveis e de realizar análises que subsidiam as tomadas de decisão baseadas em evidências. Nesse contexto, destacou-se a importância de criar mecanismos que possibilitassem o acompanhamento contínuo e a avaliação do impacto das iniciativas.

A análise da eficácia e impacto das ações evidenciou resultados positivos em relação à contribuição dos programas para a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados. No entanto, também ficou claro que havia espaço para melhorias na mensuração desses impactos, especialmente no que dizia respeito à relação custo-benefício e à satisfação dos estudantes com os serviços oferecidos.

Por fim, o estudo dos desafios e limitações na condução da política revelou questões estruturais e operacionais que dificultavam sua plena execução. Entre os principais entraves identificados estavam a restrição orçamentária, a insuficiência de pessoal, a necessidade de maior divulgação dos programas e a carência de serviços médicos e psicológicos. Esses fatores limitavam a abrangência e a qualidade das ações desenvolvidas, reforçando a necessidade de um planejamento estratégico mais robusto e integrado.

Como considerações finais, reafirmou-se que o aprimoramento do monitoramento e avaliação da PAEst é essencial para garantir sua eficácia e alinhamento com as demandas da comunidade acadêmica. A implementação de sistemas e indicadores, aliados a práticas de

gestão mais transparentes e participativas, podem fortalecer a PAESt, ampliando seu impacto social e contribuindo para a redução das desigualdades educacionais.

Assim, espera-se que as propostas apresentadas nesta dissertação sirvam como base para futuros estudos e para o desenvolvimento de ações concretas que consolidem a assistência estudantil como um instrumento efetivo de inclusão e transformação social.

Considerando as mudanças introduzidas pela Lei nº 14.914, de 2024, que garantiu acesso a programas para estudantes de baixa renda, incluindo a Bolsa Permanência, sugere-se que pesquisas futuras explorem os impactos dessa legislação na estruturação e implementação das políticas de assistência estudantil. Investigações podem focar em como a nova legislação influenciou a equidade no acesso e permanência no ensino superior, avaliando a eficácia das ações financiadas por esse marco legal. Além disso, é relevante estudar a integração entre programas nacionais e as políticas institucionais, analisando como as universidades adaptaram seus processos e recursos às novas diretrizes legais.

Outro aspecto a ser explorado é a viabilidade de parcerias público-privadas para complementar o financiamento das iniciativas de assistência estudantil e a aplicação de tecnologias para potencializar o alcance e a eficácia dos programas, com ênfase na inclusão digital e acessibilidade. Por fim, recomenda-se aprofundar as análises sobre a percepção dos estudantes beneficiados pela Bolsa Permanência e outros programas previstos em lei, considerando os desafios específicos enfrentados por populações vulneráveis, como indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, e avaliando como essas políticas contribuem para sua permanência e sucesso acadêmico.

REFERÊNCIAS

- AMESTOY, Micheli Bordoli. **A política de accountability na educação básica e os efeitos da avaliação externa no ensino e na gestão escolar: um estudo no município de Santa Maria/RS**. 2019. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/19401>. Acesso em: 5 abril 2024.
- APRESENTAÇÃO. UFJF, **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pdi/apresentacao/>. Acesso em: 9 maio 2023.
- ARAÚJO, Lucas Pinheiro. **Assistência Estudantil na Universidade Pública: de qual permanência estamos falando?**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34568>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- ASSIS, Anna Carolina Lili de. **Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 120 p. 2013. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-ana-carolina-lili-de-assis.pdf>. Acesso em: 26 abril 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES; FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras: 2014**. Uberlândia: FONAPRACE, 2016. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/IV-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>. Acesso em 30 abril 2023.
- BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361- 390, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208>. Acesso em: 23 março 2023.
- BEHR, A.; MORO, E. L. da S.; ESTABEL, L. B.. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, mar./ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/7qkmKSkzS5xmqhM3FjMnk5t/>. Acesso em: 29 dezembro 2024.
- BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003–2014**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em 10 de agosto de 2023.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidente da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 abril 2023.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 2 agosto 2023.

_____. **Decreto Nº 7234, de 19 de julho de 2010.** Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 22 março 2023.

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2011.** Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 22 março 2023.

_____. **Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.** Programa Universidade Para Todos – PROUNI. Brasília: Casa Civil, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm Acesso em: 22 de março 2023.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 25 março 2025.

_____. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

_____. **Portaria Normativa nº 02 de 26 de janeiro de 2010.** Sistema de Seleção Unificada (SISU). Brasília: Ministério da Educação, 2010.

_____. **Relatório de Avaliação de Governança da Rede Federal de Universidades. Exercício 2020.** Controladoria-Geral da União (CGU). Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/935367> Acesso em: 1 abril 2025.

BRITO, Adriana Carla Teixeira da Costa; COSTA, Ana Karoliny Teixeira da; ALMEIDA, Vera Luci de. Gestão universitária: políticas comparadas de monitoramento do programa bolsa permanência em universidades federais brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 3, p. 1862-1875, 2019. E-ISSN: 1982-5587. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13036>. Acesso em: 1 abril 2025.

BRITO, Adriana Carla Teixeira da Costa. **Institucionalização de uma política de monitoramento do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2018. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>. Acesso em: 26 abril 2023.

BUENO, Nayara Cristina; CARLOTO, Cássia Maria. Avaliação e monitoramento da política de assistência social: uma proposta em construção. **Revista Katálisis**, v.18, n.1, 2015, p.

13-21. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179640033002>. Acesso em: 18 fevereiro 2025.

CARNEIRO, Marcelo Ferreira. **Assistência estudantil no IF Sudeste MG: uma análise diagnóstica e propositiva dos atuais mecanismos de avaliação e monitoramento**. 2023. 119 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2023. Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/31271>. Acesso em: 22 março 2024.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de políticas públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 2, n. 2. Juiz de Fora, 2012. p. 78-100.

COSTA, Simone Gomes. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: INPEAU/UFSC, 2009. p. 1-13.

CUBAS, Viviane. “Accountability” e seus diferentes aspectos no controle da atividade policial no Brasil. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v.3, n.8, 2010, p. 75-99. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7171/5750>. Acesso em: 24 março 2024.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v.18, n.1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1573>. Acesso em: 21 março 2024.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis.; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.25, n.94, 2017. p. 148-181. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em: 3 novembro 2024.

ELOI, Sueli de Souza Santos. **Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa**. Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/22202/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 29 abril 2023.

FERREIRA, Helder Rogério Sant’Ana; CASSIOLATO, Maria Martha de Menezes Costa; GONZALEZ, Roberto Henrique Sieczkowski. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo. **Texto para discussão 1369**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1545>. Acesso em: 1 abril 2025.

FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras – 2021**. Brasília: FONAPRACE, 2021. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/documentos/perfil-socioeconomico/>. Acesso em: 1 abril 2025.

_____. **Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior**. Recife: Andifes, 4 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm>. Acesso em: 30 abril 2023.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 21, 2022. Disponível em: www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89. Acesso em: 21 março 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2008.

GONÇALVES, Vivianne Satte Alam. **A assistência estudantil como política social no contexto da UFPEL: concepções, limites e possibilidades**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011. Disponível em: https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/VIVIANE.GON%C3%87ALVES_A-Assist%C3%A4ncia-Estudantil-como-Pol%C3%ADtica-Social-no-Contexto-da-UFPEl-%E2%80%93-Concep%C3%A7%C3%B5es-limites-e-possibilidades.pdf Acesso em: 1 abril 2025.

HEREK, Mônica. **Accountability no contexto da educação superior brasileiro: comparativo entre universidade Federal, Estadual e Municipal**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/5035421>. Acesso em: 18 fevereiro 2025.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n.129, 2017, p.285-303. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt> Acesso em: 1 abril 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo de Educação Superior**. Brasília: INEP, 2009.

_____. **Censo da Educação Superior 2020: principais indicadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 1, 2011, p. 36-65. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/rbma201101004>. Acesso em: 1 abril 2025.

_____. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. 1ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2016.

KINGDON, John W. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas** – Coletânea Volume 1. Brasília: ENAP, 2006a. p. 219-224.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, 2013, p. 101-110. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000400006> Acesso em 3 dezembro 2023.

LIMA, Wendell Alex Silva; MENDES, Vanessa Lira Pereira dos Santos. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas, v. 25, n. 1, 2020, p. 199-218. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-407720200001000011>. Acesso em: 1 abril 2025.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.27, n.94, 2006, p. 47-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 19 novembro 2023.

_____. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**. Ponta Grossa, v.9, n.1, 2008, p. 4-16. Disponível em: https://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/240/ARTIGO_An%C3%A1lisePolíticasEduacionais.pdf?sequence=1. Acesso em: 2 dezembro 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Maria Cezira Fantini Nogueira; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.3, 2004, p. 44–57. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000300006>. Acesso em: 22 novembro 2023.

MENEZES, Simone Cazarin de. **Assistência Estudantil na Educação Superior Pública: O programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20038/20038_1.PDF. Acesso em: 1 abril 2025.

NAKAGAWA, Marcelo. **Ferramenta: 5w2h – plano de ação para empreendedores**. SEBRAE, 2022. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/5W2H.pdf>. Acesso em: 15 dezembro 2024.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais revendo conceitos básicos. **Katálisis**, v.5, n.2, 2002. p.141-152. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/28289398>. Acesso em: 18 fevereiro 2025.

NOMERIANO, Aline Soares; MOURA, Severina Mátyr Lessa de; DAVANÇO, Sandra Regina. Expansão do ensino superior no governo Lula da Silva: ProUni, REUNI e Interiorização das IFES. **VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10172/12/11.pdf>. Acesso em: 5 maio 2024.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **ANÁLISE DE DADOS EDUCACIONAIS: Aplicando evidências na gestão pública**. São Paulo: Open Knowledge Brasil, 2021. Disponível em: <https://brasilpositivo.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Ebook-DadosEduacionais.pdf>. Acesso em: 2 dezembro 2024.

PINTO, Caroline Casagrande. **Proposta para o monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 114 p. 2015. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/06/CAROLINE-CASAGRANDE-PINTO.pdf>. Acesso em: 13 abril 2023.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, 2012. p. 1271-1294. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7140>. Acesso em: 18 fevereiro 2025.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 3, 2014. p.723-747. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/2058>. Acesso em: 21 março 2024.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**, v.2, 1998. p. 731-749. Brasília: CNPD, 1998. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/366755225/As-Politicass-Publicas-e-a-Juventude-Dos-Anos-90>. Acesso em: 1 abril 2025.

SALLES, Roberto de Souza; FAERSTEIN, Eduardo; DAL POZ, Mário Roberto; SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. Reuni e seus impactos nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES): uma análise da admissão de docentes de 2007 a 2017. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, ANPAE, v. 36, n. 1, 2020. p. 310-335. DOI: 10.21573/vol36n12020.101107. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/101107>. Acesso em: 17 fevereiro 2025.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Avaliação de programas de assistência estudantil. **Revista História, Movimento e Reflexão**, v. 1, n. 1, 2013. p.1-16.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Bahia. Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778> Acesso em: 27 abril 2019.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). Coletânea de Políticas Públicas. **ENAP - Escola Nacional de Administração Pública**. Volume 1. 317 p. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf. Acesso em: 7 de julho 2024.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 1 abril 2025.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. ISBN: 978-85-221-1353-8.

SHAPIRO, Janet. **Monitoramento e Avaliação**. CIVICUS, World Alliance for Citizen Participation, 2007. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/brunommss/shapiro-janet-monitoramento-e-avaliacao-ler-apenas-das-pg-01-a-07>. Acesso em: 3 dezembro 2023.

SILVA, Eduardo Athouguia Quirino. **Políticas públicas e capacidades estatais: um exame dos Projetos Estratégicos de Defesa sob a ótica dos arranjos institucionais**. 154 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/eduardo_athouguia_quirino_da_silva.pdf. Acesso em: 1 abril 2025.

SOARES, Priscila da Silva; AMARAL, Cledir de Araújo. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 48, 2022. p. e238181. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248238181>. Acesso em: 10 dezembro 2024.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 27-86. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3qbsqzNYB7yM5X9RLccJVtz/>. Acesso em: 10 dezembro 2024.

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida de. **Na travessia: assistência estudantil na educação profissional – as interfaces das políticas de assistência social e educação**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23610> Acesso em: 25 março 2025.

SOUZA, Rafael Cipriano de; COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador da. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.28, n.107, 2020. p. 362–385. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801803> Acesso em: 30 abril 2023.

SOUZA, Vanusa Meireles de; REIS, Cacilda Ferreira dos. A Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais: Uma Estratégia para A Permanência Escolar. 10º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER), 2021. **Anais**. Niterói: Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/437674-a-politica-de-assistencia-estudantil-nos-institutos-federais—uma-estrategia-para-a-permanencia-escolar>. Acesso em: 4 dezembro 2024.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira Política e Administração da Educação**, v. 30, n. 1, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol30n12014.50020>. Acesso em: 4 dezembro 2024.

TEIXEIRA, L. de G. A. **Políticas públicas de assistência estudantil no Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí: um olhar de gênero**. 2016. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/741>. Acesso em: 1 abril 2025.

TRINDADE, Franciele de Souza. **O Papel da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva no Processo de Inclusão da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (CAEd). 125 p. 2016. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/07/FRANCIELE-DE-SOUZA-TRINDADE.pdf>. Acesso em: 16 abril 2023.

TUDE, João Martins; FERRO, Daniel; SANTANA, Fábio Pablo. **Gestão de Políticas Públicas**. 1.ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2015. 136 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Guia do calouro: como funciona a assistência estudantil**. UFJF, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/16/guia-do-calouro-como-funciona-a-assistencia-estudantil/> Acesso em: 25 março 2025.

_____. **História. UFJF 60 Anos**. 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/60anos/historia/> Acesso em: 13 setembro 2023.

_____. **Processo de Contas Anual Exercício de 2021 - Abril 2022**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1V28YcqPYmb2Fj3B7nQ158taV-WqnmP8o/view> Acesso em: 22 maio 2023.

_____. **Processo de Contas Anual Exercício de 2022 - Março 2023**. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2023/03/rg2022____versao_2_final.pdf Acesso em: 22 maio 2023.

APÊNDICE A– CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS PELA UFJF

CURSO	CAMPUS
Arquitetura e Urbanismo; Artes e Design; Artes Visuais; Ciência da Computação; Ciência da Religião; Ciências Biológicas; Ciências Exatas; Ciências Humanas; Ciências Sociais; Cinema e Audiovisual; Design; Enfermagem; Engenharia Sanitária e Ambiental; Engenharia Civil; Engenharia Computacional; Engenharia de Produção; Engenharia Elétrica – Energia; Engenharia Elétrica – Robótica e Automação Industrial; Engenharia Elétrica – Potência; Engenharia Elétrica – Sistemas Eletrônicos; Engenharia Elétrica – Telecomunicações; Engenharia Mecânica; Estatística; Filosofia; Física; Geografia; História; Jornalismo; Letras – Libras; Letras – Tradução Português/Espanhol/Francês/Inglês/Italiano/Latim; Matemática; Medicina Veterinária; Moda; Música – Canto/Flauta Transversal/Piano/Violão/Violino/Violoncelo/Composição/Licenciatura; Pedagogia; Psicologia; Química; Rádio, TV e Internet; Serviço Social; Sistemas de Informação; Turismo.	Juiz de Fora
Administração; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Direito; Educação Física; Farmácia; Fisioterapia; Medicina; Nutrição; Odontologia;	Juiz de Fora e Governador Valadares

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados que constam no site da Pró-Reitoria de Graduação da UFJF (2023).

APÊNDICE B - CURSOS STRICTO SENSU OFERTADOS PELA UFJF

Programas	Modalidades
Administração; Ambiente Construído; Artes, Cultura e Linguagens; Ciência da Computação; Ciência da Reabilitação E Desempenho Físico-Funcional; Ciências Farmacêuticas; Clínica Odontológica; Comunicação; Direito e Inovação; Enfermagem; Engenharia Civil; Filosofia; Geografia; Matemática; Serviço Social	Mestrado
Administração Pública (Profiap); Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados; Educação Matemática; Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (ProFis); Mestrado Profissional em Ensino de Biologia (ProfBio); Mestrado Profissional em Saúde da Família; Gestão e Avaliação em Educação Pública; Letras (PROFLETRAS); Matemática (PROFMAT);	Mestrado Profissional
Ciência da Religião; Ciências Biológicas: Comportamento e Biologia Animal; Ciências Biológicas: Imunologia e Doenças Infecto-Parasitárias/Genética e Biotecnologia; Ciências Sociais; Ecologia; Economia; Educação; Educação Física; Engenharia Elétrica; Física; História; Letras: Estudos Literários; Letras: Linguística; Modelagem Computacional; Multicêntrico Bioquímica e Biologia Molecular (GV); Multicêntrico Química; Psicologia; Química; Saúde; Saúde Coletiva;	Mestrado e Doutorado

Fonte: Adaptada pela autora de acordo com dados disponíveis no site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFJF.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SERVIDORES DA PROAE

A importância do monitoramento e da avaliação no Programa de Assistência Estudantil na UFJF.

Prezado(a),

Gostaria de convidá-lo(a) a participar como voluntário(a) da entrevista “A Política de Assistência Estudantil na UFJF”. Esta entrevista é uma das etapas de uma pesquisa maior, intitulada “Ações de Monitoramento e Avaliação na Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz De Fora”, realizada pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) sob a responsabilidade da mestrandia Jussara da Silva Xavier Silvano.

As respostas dadas nessa entrevista serão utilizadas somente para fins acadêmicos, tendo o sigilo dos dados assegurado conforme orientação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Roteiro de Entrevista – Política de Assistência Estudantil da UFJF Informações Iniciais:

Nome do entrevistado:

Cargo/Posição na UFJF:

Tempo de envolvimento com a política de assistência estudantil:

Introdução:

Poderia descrever brevemente o modelo atual da política de assistência estudantil da UFJF?

Desde já, informamos que sua identidade será mantida em sigilo e as informações aqui coletadas serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa. Visto a importância da sua participação nessa pesquisa, você concorda em participar?

☐ Sim ☐ Não

☒ Assinale para declarar que concorda em participar da pesquisa voluntariamente.

Parte 1 – Modelo da Política de Assistência Estudantil

1. Como são identificados os estudantes que se qualificam para receber assistência estudantil?

2. Quais tipos de assistência são oferecidos aos estudantes?
3. Como é determinado o valor ou tipo de assistência que um estudante recebe?
4. Qual é a abrangência da política de assistência estudantil? Ela se aplica a todos os cursos e campi da UFJF de forma igualitária?
5. Há parcerias ou colaborações com outras instituições ou órgãos governamentais para fornecer assistência adicional aos estudantes?

Parte 2 – Avaliação da Política de Assistência Estudantil:

1. Como é realizada a avaliação da eficácia e impacto da política de assistência estudantil da UFJF?
2. Na UFJF, existem mecanismos de acompanhamento e avaliação da Política de Apoio Estudantil formalizados?
3. É realizado o acompanhamento da Política de Assistência Estudantil da UFJF? Caso positivo, quais ações são executadas para esse fim?
4. Quais mudanças você sugeriria para melhorar a avaliação e o monitoramento da política de assistência estudantil na UFJF?
5. Quais são os principais indicadores ou métricas utilizados para avaliar o sucesso da política?
6. Quais têm sido os principais resultados ou descobertas das avaliações recentes da política de assistência estudantil?
7. Como os feedbacks dos estudantes são incorporados na avaliação e aprimoramento da política?
8. Existem desafios ou áreas de melhoria identificados durante a avaliação da política de assistência estudantil? Se sim, como eles estão sendo abordados?

Parte 3 – Considerações Finais:

1. Há planos futuros para modificar ou expandir a política de assistência estudantil da UFJF? Se sim, quais são esses planos e qual é o objetivo por trás deles?
2. Existe alguma outra informação relevante sobre a política de assistência estudantil da UFJF que gostaria de compartilhar?

Encerramento:

Muito obrigado pela sua participação e tempo. Caso tenha mais alguma informação ou consideração que gostaria de compartilhar, sinta-se à vontade para fazê-lo agora.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PRÓ-REITORES OU GESTORES DE OUTRAS IFES

A importância do monitoramento e da avaliação no Programa de Assistência Estudantil na UFJF

Prezado,

Gostaria de convidá-los a participar como voluntário (a) da entrevista sobre “A importância do monitoramento e da avaliação no Programa de Assistência Estudantil na UFJF”. Esta entrevista é uma das etapas de uma pesquisa maior, intitulada “Ações de Monitoramento e Avaliação na Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz De Fora”, realizada pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) sob a responsabilidade da mestrandia Jussara da Silva Xavier Silvano.

As respostas desta entrevista serão utilizadas somente para fins acadêmicos, tendo o sigilo dos dados assegurado conforme orientação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Informações Gerais:

Nome da IFES:

Seu Cargo/Posição:

- 1. Qual é o seu tempo de experiência na gestão da Política de Assistência Estudantil?**
- 2. Perfil Institucional**
 - Descreva brevemente a estrutura da política de assistência estudantil em sua instituição.
- 3. Modelo de Política de Assistência Estudantil**
 - Como é estruturado o modelo de política de assistência estudantil em sua instituição? Quais são os principais programas ou iniciativas incluídos?
 - Quais são os critérios utilizados para identificar e selecionar os estudantes beneficiários desses programas?
 - Há parcerias ou colaborações com outras instituições ou órgãos governamentais para a implementação dessas políticas?

4. Avaliação da Política de Assistência Estudantil

- Quais são os métodos e instrumentos utilizados para avaliar a eficácia e o impacto da política de assistência estudantil na universidade?
- Quais são os principais indicadores de sucesso utilizados para avaliar o desempenho desses programas?
- Como são analisados e interpretados os resultados dessas avaliações?

5. Desafios e Oportunidades

- Quais são os principais desafios enfrentados na implementação e gestão da política de assistência estudantil em sua instituição?
- Quais oportunidades de melhoria você identifica para aprimorar essa política?

6. Perspectivas Futuras

- Como você enxerga o futuro da política de assistência estudantil em sua instituição?
- Quais são os planos ou iniciativas futuras para desenvolver ou expandir os programas de assistência aos estudantes?

7. Considerações Finais

- Alguma informação adicional que gostaria de compartilhar sobre a política de assistência estudantil em sua universidade?

Agradecimento pela participação e contribuição para a pesquisa.



APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é: considerando a importância de se fazer o monitoramento e a avaliação de uma política pública, o papel desempenhado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil para manutenção dos estudantes dentro da universidade, e os objetivos previstos no instrumento que regulamenta a política de assistência estudantil e o caráter limitado dos recursos públicos destinados ao programa (financeiros e humanos), é interessante discutir o monitoramento e avaliação da política, dentro da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Para adaptar os serviços oferecidos pelo programa ao orçamento e à necessidade dos alunos, é fundamental um sistema de acompanhamento e avaliação da política. Sendo assim, nesta pesquisa pretendemos buscar como aprimorar as ações de avaliação e monitoramento da política de assistência estudantil dentro da UFJF.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa será realizada por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de coleta de dados, através de questionário, a ser aplicado aos discentes que são beneficiados pelo programa de assistência estudantil, a servidores responsáveis pela política de assistência estudantil dentro da UFJF e um questionário para Pró-Reitores ou gestores de outras IFES responsáveis pela política de assistência estudantil nessas instituições.

A participação dos sujeitos no projeto é voluntária e livre de qualquer forma de remuneração, o participante não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar da pesquisa. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizemos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma como é atendido(a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu

nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Nome do pesquisador responsável:

Jussara da Silva Xavier Silvano

Campus Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

Faculdade/Departamento/Instituto:

Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP)

CEP: 36036-900

Fone: (33) 999718062

E-mail: jussarasilvasivano@gmail.com